



**UNIUBE**

Educação e Responsabilidade Social

UNIVERSIDADE DE UBERABA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO

**FRANCIENE APARECIDA MOREIRA**

**A REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA: dispositivo pedagógico para formação de  
professores do ensino secundário (1957-1963)**

UBERABA/MG

2024



FRANCIENE APARECIDA MOREIRA

**A REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA: dispositivo pedagógico para formação de  
professores do ensino secundário (1957-1963)**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba - UNIUBE, sob a orientação da Profa. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.

Linha de Pesquisa: Processos Educacionais e Seus Fundamentos

UBERABA/MG

2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

M813r      Moreira, Franciene Aparecida.  
              A Revista Escola Secundária: dispositivo pedagógico para  
              formação de professores do ensino secundário (1957-1963) /  
              Franciene Aparecida Moreira. – Uberaba, 2024.  
              122 f. : il., color.

              Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de  
              Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Processos Educacionais e  
              seus Fundamentos.  
              Orientadora: Profa. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.

              1. Professores - Formação. 2. Ensino secundário. 3. Educação. I.  
              Gatti, Giseli Cristina do Vale. II. Universidade de Uberaba. Programa  
              de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 371.12

FRANCIENE APARECIDA MOREIRA

**A REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA: DISPOSITIVO PEDAGÓGICO PARA  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO (1957-1963)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 05/08/2024.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giseli Cristina do Vale Gatti  
(Orientadora)  
UNIUBE - Universidade de Uberaba.



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro  
UFU – Universidade Federal de Uberlândia.



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Telles Márques  
UNIUBE – Universidade de Uberaba.



## AGRADECIMENTOS

É maravilhoso poder chegar ao fim desta árdua, mas gratificante trajetória com tantas pessoas para agradecer. Assim, por meio da palavra, deixo este precioso documento escrito para eternizar os meus mais sinceros agradecimentos.

A Deus, pelo dom da vida e pela constante proteção; pela força que me conduz em todos os momentos de minha vida, especialmente nos momentos difíceis e incertezas que encontramos ao longo da pesquisa e escrita da dissertação.

A minha orientadora, Profa. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti, pela atenção, paciência e amizade na minha trajetória em busca do objeto de pesquisa, pela sabedoria e contribuições valiosas nos encaminhamentos e construção deste trabalho, por ter me guiado em todos os momentos, com muita presteza e carinho.

Aos professores da banca de qualificação Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Profa. Dra. Fernanda Telles Marques pelos apontamentos na reorganização do trabalho, pelas contribuições e elucidações na construção do estudo sobre a revista Escola Secundária.

A todos os meus professores de pós-graduação, por me conduzirem nos caminhos da pesquisa, com tamanha sabedoria e amor ao ensinar.

Aos meus amigos do curso de Mestrado em Educação, pelos momentos de diálogo e discussões, ao longo das aulas.

À minha amiga e companheira de trabalho Maria Juliana Dias, pelo carinho e incentivo pela busca do título de Mestre em Educação perante um momento em que já havia praticamente renunciado a este sonho.

Aos meus pais, em especial a minha mãe Maria Zilda, uma mulher de fibra e muito batalhadora. Obrigada pelo amor incondicional, pela motivação nos estudos e pelo constante apoio neste percurso. Sempre levarei comigo suas palavras simples, porém sábias “Os estudos, o seu conhecimento, ninguém pode tirar de você, então estude!” Minha eterna “gratidão” pelo cuidado, pela escuta atenciosa e pelos abraços, sobretudo nos momentos em que pensei não ter mais forças para continuar.

Aos meus irmãos Mario Júnior e João Felipe, pelo apoio, incentivo e amizade, meu agradecimento a vocês por sonharem comigo esse sonho.

A todos os meus amigos e familiares queridos, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo impulso para seguir adiante.





A todos os meus alunos e colegas de trabalho, que me impulsionam todos os dias a seguir em frente nas trilhas da educação e a buscar sempre melhorias para este âmbito que muitas vezes foi e é alvo de grandes ataques e retrocessos.

Ao governo do Estado de Minas Gerais, pois esta pesquisa foi desenvolvida com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE N° 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.

E, por fim, a todos que, de uma forma ou outra, me acompanharam neste percurso e contribuíram para a produção desta dissertação. Muito obrigada a todos!



Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE Nº 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.



*O que vale na vida não é o ponto de partida e  
sim a caminhada. Caminhando e semeando, no  
fim, terás o que colher.*

Cora Coralina



## RESUMO

Este estudo está inserido na Linha de Pesquisa Processos Educacionais e seus Fundamentos do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE). Esta investigação está vinculada ao projeto “O Ensino Secundário em Perspectiva Comparada: historiografia, legislação, instituições e práticas escolares no Brasil e em Portugal no Século XX”, sob a coordenação da orientadora professora Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti. O objeto de estudo é a Revista Escola Secundária para a formação do professor secundarista no Brasil (1957-1963). O recorte proposto justifica-se pelo período de circulação da revista, publicada trimestralmente entre os anos de 1957 a 1963. A revista foi criada pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), com o intuito de promover ações que facilitassem a formação de professores para o ensino secundário. A problemática da pesquisa está envolta a seguinte pergunta: Como estava estruturado os conteúdos destinados aos professores e disseminados pela Revista Escola Secundária? O objetivo geral da pesquisa é compreender como a Revista Escola Secundária contribuiu para a difusão do ensino secundário no recorte em tela. Os objetivos específicos foram organizados com os seguintes quesitos: 1) contextualizar as origens do ensino secundário no Brasil; 2) conhecer as ações da CADES para difusão e melhoria do ensino secundário no recorte proposto; 3) descrever a organização dos conteúdos da revista Escola Secundária. A metodologia está ancorada na pesquisa bibliográfica buscando teses, dissertações, livros e artigos que versam sobre a temática, em bases de dados como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Domínio Público, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Banco Digital de Teses e Dissertações. Recorremos também a fontes documentais, como jornais, relatórios, decretos publicados no período do recorte de nossa pesquisa e a própria revista Escola Secundária. O referencial teórico está ancorado nos seguintes autores: Bastos (2002); Catani (1996); Fausto (2006); Frangela (2007); Gomes (2021); Miranda (2019); Pinto (2008); Romanelli (1986) e Silva (1969). Os resultados da pesquisa apontam que a revista Escola Secundária, especialmente em sua seção de Didática, salientou várias orientações metodológicas para auxiliar os professores secundaristas e ajudá-los em sua prática pedagógica, ressaltando a importância do papel do professor para essa modalidade de ensino. A partir da pesquisa conclui-se que a Revista Escola Secundária, foi um dispositivo relevante, uma vez que buscava em cada edição da revista, trazer artigos que corroborassem com a prática do professor, ou seja, todos os assuntos descritos nas revistas, eram de suma relevância para o professor secundarista, uma vez que se tratavam de um compilado de práticas pedagógicas voltadas para essa modalidade educacional.

**Palavras-chave:** Revista Escola Secundária - Ensino Secundário - CADES.





## ABSTRACT

This study forms part of the Research Line on Educational Processes and Their Foundations within the Master's Degree Program in Education at the University of Uberaba. It is linked to the project titled "Secondary Education in Comparative Perspective: historiography, legislation, institutions, and school practices in Brazil and Portugal in the 20th Century," under the guidance of Professor Dr. Giseli Cristina do Vale Gatti. The research focuses on the magazine *Escola Secundária*, which was pivotal for the training of secondary school teachers in Brazil between 1957 and 1963. The study is motivated by the magazine's quarterly circulation during this period, initiated by the Campaign for the Improvement and Dissemination of Secondary Education (CADES). The primary aim of the research is to investigate how the content disseminated through *Escola Secundária* was structured for teachers. The overarching research question is: How did the content disseminated by the *Escola Secundária* magazine contribute to the professional development of secondary school teachers? The specific objectives are delineated as follows: 1) To provide a contextual background on the origins of secondary education in Brazil. 2) To analyze CADES's initiatives aimed at disseminating and enhancing secondary education. 3) To describe the thematic organization of the *Escola Secundária* magazine's contents. The methodology employs bibliographical research encompassing theses, dissertations, books, and articles sourced from databases such as SciELO, Domínio Público, CAPES' Portal de Periódicos, and Banco Digital de Teses e Dissertações. Additionally, documentary sources including newspapers, reports, regulations, decrees from the research period, and the *Escola Secundária* magazine itself are utilized. The theoretical framework draws upon authors such as Bastos (2002), Boris (2006), Catani (1996), Frangela (2006), Gomes (2021), Miranda (2019), Romanelli (1986), Pinto (2008), and Silva (1969). The findings highlight that the Didactics section of the *Escola Secundária* magazine played a significant role in providing methodological guidelines to support secondary school teachers in their pedagogical practices. It underscored the pivotal role of teachers in secondary education.

**Keywords:** Secondary education - Secondary School Magazine - CADES.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Engrenagem das criações do Governo no período de 1951 a 1967.....	57
Figura 2	- Jornal Última Hora – 18 de novembro de 1953.....	59
Figura 3	- Ações formativas da CADES.....	59
Figura 4	- Revista Escola Secundária – 1ª edição.....	69
Figura 5	- Revista Escola Secundária – junho 1957.....	69
Figura 6	- Revista Escola Secundária – nº 1 – junho de 1957.....	71
Figura 7	- Capa da 1ª Edição da Revista Escola Secundária.....	78
Figura 8	- Capas da Revista Escola Secundária números 2, 3 e 4.....	79
Figura 9	- 1ª Parte interna da Revista Escola Secundária.....	80
Figura 10	- Sumário da Revista Escola Secundária – 1ª Edição.....	82
Figura 11	- Seção Consultório Didático.....	83
Figura 12	- Excerto do discurso de Gildásio Amado.....	109



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Iniciativas para promoção de melhorias no sistema de ensino secundário.....	18
Quadro 2	- Dissertações e teses utilizadas como fontes.....	20
Quadro 3	- Artigos utilizados como fontes.....	22
Quadro 4	- Disciplinas do Curso Ginásial (1º ciclo) do Ensino Secundário na Reforma Capanema (1942).....	49
Quadro 5	- Disciplinas do Curso Ginásial (2º ciclo, Curso Clássico) do Ensino Secundário na Reforma Capanema (1942).....	49
Quadro 6	- Disciplinas do Curso Ginásial (2º ciclo, Curso Científico) do Ensino Secundário na Reforma Capanema (1942).....	50
Quadro 7	- Relação de páginas da Revista Escola Secundária 1 a 6.....	85
Quadro 8	- Relação de páginas da Revista Escola Secundária 7 a 12.....	86
Quadro 9:	- Relação de páginas da Revista Escola Secundária 13 a 19.....	88
Quadro 10	- Discursos de Gildásio Amado na Revista Escola Secundária.....	108



## LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1	- Seção “Didática” da Revista Escola Secundária (1957 – 1963).....	96
Organograma 2	- Seção “Didática Geral” da Revista Escola Secundária (1958 – 1963)..	100
Organograma 3	- Seção “Didática Geral” da Revista Escola Secundária (1958-1963)...	103
Organograma 4	Seção “Didática Geral” da Revista Escola Secundária (1958-1963).....	105





## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do Crescimento Populacional e escolarização no Brasil, da população de 5 a 19 anos, de 1920 a 1970.....	31
Tabela 2 - Matrícula inicial e conclusão de Curso no Ensino Secundário no período de 1933 e a 1943, por ciclo.....	45
Tabela 3 - Matrícula geral, estabelecimentos, cursos e corpo docente no ensino secundário no Brasil (1933/1965).....	53
Tabela 4 - Movimento Escolar segundo as modalidades específicas do ensino e a dependência administrativa.....	54



## LISTA DE SIGLAS

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CALDEME	Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino
CAp	Colégio de Aplicação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CILEME	Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio Elementar
CNME	Campanha Nacional de Material de Ensino
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
DES	Diretoria de Ensino Secundário
EaD	Educação à Distância
FCC	Faculdade Cidade de Coromandel
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MBA	<i>Master of Business Administration</i>
MEC	Ministério da Educação e Cultura
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIUBE	Universidade de Uberaba



## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	viii
<b>ABSTRACT</b> .....	ix
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 CONJUNTURA DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL</b> .....	27
1.1 APONTAMENTOS SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO BRASILEIRO.....	27
1.2 O ENSINO SECUNDÁRIO DA COLÔNIA AO 1º IMPÉRIO.....	35
1.3 ENSINO SECUNDÁRIO: DA ERA VARGAS AO NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO.....	42
1.4 EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E O SURGIMENTO DA CADES.....	52
<b>2 CONTRIBUIÇÕES DA CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO E DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO - CADES</b> .....	56
2.1 A GÊNESE DA CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO E DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO.....	56
2.2 ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CADES.....	61
2.3 REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA COMO DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DO ENSINO SECUNDÁRIO.....	67
<b>3 REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA: dispositivo pedagógico na formação de professores secundaristas</b> .....	75
3.1 OS ELEMENTOS GRÁFICOS DA REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA E SEUS CONTEÚDOS.....	75
3.2 ORIENTAÇÕES-METODOLÓGICAS, NA SEÇÃO DE DIDÁTICA, DA REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA PARA A ATIVIDADE DOCENTE.....	94
3.3 OS DISCURSOS DE GILDÁSIO AMADO NA REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA.....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	115



## INTRODUÇÃO

Empreender uma pesquisa em História da Educação é mergulhar por caminhos com muitos sinais, signos e significados, cujos apelos reluzentes nos prendem pelos olhos, nos enfeitiçam e por vezes fazem-se crer ilusões. O tempo da história, nos distancia e nos aproxima, surge como um caleidoscópio imerso em fontes, contextos, personagens, sujeitos, cenários, disputas, conflitos, e abre-se para o olhar atento e questionador, que cabe ao pesquisador. Muitos são os cenários e as paisagens que compõem nossa jornada. Dentre eles, destacamos aqueles que se referem à minha formação como educadora. O primeiro cenário a se configurar em minha lembrança são os anos de escolaridade, correspondentes aos ensinos fundamental e médio, vivenciados, pela aluna de escolas públicas estaduais, com bastante intensidade e tranquilidade, marcados pelo estudo interessado de todas as disciplinas e pela curiosidade aguçada frente à possibilidade de explorar novos conhecimentos.

Após finalizar o ensino médio- magistério, aumentou ainda mais a vontade de enveredar pelo cenário da educação. Foi então que em 2001, iniciei o curso de pedagogia na Faculdade Cidade de Coromandel (FCC), e neste mesmo ano, comecei na educação como professora substituta de história para o ensino fundamental séries finais em uma escola do município.

Em 2002, fui para Escola Municipal Monsenhor Fleury Curado, onde permaneci até 2018, exercendo a função de professora, supervisora pedagógica e vice-diretora. Essa experiência vivenciada na prática pedagógica e também da área administrativa, só me instigava a mergulhar cada vez mais no universo da educação. No ano 2012, tomei posse na prefeitura como regente de turma e em 2016 tomei posse no Estado como especialista em Educação Básica. Atuando como especialista, desde então, senti a necessidade de buscar mais conhecimento para que pudesse auxiliar as crianças da escola e também os meus alunos, foi aí que em 2020, iniciei um curso de especialização em Psicopedagogia, possibilitando conhecer um pouco sobre o universo da pesquisa, bem como conhecer os processos educacionais existentes no âmbito escolar. Com o lançamento do programa Trilhas de Futuro<sup>1</sup> do governo do estado de Minas Gerais em 2022, vi uma oportunidade de um aperfeiçoamento e enveredar pelos caminhos da pesquisa acadêmica. Me inscrevi com um projeto voltado para a história da

---

<sup>1</sup> Trilhas de Futuro – Educadores é um projeto do Governo do Estado de Minas Gerais que visa ofertar aos servidores, gratuitamente, cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação *lato sensu* (especialização e *Master of Business Administration* - MBA), na modalidade Educação à Distância (EaD), e vagas em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), nas modalidades presencial e semipresencial, por meio do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação (Minas, Gerais, 2024). Para mais informações acesse o link: <https://www.educacao.mg.gov.br/trilhas-de-futuro-educadores-2023/>

educação, inicialmente com intuito de investigar as origens do primeiro grupo escolar da cidade de Coromandel e que foi aprovado.

Ao ingressar no curso de mestrado, a orientadora, Professora Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti, gostou do projeto, mas esbarramos em uma dificuldade: a falta de fontes da escola selecionada na cidade de Coromandel – MG, para começar a investigação. Em face do tempo, pois o curso de mestrado deve ser cursado em dois anos, me foi apresentado o material ainda pouco explorado pela orientadora: a Revista Escola Secundária. Em face do que me foi apresentado, as edições completas e digitalizada desta revista, despertou em mim o interesse em investigar a relevância desse impresso para a prática pedagógica dos professores daquela época.

Ao longo dos últimos anos, diversas pesquisas no campo da História da Educação, têm possibilitado uma compreensão sobre o ensino secundário e todos os mecanismos de estruturação, como leis, decretos, cursos, que se circunscreveram em torno dessa modalidade educacional.

É importante destacar que, no início da república, novas demandas impostas pelas transformações e pelas inúmeras indagações políticas, que ansiavam por mudança e lutavam pela necessidade de integração do povo à nova ordem republicana e de alocação do trabalhador livre ao mercado de trabalho, evidenciaram a necessidade de criar e reinventar uma nova escola, como algo imperativo ao atendimento do projeto de modernização brasileira.

O estudo sobre a imprensa pedagógica é muito importante, pois visa analisar e compreender os meios de comunicação voltados para a educação. Esta análise é relevante para profissionais da educação, estudantes e sociedade. A imprensa educacional tem a função de divulgar informações sobre educação, formação e atualização de professores, práticas educativas, políticas públicas educacionais e outros assuntos correlatos.

Assim, esta pesquisa nos permite compreender como essas informações foram veiculadas, como os assuntos foram tratados e como a imprensa educacional influenciou na formação e atuação dos educadores. Além disso, estudos sobre a imprensa pedagógica também podem identificar tendências, debates e mudanças no campo da educação.

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), foi criada no governo Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 34.638 de 17 de novembro de 1953, em que estão dispostos objetivos a serem desenvolvidos pelo órgão, contemplando ações que assistiam estudantes, professores, técnicos e gestores, nos âmbitos pedagógico, administrativo e financeiro (Brasil, 1953).



De acordo com Norberto Dallabrida (2018), transformações importantes em relação ao ensino secundário, aconteceram a partir da década de 1950 por meio de experiências pontuais e de forma gradual, com ensaios renovadores, especialmente a partir de modelos pedagógicos norte-americanos e franceses. O autor destaca ainda que, influenciada por forças internacionais e pela abertura democrática brasileira, o ensino secundário foi integrando cada vez mais as pautas do governo brasileiro, mais especificamente do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e dos setores a ele vinculados, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Diretoria do Ensino Secundário (DES). Na conjuntura em questão, há várias iniciativas desenvolvidas com intuito de promover melhorias no sistema de ensino secundário, descritas no quadro a seguir:

Quadro 1: Iniciativas para promoção de melhorias no sistema de ensino secundário

<b>Nome da Campanha</b>	<b>Sigla</b>	<b>Dispositivo Legal</b>	<b>Finalidade</b>
Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino	CALDEME	Exposição de Motivos nº. 795, do Ministro Simões Filho em 14/07/1952 (Campos, 1933).	Promover a elaboração de guias de ensino das diferentes disciplinas escolares para professores e a análise crítica dos programas de ensino e livros didáticos em uso nas escolas brasileiras
Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio Elementar	CILEME	Portaria Ministerial nº. 160 de 26/03/1953 (Brasil, 1953).	Introduzir métodos de pesquisa de levantamento e diagnóstico e a perspectiva do planejamento educacional, usando como base, os dados sobre os sistemas de ensino de cada estado brasileiro.
Campanha Nacional de Difusão e Aperfeiçoamento do Ensino Secundário	CADES	Decreto nº. 34.638 de 17/11/1953 (Brasil, 1953).	Promover cursos para os professores leigos do ensino secundário, ministrados por docentes de grandes centros e realizados durante o período de férias, com intuito de prepará-los para os exames de suficiência, conferindo grau de licenciado

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da legislação levantada

De acordo com Geraldo Bastos Silva (1969), a expansão do ensino secundário deu-se [...] em função de profundas mudanças na fisionomia social, econômica e demográfica do país. A transformação estrutural da economia no sentido da industrialização, acompanhada do aumento da renda nacional refletida

principalmente em crescente concentração urbana e ampliação de oportunidades de trabalho no setor terciário, são fatos claramente relacionados com a expansão do ensino secundário (Silva, 1969, p. 301-302).

Na perspectiva de Silva (1969), com a expansão do ensino secundário, percebe-se a necessidade de ampliar o número de professores deste nível de ensino, tendo em vista que eram profissionais liberais que lecionavam nesses estabelecimentos. Segundo Ivete Maria Baraldi (2016), eram poucos os professores que atuavam nas escolas secundárias brasileiras que tinham formação de nível superior. Estes poucos eram formados em Faculdades de Filosofia, nas escolas politécnicas ou militares ou eram oriundos de outros cursos. A CADES, ganha força em um momento conjuntura política e econômica bastante favorável, liderada pelo presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek (1956-1961), com uma política desenvolvimentista<sup>2</sup>. Nesse movimento, Gildásio Amado<sup>3</sup>, pautou sua atuação em prol da modernização do ensino secundário a partir de fundamentos como descentralização, flexibilização e preparação do jovem estudante para a vida. Entre os vários objetivos da CADES, está a promoção para a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e administradores de estabelecimentos de ensino secundário. A Revista Escola Secundária, foi um dos instrumentos utilizados pelo órgão, para contribuir no processo de formação, trazendo orientações para o professor deste nível de ensino.

O presente periódico surgiu com uma tiragem inicial de 7.000 exemplares, ampliando esse número para 10.000 em 1959, para um público alvo de 40.000 professores. A revista *Escola Secundária*, era de edição trimestral e circulou de junho de 1957 a 1961 (17 números) com dois números extemporâneos em 1963. O *Dicionário de Educadores no Brasil* (verbetes de José Carlos de Mello e Souza), informa que a distribuição da revista era gratuita para quem frequentasse os cursos da CADES, o que significava em média quatro mil professores leigos

---

<sup>2</sup> O projeto nacional-desenvolvimentista carregava consigo a grande esperança de extensão ampla dos benefícios econômicos, políticos e sociais da modernidade a toda a sociedade brasileira. A dualidade seria superada pela industrialização, e esta seria consequência do desenvolvimento, isto é, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico, processo que redundaria no aumento da renda por habitante ou, em outras palavras, na elevação sustentada dos padrões de vida da população. Por causa disso, o termo “desenvolvimento” era entendido como industrialização; mas era bem mais do que isso: significava o processo pelo qual o Brasil realizaria sua revolução em direção à modernidade. Esse projeto ganhou força no governo do então presidente, Juscelino Kubitschek (1956-1961) e era composta por 31 metas, contemplando a educação (Memorial da Democracia, 2023). Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/card/nacional-desenvolvimentismo>

<sup>3</sup> Médico, atuou como professor do Colégio Pedro II, principal educandário público de ensino secundário do país, tendo sido seu diretor de 1947 a 1956. Foi presidente da Comissão Nacional do Livro Didático (1947-1955) e chefe da Diretoria de Ensino Secundário (DES) de 1956 a 1963 e, posteriormente, de 1964 a 1968. Entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1980, chefiou a Coordenação de Programas Especiais do Departamento de Ensino Fundamental do MEC, participou do Conselho Estadual do Rio de Janeiro, exercendo a presidência por um mandato, e desempenhou o papel de assistente da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (Vieira; Dallabrida, 2022). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/X9cC5JzR5mcQYNLKBmYYP4w/>

atendidos para a preparação das provas de suficiência nas localidades onde não houvesse Faculdade de Filosofia (Favero; Britto, 2002).

Outro fator relevante que podemos destacar é o papel desempenhado pelas atividades sugeridas pela leitura da revista na constituição de um conhecimento padrão para orientar as práticas a serem desenvolvidas pelo futuro professor, legitimando um conhecimento balizador das práticas escolares cotidianas, selecionando e organizando o conhecimento possível.

Ao analisar a produção da Revista Escola Secundária, é possível argumentar que, como instância formadora, a revista envolve mais do que conhecimentos teóricos necessários à atuação profissional, é possível perceber uma ênfase nos conhecimentos práticos no ensino secundário da época.

Assim, a possibilidade de contribuir com as pesquisas em história da educação, bem como com a história dos impressos pedagógicos, a Revista Escola Secundária, foi um impresso importante, que apresentava várias orientações de desenvolvimento de atividades pedagógicas, voltadas para este nível de ensino.

A partir da escolha do objeto foi necessário fazer uma série de leituras sobre a temática, o quadro que segue apresenta as teses e as dissertações que tratam do tema e que foram utilizados nessa pesquisa:

Quadro 2: Dissertações e teses utilizadas como fonte bibliográfica

<b>Autor</b>	Ivete Maria Baraldi
<b>Orientador (a)</b>	Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica
<b>Título</b>	Retraços da Educação Matemática na Região de Bauru (SP): uma história em construção
<b>Resumo da tese</b>	Neste trabalho, pretendemos esboçar um perfil da região de Bauru (SP), através dos “retraços” da vida de alguns professores e professoras, referente à formação do professor de Matemática nas décadas de 1960 e 1970. Para atingirmos o nosso objetivo, trabalhamos com a História Oral (temática) como metodologia principal de investigação, sobre a qual delineamos aspectos teóricos e críticos quanto a sua utilização em pesquisas em Educação Matemática. Utilizamos tanto das fontes orais, na forma de depoimentos de professores de Matemática, como de documentos escritos (revisão bibliográfica). Ainda, apresentamos considerações sobre a configuração da Região de Bauru e da importância da ferrovia para ela, a CADES, a Matemática Moderna, a Lei 5.692/71, com o intuito de fornecer elementos para o esboço almejado e descrito anteriormente.
<b>Ano de defesa</b>	2003
<b>Programa</b>	Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – Área de Concentração em Ensino e Aprendizagem da Matemática e seus

	Fundamentos Filosóficos-Científicos- Universidade Estadual Paulista- Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro
<b>Autor</b>	Daniele de Aquino Gomes
<b>Orientador (a)</b>	Prof. Dr. Antonio Henrique Pinto
<b>Título</b>	A CADES e a formação de professores de matemática no espírito santo (1950 a 1970)
<b>Resumo da dissertação</b>	Esta pesquisa de Mestrado tem como objetivo analisar a atuação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, na formação dos professores de matemática para a escola secundária, no Espírito Santo, da sua criação, em 1953, até seu desaparecimento, no início da década de 1970, conjuntamente ao encerramento do longo ciclo da escola secundária no Brasil. Criada no governo Vargas, a CADES tinha, entre suas finalidades, a habilitação de professores para a escola secundária. Atuou em um contexto caracterizado pela pouca presença de cursos de licenciatura, o que conferia um obstáculo para expansão e modernização da escola secundária, cujo passado remonta ao período do Brasil Império. Para a construção, dialogamos com o campo historiográfico. Nessa perspectiva, entrelaçamos passado e presente, iluminando o primeiro a partir das questões suscitadas no segundo. A partir da análise das fontes (registros escolares, depoimento oral, manuais didáticos, entre outros), reunimos indícios, vestígios e pistas para contarmos essa história em construção. Dessa forma, a atuação da CADES apontava tanto para uma uniformização da prática docente, quanto para promoção de uma escola engajada e com uma formação para a vida, com finalidade mais ampla, contextualizada e não somente voltada à preparação para o ensino superior, mesmo em um período onde o ensino de matemática era tradicional. Assim, durante a pesquisa pudemos observar essas ressonâncias na prática docente de um professor habilitado pela CADES, e que teve acesso às obras publicadas pela Campanha voltadas à didática do ensino de matemática. Concluindo que, embora a Campanha tenha realizado a maioria das ações, prevista em seu Decreto de criação, em solo espiritosantense, elas ocorreram de forma tímida, pontual e descontínua. Fazendo com que fosse atribuída a CADES somente o papel de conceder habilitação docente. Por fim, a partir dessa pesquisa, foi produzido um vídeo-documentário, apresentando a atuação da CADES na formação dos professores de matemática no Espírito Santo.
<b>Ano da defesa</b>	2021
<b>Programa</b>	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Instituto Federal do Espírito Santo.
<b>Autor</b>	Bruna Camila Both Miranda
<b>Orientadora</b>	Ivete Maria Baraldi
<b>Título</b>	A CADES e um novo modelo de professor secundário nas décadas de 1950 e 1960
<b>Resumo da dissertação</b>	Este trabalho tem como tema central a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) em suas diferentes frentes de atuação, que visavam à criação de um novo

	modelo de professor Secundário no período de sua vigência, as décadas de 1950 e 1960. Considerando a criação de tal modelo como uma estratégia do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o trabalho, como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, pretende investigar as táticas mobilizadas pela CADES tendo como objetivo essa intenção. Para isso, analisa, especialmente, os Cursos de Orientação aos Exames de Suficiência, a revista <i>Escola Secundária</i> , o Concurso Dia do Professor e os livros por ela publicados como táticas, e, por meio das táticas ali percebidas, defende-se a criação de um novo modelo de professor secundário, amparado principalmente nos ideais da Escola Nova.
<b>Ano da defesa</b>	2019
<b>Programa</b>	Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação.

O quadro seguinte apresenta os artigos que tratam do tema e que foram utilizados nessa pesquisa:

Quadro 3: Artigos utilizados como fonte bibliográfica

<b>Autor</b>	Denice Barbara Catani
<b>Título</b>	A imprensa periódica educacional as revistas de ensino e o estudo do campo educacional
<b>Resumo do artigo</b>	O texto tem por objetivo descrever e analisar as potencialidades das revistas especializadas em educação como fonte para o estudo da constituição e da dinâmica do campo educacional numa perspectiva histórica. Descreve o estágio atual da pesquisa sobre a imprensa periódica educacional no Brasil e na Europa, noticiando a realização de estudos específicos sobre o tema. Procura também estabelecer uma cronologia das revistas pedagógicas oficiais paulistas e indicar fontes que facilitam o estudo e a localização de dados sobre os periódicos.
<b>Data de publicação</b>	julho/dezembro de 1996
<b>Revista</b>	Revista Educação e Filosofia
<b>Autor</b>	Rita de Cássia Prazeres Frangella
<b>Título</b>	Formação docente e a emergência de uma nova identidade profissional – a revista escola secundária da CADES (1957 – 1963)
<b>Resumo do artigo</b>	Este estudo, que integra pesquisa desenvolvida sobre a experiência de formação de professores na Universidade do Brasil através da prática no Colégio de Aplicação/ CAP (1948-1968) desta instituição, analisa a publicação da Revista Escola Secundária promovida pela Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (CADES) do MEC, editada entre 1957-1963, interrogando-a a partir dos significados que esta faz emergir para a produção de identidades docentes. Argumento que a leitura propiciada pela revista se investe do objetivo de fundar uma nova racionalidade docente, calcada na renovação técnico-metodológica da

	<p>escola secundária. A revista se constituiu dispositivo pedagógico de formação do magistério tendo como parâmetro as práticas instituídas no Cap. É possível perceber a articulação da formação desenvolvida no CAP e uma publicação comprometida com o processo de significação e produção de sentidos para a prática docente. Através da sua publicação mobilizam-se forças que pretendem alterar tanto o discurso pedagógico como as práticas que a partir dele se desenrolam. Os padrões estabelecidos para a atuação criam uma nova ordem do que é legítimo e ilegítimo, servindo como instrumento de legitimação, controle e regulação dos sentidos e práticas possíveis para o exercício docente e que se pretende padrão para as escolas secundárias do país.</p>
<b>Data de publicação</b>	Outubro 2007
<b>Revista</b>	Revista Teias
<b>Autor</b>	Elaine Rodrigues e Maurilane de Souza Biccas
<b>Título</b>	Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929 – 1930)
<b>Resumo do artigo</b>	<p>Este artigo foi escrito com o objetivo de operar materialmente com a ideia de que a problematização deve ser o ponto focal de todo o fazer historiográfico, da escrita da História, em específico da História da Educação. Intentou-se contribuir com a produção já existente no campo da História da Educação que utiliza os impressos pedagógicos como fontes privilegiadas, aqui tomadas à análise para responder de maneira complexa às perguntas: O que se pode fazer, em termos historiográficos, com uma fonte? Como se elege uma fonte? Quais possibilidades de adentrar os meandros que envolvem as tensões geradas no campo educacional ela pode revelar? Por que descrever a fonte? Qual relevância este procedimento apresenta para a operação historiográfica em particular, na operação realizada com a imprensa especializada em educação e ensino? A busca por respostas aos questionamentos suscitou reflexões afetas ao campo metodológico do fazer historiográfico da educação, trazê-las ao público é partilhar resultados provindos do risco de aceitar evidenciar, por meio de produção própria, resultados da operação historiográfica realizada com a <i>Revista do Ensino</i> de Minas Gerais, mais especificamente com a seção ‘nossos concursos’, com a premissa de que as fontes não falam por si e não existem a priori da sua eleição, como tal, pelo pesquisador.</p>
<b>Data de publicação</b>	Abril/Junho 2015
<b>Revista</b>	Acta Scientiarum Education
<b>Autor</b>	Norberto Dallabrida Fabiana Teixeira da Rosa, Brasil
<b>Título</b>	Circulação de ideias sobre a renovação do ensino secundário na revista <i>escola secundária</i> (1957-1961)
<b>Resumo do artigo</b>	<p>Este trabalho tem por objetivo compreender a circulação de ideias sobre a renovação pedagógica do ensino secundário na revista <i>Escola Secundária</i>, publicada pela CADES, entre os anos de 1957 a 1961. Por um lado, busca-se analisar a circulação de ideias sobre a renovação do ensino secundário</p>

	divulgadas por autores brasileiros, de outro procura-se compreender a difusão de experiências inovadoras do ensino secundário publicadas por autores estrangeiros. O estudo fundamenta-se nos conceitos de produção, circulação e apropriação de bens culturais cunhados por Roger Chartier. O <i>corpus</i> documental é formado por 23 textos publicados na revista <i>Escola Secundária</i> que focalizam o ensino secundário num momento histórico de intensos debates educacionais.
<b>Data de publicação</b>	Setembro-Dezembro 2016
<b>Revista</b>	Revista História da Educação
<b>Autor</b>	Norberto Dallabrida
<b>Título</b>	A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário.
<b>Resumo do artigo</b>	O presente trabalho defende que a chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro. Ela imprimiu organicidade ao ensino secundário por meio de várias estratégias escolares, como a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Desta forma, a cultura escolar definida pela reforma de 1931 procurava produzir um habitus burguês nos estudantes secundaristas, a partir da educação integral e de práticas de disciplinamento e de autogoverno.
<b>Ano da publicação</b>	Maió-agosto 2009
<b>Revista</b>	Revista Educação
<b>Autores</b>	Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal
<b>Título</b>	Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil
<b>Resumo do artigo</b>	O artigo aborda a relação entre espaço e tempo (sociais e escolares) e sua relevância na estruturação do sistema público de ensino primário no Brasil. Foi organizado em três tópicos: escolas de improviso, escolas-monumentos e escolas funcionais, pretendendo demarcar três grandes momentos da história da escola primária, definidos a partir do lugar físico-arquitetônico ocupado pela escola, bem como das temporalidades múltiplas nela vivenciadas, entrelaçados ambos a mudanças materiais e metodológicas do ensino no Brasil.
<b>Ano da publicação</b>	Maió- agosto 2000
<b>Revista</b>	Revista Brasileira de Educação
<b>Autor</b>	Paschoal Lemme
<b>Título</b>	O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira

<b>Resumo do artigo</b>	O artigo aborda as transformações ocorridas na educação por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, traçando um panorama dos acontecimentos do Brasil nesse período e elucidando as características desse movimento renovador.
<b>Ano da publicação</b>	2005
<b>Revista</b>	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
<b>Autor</b>	Clarice Nunes
<b>Título</b>	O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos
<b>Resumo do artigo</b>	O ensino secundário corresponde ao atual segundo segmento do ensino fundamental (Lei 9.394/96). Este artigo apresenta uma releitura do ensino secundário na educação brasileira, destacando questões relacionadas ao acesso e à qualidade. Mostra como ele se transformou de tipo de ensino oferecido em certas instituições, sobretudo privadas, em nível de ensino de um sistema escolar. Merecem ênfase, nessa trajetória, os seus momentos decisivos, que remetem a conflitos entre projetos de sociedade, concepções formativas e alternativas pedagógicas inovadoras. O principal objetivo é compreender os significados que lhe foram atribuídos por diferentes grupos e/ou classes, no sentido da democratização da educação em nossa sociedade, significados esses transformados em políticas públicas ou na ausência delas.
<b>Ano de publicação</b>	2002
<b>Revista</b>	Revista Brasileira de Educação
<b>Autor</b>	Anísio Teixeira
<b>Título</b>	A crise educacional brasileira
<b>Resumo do artigo</b>	Este artigo retrata um desenho da crise na educação, fazendo apontamentos de que a educação, como função social, é uma decorrência da vida em comunidade e participa do nível e da qualidade da própria vida em comum. É por este modo que adquirimos a língua, a religião e os nossos hábitos fundamentais. É por este modo que somos brasileiros, que somos de nossa classe, que somos afinal o que somos. A família, a classe, a religião são instituições educativas, transmissores dos traços fundamentais de nossa cultura, e a elas ainda se juntam a vida social em geral e os grupos de trabalho e de recreio. É necessária uma reforma que vá de encontro com os anseios dessa nova sociedade.
<b>Ano de publicação</b>	1953
<b>Revista</b>	Revista Brasileira de estudos Pedagógicos

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação.

A fim de atingir os objetivos específicos propostos, a dissertação está estruturada em 3 capítulos a saber: o capítulo 1 apresenta um panorama do ensino secundário no Brasil,



inicialmente fazendo alguns apontamentos sobre o contexto político-econômico brasileiro dentro do recorte temporal proposto, destacamos o ensino secundário em suas diferentes fases chegando à criação dos cursos e campanhas para a formação de professores. No segundo apresenta a gênese da CADES, bem como Revista Escola Secundária como dispositivo pedagógico do ensino secundário. No terceiro capítulo propõe-se uma descrição em torno dos conteúdos da Revista Escola Secundária, sua organização gráfica e pedagógica, bem como uma apresentação mais detalhada da seção de Didática, refletindo sobre a contribuição de seus textos para a formação do professor secundarista, e por fim ressaltamos os discursos do professor Gildásio Amado, diretor do ensino secundário, dentro da revista Escola Secundária.

# CAPÍTULO 1

## CONJUNTURA DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL

A educação para o desenvolvimento, numa realidade complexa, como é a brasileira, teoricamente não é um conceito fácil de se construir, já que se trata de pensar a educação num contexto profundamente marcado por desníveis. E pensar a educação num contexto é pensar esse contexto mesmo: a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que está imerso (Romanelli, 1986, p. 23).

Este capítulo tem por objetivo apresentar um panorama do ensino secundário no Brasil, a fim de perceber a trajetória deste nível de ensino e a sua finalidade.

Busca-se apresentar as principais reformas pelas quais o ensino secundário passou, tendo como marco temporal, o império até a quarta república, quando o ensino secundário perde seu caráter humanístico.

### 1.1 APONTAMENTOS SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO BRASILEIRO

No período que compreende o século XIX e a primeira metade do século XX, transformações de ordem política e econômica incidiram diretamente no processo de disseminação da instrução escolar bem como no papel do Estado na configuração da escola pública. Tal processo desencadeou intensas mudanças nas práticas escolares, o que demandou das atividades educativas uma coerência com o novo contexto sociocultural que se instaurava.

A preparação do cidadão para atender as expectativas desse novo contexto político – econômico e sociocultural, introduz no âmbito da sociedade, a concepção de educação como alicerce de um homem novo, que viesse atender a sociedade vigente. Nessa perspectiva o governo se organizava para restaurar o ensino secundário, com a intenção de suprir as deficiências existentes nessa modalidade educacional e propagar o capitalismo para difundi-lo em todos os lugares. Assim, a elaboração do imaginário através da educação, plasma uma visão de mundo modelando a conduta do aprendiz, cidadão.

A origem e o desenvolvimento da escola pública burguesa, assumem várias formas de propagação do capitalismo em diferentes nações do mundo e muitas transformações características começam a ser apreendidas no decorrer deste processo.

O Brasil da Primeira República, era um país com uma população em crescimento, e eminentemente rural, com taxas grandes de analfabetismo, por isso o sistema escolar mantido pela monarquia foi duramente criticado pelos republicanos por ser considerado arcaico e precário, pois se baseava num ensino repetitivo e sem significado. Assim, almejando uma grande mudança no campo educativo e visando superar os problemas da sociedade brasileira e também para consolidar o próprio regime, é proposto pelos republicanos uma reforma educacional, de modo que as escolas seriam o elo que ligaria o povo brasileiro às questões nacionalistas de desenvolvimento. José Carlos Araújo (2006) salienta que:

Nesse momento histórico, o Brasil precisava desenvolver tanto sua economia quanto a educação, portanto, esses dois eixos que formavam a plataforma de governo eram indissociáveis. Sem o desenvolvimento educacional, o país não teria como desenvolver o setor industrial, uma vez que é nas escolas que se forma a mão de obra tão importante para o funcionamento das fábricas. No plano de criação de um sentimento de nacionalização, o governo tinha nas escolas um campo propício para inculcar sua ideologia nos indivíduos, desde criança (Araújo, 2006, p. 13).

Nessa perspectiva, era necessária uma preparação do cidadão brasileiro, para atender às expectativas desse novo contexto político-econômico e sociocultural. Assim, a reelaboração do imaginário através da educação visava plasmar uma visão de mundo, modelando a conduta do aprendiz, do novo cidadão republicano.

A educação era considerada a mola propulsora para superar os atrasos da sociedade brasileira, aplicando-se a ela o poder de regenerar a nação e de garantir os avanços econômicos, sociais e políticos do país, por isso eram necessários investimentos nesse setor. Esse processo desencadeou intensas mudanças nas práticas escolares, o que demandou das atividades educativas uma coerência com o novo contexto sociocultural que se instaurava.

Jorge Nagle (2001) analisa diversos movimentos político-sociais que se formaram na Primeira República e a diversidade de concepções diferentes de educação, que foram se desenvolvendo ao longo dos primeiros anos da república.

Coadunando-se com Demerval Saviani (2006a), em seu pensamento, procura delinear os meandros políticos e sociais que propiciaram a materialização e a ampliação do Sistema Educacional Brasileiro, principalmente as transformações sociais ocorridas no final do XIX início do século XX, com a pretensão de contribuir para a compreensão da questão educacional brasileira, no que tange à sua origem e a seu peculiar modo de compreensão. Ele também sugere indagações sobre a consolidação dos modelos pedagógicos no Brasil e revela as condições

materiais e os agentes históricos que proporcionaram a democratização da escola pública no Brasil.

Nagle (2001) aponta diferentes correntes de ideias, sendo eles o socialismo, anarquismo, maximalismo, nacionalismo, catolicismo, tenentismo, modernismo e os antecedentes que marcaram o integralismo. Esses movimentos e correntes, de certa forma, concebiam uma visão de mundo diferenciada, e a educação era o marco que tornaria seus projetos realidade. Durante toda a República Velha, percebemos a presença de diferentes correntes educacionais, que postulavam pela remodelação do ensino.

Luís Pereira Barreto (1981), defendeu uma remodelação no sistema de educação:

Vós sabeis que estamos atravessando um momento histórico, em que de todos os lados se pede a reorganização do ensino, em que se pedem escolas e mais escolas. A opinião que prevalece é que o nosso ensino deve ser exclusivamente prático; que as nossas escolas devem ser estritamente técnicas. A quadra, que atravessamos, é de terror às teorias. Sem dúvida, minhas senhoras, nada pode haver de mais belo que uma escola modelo. Somente, eu não concebo como se possa instalar uma prática qualquer sem a prévia teoria correspondente. [...] Antigamente, é verdade, a prática precedeu a teoria; mas as conquistas destes últimos cinco séculos inverteram de tal modo os papéis, que hoje, o método didático é exatamente o inverso; é a teoria que hoje guia, ilumina e fecunda a prática. É sobre as teorias que estão fundadas todas as indústrias modernas (Barreto, 1981, p. 19-20).

Nessa perspectiva fica evidente o quanto é necessário subsidiar as práticas didáticas em teorias que sejam concernentes com as práticas que serão aplicadas no contexto educacional, não há prática sem teoria e vice-versa, ambas são complementares e essenciais no processo de remodelação do ensino.

Ao longo dos anos da primeira república, vários intelectuais da educação foram surgindo e reafirmando, que a sabedoria técnica e científica eram fatores de modernização<sup>4</sup> e progresso dentro do novo regime instaurado.

---

<sup>4</sup> Entende-se por Modernização aquele conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos. Praticamente, a data do início do processo de Modernização poderia ser colocada na Revolução Francesa de 1789 e na quase contemporânea Revolução Industrial inglesa que provocaram uma série de mudanças de grande alcance, nomeadamente na esfera política e econômica, mudanças que estão intimamente inter-relacionadas. Naturalmente, o fermento dessas duas grandes transformações há de ser buscado nas condições e nos processos que vinham se desenvolvendo havia algumas décadas e que culminaram nas duas revoluções. Estes processos de transformações profundas e frequentemente rápidas tiveram repercussões imediatas no sistema internacional e foram exportadas pelos europeus para toda a parte, mesmo que só vingassem lenta e parcialmente. É essa a razão por que o processo global foi designado com o nome de europeização, ocidentalização ou, enfim, com o termo mais abrangente e menos etnocêntrico de Modernização. Para saber mais consultar Dicionário de Política de Norberto Bobbio, 2004 (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2004).

Segundo Boris Fausto (2006):

A modernização econômica que visa a uma melhor organização das capacidades e das potencialidades produtivas de uma sociedade envolve, antes de tudo, um êxodo mais ou menos maciço de mão-de-obra excedente dos campos, mão-de-obra expulsa em parte pela mecanização do setor agrícola, em parte atraída pelas nascentes indústrias urbanas. Criam-se, assim, enormes conglomerados urbanos. A necessidade de saber manejar máquinas complexas e de prover a administração de grandes empresas torna necessário o aumento da alfabetização para que se torne possível uma rápida, mais segura e mais ampla aquisição dos conhecimentos indispensáveis. [...] Acrescente-se que a alfabetização adquire também um significado político próprio. (Fausto, 2006, p. 88).

Nesse sentido, observa-se que ser alfabetizado e dominar os princípios da leitura, escrita e cálculos, toma uma nova dimensão política, é a possibilidade de ascensão social e econômica e uma aquisição de saberes intelectuais que iriam proporcionar uma cosmovisão do moderno regime republicano. Acreditaram que era pela educação que o regime se consolidaria de forma eficaz e teríamos uma nação diferente.

Na visão de Fausto (2006),

[...] a sociedade é concebida com uma grande máquina que os dirigentes políticos conduzem à prosperidade. Nesta máquina, é importante que cada um ocupe o seu lugar e trabalhe, o que implica aptidões e capacidades. Estas adquirem-se na escola, e entre elas, a aprendizagem da leitura – a alfabetização – constitui a base. Assim, a escola assume um papel principal (Fausto, 2006, p. 31).

Os anos iniciais de edificação do regime republicano foram marcados pela necessidade de incorporar a população à nova ordem que se pretendia instaurar e de preparar e integrar os trabalhadores livres ao mercado de trabalho (Faria Filho, 2014). Era preciso, na perspectiva dos republicanos, superar a situação de atraso em que se encontrava o Brasil. Além disso, Maria Lúcia de Arruda Aranha (2002) assinala que

[...] era importante inscrever a república nos corações e nas mentes dos brasileiros, e o processo de construção de um imaginário republicano, [...] mostrou-se tão complexo quanto aquele da formulação da engenharia política necessária à instabilidade do regime implantado em 1889 (Aranha, 2002, p. 37).

Nesse contexto, José Carlos Souza Araújo, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Sauloéber Társo de Souza (2012) salientam que:

[...] uma nova visão sobre o tipo de homem a ser formado pela escola, qual seja, de um indivíduo moralizado, pensante e produtivo à nação. Podemos observar a enorme preocupação por parte dos republicanos através da atenção constantemente voltada aos avanços educacionais e econômicos dos países civilizados, e nessa perspectiva, empreenderam-se em reorganizar o ensino nos moldes desses países no intuito de garantir a ordem e o progresso da sociedade brasileira (Araújo; Ribeiro; Souza, 2012, p. 12).

Sendo assim, em todo o país surgiram educadores preocupados em difundir esse novo ideário republicano que, com seus conhecimentos e experimentos empíricos tinham uma visão que estava em sintonia com os anseios republicanos do setor educacional, por isso foram propostas várias reformas na área educacional, plasmando uma nova era por meio da educação.

É importante ressaltar que a forma como evolui a economia, a mesma interfere na evolução da organização do ensino, já que o sistema econômico pode ou não criar uma demanda de recursos humanos que devem ser preparados pela escola, no Brasil não era diferente, ao passo que a economia crescia, a educação também sofria repercussões.

Tabela 1: Evolução do Crescimento Populacional e escolarização no Brasil, da população de 5 a 19 anos, de 1920 a 1970

Anos	População de 5 a 19 anos	Matrícula no Primário	Matrícula no Médio	Total de Matrícula	Taxa de Escolarização	Crescimento da População	Crescimento da Matrícula
1920	12.703.077	1.033.421*	109.281*	1.142.702*	8,99	100	100
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,43	122,26	291,28
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15	148,20	430,92
1960	25.877.611	7.458.002	1.177.427	8.635.429	33,37	203,71	755,70
1970	35.170.643	13.906.484	4.989.776	18.896.260	53,72	276,86	1.653,64

Fonte: Romanelli (1986, p. 64)

Por meio da Tabela 1, elaborada por Otaíza de Oliveira Romanelli (1986), percebemos que o crescimento populacional influencia a busca pela escolarização, no entanto as matrículas em 1920 na faixa de 5 a 19 anos, representavam apenas 9%, estimando que 90% da população nessa faixa etária ainda permaneciam fora da escola, sendo necessário um trabalho constante por um país alfabetizado, uma vez que o novo regime tinha como lema avançar para a modernidade, por meio da educação. Entretanto verificamos uma expansão da escolarização nas décadas posteriores, mas não alcançando a totalidade de 100% até a década de 1970, nos fazendo inferir que a educação se expandiu com a economia e a política, mas a passos lentos.

Romanelli (1986) destaca que na década de 1920 a população, já não abrangia apenas a massa homogênea dos agregados das fazendas e dos pequenos comerciantes da zona urbana, já existia uma pequena burguesia comercial e industrial, classes médias urbanas e proletariado industrial, que comungavam de ideias e movimentos socialista, anarquistas, nacionalistas, tenentistas, catolicistas entre outros, ou seja, emergia uma nova sociedade com pensamentos e perspectivas inovadores.

A educação como a política, passou por várias transformações e vale destacar que no período que compreende os anos de 1946 a 1961, temos um novo regime restabelecido, o regime democrático, em que o nacionalismo e o populismo caracterizaram a vida política, enquanto a ascensão e a implantação das indústrias pesadas se despontavam como formas de evolução do novo período que emergia.

Vale destacar que nesse período a população economicamente ativa, indicava um crescimento da produção agrícola em relação a população industrial. O crescimento da produção agrícola se deve a crescente exportação de algodão nesse período, que tinha uma ascensão crescente frente ao mercado econômico.

Outra transformação que foi um marco para o desenvolvimento do Brasil, conforme o artigo 5º da Constituição de 1946 (Brasil, 1946), que trata das competências da união definiu o Brasil como República federativa, estabelecendo-se atribuições dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, dando novas formas e contornos a política brasileira. Um dos marcos da nova Constituição de 1946 foi abrir espaço para o reinício das lutas ideológicas em torno do sistema educacional e propor um anteprojeto para as diretrizes e bases da educação, que seria debatido e elaborado para atender a educação brasileira.

Fausto (2006) destaca também outras transformações desse período:

No início da década de 50, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares. Tratou-se de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou-se o problema do carvão nacional. Ocorreu também o reequipamento parcial da marinha mercante e do sistema portuário. Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial (Fausto, 2006, p. 409).

Apesar de todas as transformações que aconteceram nesse período, Getúlio Vargas também sofreu forte oposição, greves e reivindicações de todos os setores e foi preciso reformular alguns ministérios para melhor atender as expectativas do novo governo.

Vargas se destacou por muitos anos frente à política brasileira, mas o desfecho político dele foi inesperado e a queda do seu governo se deu em 1954, com o seu suicídio e uma “carta testamento” deixada para a população brasileira.

Após todos esses acontecimentos na política brasileira, novas eleições foram realizadas, e Juscelino Kubitschek foi o eleito, e tinha como principal desejo de campanha avançar no desenvolvimento econômico, com o apoio no capital público e privado.

A partir dessa perspectiva Fausto (2006) enfatiza que,

Em comparação com o governo Vargas e os meses que se seguiram ao suicídio do presidente, os anos JK podem ser considerados de estabilidade política. Mais do que isso, foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. (Fausto, 2006, p. 422).

A política econômica do novo governo era baseada no Programa de Metas, abrangendo trinta e um objetivos, subdivididos em seis grandes áreas: energia, transportes, indústrias de base, alimentação, educação e a construção de Brasília, que era chamada de meta-síntese, no entanto esse plano só teve êxito nas três primeiras áreas, não atingindo as metas na educação e alimentação.

O período do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi marcado pelo otimismo e desenvolvimento econômico brasileiro, no entanto na educação o projeto de lei para diretrizes e base da educação continuava a tramitar na câmara federal. Jorge Caldeira *et al.* (1997) endossam que:

Entre 1955 e 1961, a produção de aço cresceu 100%; a das indústrias mecânicas, 125%; a das elétricas e de comunicações, 380%; e a das indústrias de equipamentos de transportes, 600%. A produção industrial como um todo cresceu 100%, a taxa de crescimento real foi de cerca de 7% ao ano, e a renda per capita aumentou 4% ao ano (Caldeira *et al.*, 1997, p. 295).

Os grandes feitos públicos realizados por Juscelino, criaram a imagem de um país em intensa modernização, pois desde o fim da Era Vargas até os fins de 1950, a economia nacional crescia cerca de 6% ao ano.



Enquanto a modernização acontecia no campo econômico e social, as lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais entraram em uma espécie de hibernação como podemos citar o projeto de Lei de diretrizes e bases da educação.

Pelo exposto, apreendemos que o projeto de lei foi marcado por dois períodos de longos debates e várias reformas dentro do projeto. Cada nova versão do projeto requereu a implantação de uma série de estratégias que pudessem evidenciar e priorizar os aspectos pedagógicos e políticos o que resultou em reconfigurações significativas no tocante ao cotidiano escolar e à qualidade de ensino.

Romanelli (1986) salienta que a reforma do ensino nacional, foi marcada por dois períodos de debates:

Um primeiro, mais prolongado, que vai de 1948, quando foi apresentado o anteprojeto primitivo, até 1958; um segundo período começa aí e termina com a votação da lei em 1961. O primeiro período caracterizou-se por lutas e discussões que giravam em torno de interpretações contraditórias. Em 1948, após tramitação pela comissão Mista de Leis Complementares, ao Senado, e devido um parecer desfavorável do Deputado Capanema, o projeto foi arquivado. Em 1951, a Câmara dos Deputados solicitou fosse exumado projeto, mas este se havia extraviado. Determinou-se então a sua recomposição, o que foi feito com a colaboração de várias subcomissões. Em 1952, ficou-se apenas nos “estudos” do projeto. (...) Em 1956, entre projetos, pareceres e emendas já somavam 14 documentos que compunham o projeto e ainda aguardava aprovação (Romanelli, 1986, p. 409).

A escola pública, assim como as leis que permeiam toda a sua história, constituem o resultado de uma permanente (re) construção da prática política. Assim sendo, não deriva do passivo, do linear e do estável. Requer uma militância política que evoque a participação dos diferentes atores envolvidos no processo educacional. O sentido político está imbuído na criação da escola pública. A ação do coletivo adquire, portanto, posição central neste processo.

Assim, como a lei de diretrizes e base da educação ficou tramitando por treze anos, até ser aprovada, o ensino primário e o secundário também sofreram sequelas por falta de reformas e reestruturações em suas etapas de ensino, podemos afirmar que apenas no Estado Novo, aconteceram algumas reformas mais decisivas para essas etapas de ensino a partir de 1942.

Nesse sentido, a dimensão política ganha corpo com o incremento da dimensão pedagógica. De acordo com Lilian do Valle (1997),

É impossível separar a escola pública do sentido eminentemente político que está investido em sua criação: ela nasce no seio de toda uma reelaboração da sociedade, como um desdobramento específico da atividade política que vai

consolidando. Ela não é um produto da iniciativa isolada de um grupo social (como a igreja), nem seu aparecimento resulta de problemas setoriais localizados no exterior da ordem pública (como ação educativa assistencial da monarquia). Surge no interior da prática política como uma necessidade eminentemente ligada à concepção e a gestão da república e da criação da nação e de seus cidadãos (Valle, 1997, p. 41).

As transformações da sociedade sempre vêm acompanhadas de esperanças e cada proposta de educação ou modelo pedagógico que era implementado, tinha como objetivo envolver os sujeitos participantes do processo e conduzi-los a modernidade pela educação.

Embora o Brasil passasse por uma série de transformações nas esferas econômicas e políticas na década de 50, a educação e saúde não atendiam as necessidades da população. Juscelino conquistou a população com grandes obras, mas para a execução delas realizou muitos empréstimos no exterior, deixando o Brasil anos depois em uma crise econômica e inflacionária, devido os vultosos investimentos.

Vale ressaltar que surgimento das instituições escolares, marcou o processo e transmissão do capital intelectual e cultural de forma organizada e estruturando, permitindo a sociedade a vislumbrar novos anseios por meio da escolarização. No entanto, salienta-se que a estrutura econômica social sempre interferiu na educação e à medida que essa se modificava, reverberava diretamente no campo educacional.

Assim como a sociedade foi se transformando por meio da política e dos estratos econômicos, a escola também foi se modificando para melhor atender as necessidades da época. O ensino primário ganhou visibilidade e tomou diferentes proporções nos primeiros anos da república. Já o ensino secundário, ficou como um pano de fundo, sem muitas transformações e especificidades até o ano de 1931, quando iniciou as primeiras reformas dessa etapa educacional. Torna-se necessário compreender o que foi o ensino secundário, quais as reformas pertinentes a essa modalidade educacional, e o que acrescentaria a população brasileira essa etapa da educação. Apresentamos, pois, alguns aspectos que sustentam a criação desse nível de ensino e as reformas que foram implementadas, com intuito de trazer organicidade ao ensino secundário.

## 1.2 O ENSINO SECUNDÁRIO DA COLÔNIA AO 1º IMPÉRIO

O ensino secundário, que tem sua gênese, com a chegada dos jesuítas, com uma pedagogia própria, tradicional, clássica e coerente com seus preceitos, faz surgir um tipo de ensino diferenciado, voltado para os adolescentes, que após alguns anos seria chamado de

ensino secundário. Conforme Otaiza de Oliveira Romanelli (1986, p. 35), a educação nesse período estava vinculada a missão de catequização e uma educação elementar, sendo destinado “a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para esta última”

Bruna Camila Both Miranda (2019) afirma que,

Para alguns historiadores, a História da Educação nacional tem como marco inicial o ano de 1549, com a chegada do primeiro governador geral do Brasil e, com ele, dos jesuítas. Nesse período, a educação que se instaurou tinha estreita ligação com a catequese praticada na Colônia, tendo como público alvo da educação elementar (Miranda, 2019, p. 22).

A atuação dos jesuítas frente à educação no Brasil, tinha como pressuposto uma educação que assegurasse que os povos indígenas tivessem uma formação voltada para os pilares da época, plasmando por obediência política e fidelidade religiosa, em consonância com os preceitos instituídos por Portugal, que colonizava o Brasil.

Clarice Nunes (2000) afirma que,

O ensino secundário foi introduzido pelos jesuítas na sociedade colonial brasileira há praticamente 500 anos, embora outras ordens religiosas, como os franciscanos, carmelitas e beneditinos, também estivessem realizando em nossa terra um apostolado que privilegiava a educação (Nunes, 2000, p. 36).

Os jesuítas criaram um sistema próprio de ensino, que prevaleceu até a sua expulsão em 1759, causando uma ruptura no sistema educacional, pois ao saírem, nenhum outro sistema veio para substituí-los, deixando assim o sistema educacional brasileiro em descrédito em relação aos outros países. A partir desse momento muitas instituições escolares passaram a se constituírem com aulas de disciplinas isoladas, chamadas “aulas régias”<sup>5</sup>, estabelecidas em Portugal e em suas colônias por meio do alvará de 28 de junho de 1759, promovida pelo então ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal.

---

<sup>5</sup> “As aulas régias com que se pretendeu substituir os antigos colégios, eram instituições menos desenvolvidas e menos diferenciadas internamente do que aquêles, além de não serem confiadas a professôres do mesmo nível, formação e vocação dos Jesuítas. Os colégios eram instituições em que havia uma organização e divisão do trabalho pedagógico. Reunindo número suficiente de alunos e mestres, o trabalho didático era convenientemente planejado, distribuindo-se por graus ou estágios do progresso dos alunos” (Silva, 1959, p. 208). Já as aulas régias estavam mais relacionadas à conclusão do estudo de um dado conteúdo do que ao de término de ano letivo. “Não havia nelas, dêsse modo, classificação dos alunos nem graduação do ensino ou planejamento didático” (Silva, 1959, p. 208), e elas não sofriam qualquer inspeção, orientação ou incentivo. Nelas os “[...] professores escolhiam seus horários de aula e os conteúdos de suas lições, e os alunos matriculavam-se e retiravam-se das aulas quando bem entendessem” (Miorim, 1998, p. 87).

De acordo com Laerte Ramos de Carvalho (1978), a chamada reforma pombalina, representava uma atitude antijesuítica, tendo em vista que o Marquês de Pombal entendia que os jesuítas representavam um obstáculo e fonte de resistência às tentativas de implantação da nova filosofia iluminista, que não tinha um escopo totalmente laico, mas sim antijesuística. Ainda de acordo com o autor, “Nas publicações antijesuíticas da administração do Marquês de Pombal, transparece claramente a preocupação de atribuir aos inicianos a principal responsabilidade pela decadência em que se encontravam os estudos em Portugal” (Carvalho, 1978, p. 39).

Maria de Lourdes Mariotto Haidar (1973, p. 37) ainda reforça que, “[...] ao destruir a obra pedagógica dos jesuítas e, oficialmente, assumir a responsabilidade pela instrução pública, Pombal pretendia não apenas renovar o ensino em seus métodos e processos, mas laicizá-lo em seus objetivos, colocando-o a serviço dos interesses civis e políticos do Império Luso.”

Entretanto, ao desmontar uma organização educacional já estruturada, substituindo por outra, sem um projeto educacional, tornou-se desastrosa para o ensino no Brasil, provocando a nossa primeira crise educacional.

Tal situação começa a mudar com a chegada da família real ao Brasil em 1808, provocando uma série de transformações na cidade do Rio de Janeiro, nova sede da corte brasileira. Em relação a educação, especificamente ao ensino secundário, é criado na cidade do Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, por meio do decreto de 02 de dezembro de 1837, com a função de se tornar o modelo de ensino para o nível secundário em todo o país. A instituição foi criada com o objetivo de atender a elite intelectual, econômica e religiosa, tornando-se o colégio padrão a ser seguido pelos congêneres em todo o país e foi inspirado nos moldes franceses de ensino. De acordo com Silva,

A expressão “ensino secundário” se generaliza, entre nós, com aquela acepção restrita que viera a ter na França e, daí se irradiara para outros países. “Ensino secundário”, como anteriormente mostramos, não tem acepção de um simples nível, mas de um tipo de ensino, aquele tipo ministrado em instituições que, entre nós, tem sido chamadas de colégios, liceus, ginásios, institutos, ateneus, e cujo currículo tem concretizado uma conciliação, mais ou menos bem sucedida, entre a tradição pedagógica anterior ao século XIX e as novas condições e necessidades do mundo moderno (Silva, 1969, p. 198).

Embora o ensino secundário fosse classificado como elitista, com a criação do Colégio Pedro II, se caracterizou desde o início com o enciclopedismo, com caráter fragmentário e desarticulado da estrutura institucional.

Na esteira dessa modernização por meio da educação, com o advento da república muitos pensamentos e correntes pedagógicas surgiram, como o socialismo, anarquismo, nacionalismo, catolicismo, tenentismo, modernismo trazendo em seu escopo reformas educacionais, que transformariam todo o cenário educacional. Para vários intelectuais era necessário que a reforma acontecesse, para que a taxa de analfabetismo diminuísse e com ela a ignorância das pessoas, assim estariam fazendo jus ao novo regime implementado no Brasil. Assim, por meio do Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, temos a primeira tentativa de reforma do ensino primário e secundário, que tinha como objetivo regulamentar esses níveis de ensino no Distrito Federal, mantendo a descentralização da educação primária, está sob a responsabilidade dos estados (Brasil, 1890).

Nesse sentido, de acordo com Miranda, a reforma Benjamin Constant,

[...] propôs transcender o ensino clássico humanista com a implantação do exame de madureza, que romperia o aspecto propedêutico do Ensino Secundário que, por sua vez, passaria a ter função formativa e não apenas preparatória. Com essa Reforma mantiveram-se os sete anos do Ensino Secundário, e quanto ao currículo foram acrescentadas disciplinas de cunho científico, ampliando o caráter enciclopédico do ensino (Miranda, 2019, p. 26).

Essa reforma trazia como objetivo superar o caráter exclusivamente preparatório do ensino secundário, conservando os sete anos de ensino e colocando o Ginásio Nacional<sup>6</sup> como modelo padrão a ser ministrado em todo o país, pois até então não havia uma regulamentação e padronização para o ensino secundário. Outro ponto crucial da reforma foi organizar o processo educativo sob o modelo seriado, ampliando o currículo com disciplinas de cunho científico, dando ênfase ao enciclopedismo, representando uma tentativa de restaurar o sentido formativo do ensino secundário, que desde a expulsão dos jesuítas, sofria com uma carência adequada na estrutura institucional.

Luiz Antônio Cunha (1986) destaca que, “[...] além do alargamento dos canais de acesso ao ensino superior, Benjamin Constant criou condições legais para que escolas superiores

---

<sup>6</sup> Com a Proclamação da República, em 1889, o Colégio passa a se chamar Instituto Nacional de Instrução Secundária, mudando para Ginásio Nacional, já em 1890. Dois anos depois, o Internato é extinto e cria-se o 2º Externato, fundido ao Externato localizado no Centro por um único regulamento. Em 1909, outra mudança. O presidente Nilo Peçanha, ex-aluno do Colégio, decreta que o Externato passe a se chamar Externato Nacional Pedro II e o 2º Externato, Internato Nacional Bernardo de Vasconcelos. Apenas em 1911, sob decreto do presidente Marechal Hermes da Fonseca, também ex-aluno, a Instituição retorna à denominação de Colégio Pedro II, dividido em Externato e Internato (Colégio Pedro II, 2014). Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/component/content/article/83-cpii/1632-per%C3%ADodo-republicano.html>

mantidas por particulares viessem a conceder diplomas dotados do mesmo valor dos expedidos pelas faculdades federais” (Cunha, 1986, p. 172-173).

Outra reforma relevante para o Ensino secundário foi a de Epiácio Pessoa, por meio do Decreto n. 3.890, de 1º De janeiro de 1901, quando apresentou novo regulamento para o Colégio Pedro II, reduzindo o Curso Secundário a seis anos (Brasil, 1901). De acordo com Miranda,

Com a Reforma Epiácio Pessoa visava-se à substituição de um ensino de concepção preparatória por um regime seriado ou de promoções sucessivas. Ela marcou o início da uniformização do Ensino Secundário no país por meio da equiparação dos colégios particulares e estaduais ao Colégio Pedro II. Para essa equiparação, os colégios deviam seguir o regulamento do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) quanto ao “número e seriação das disciplinas, a sua distribuição pelos anos do curso e ao número de horas semanais consagradas ao estudo de cada matéria” . Os programas a serem seguidos eram os organizados pelo Colégio Pedro II, e para sua execução também devia ser observado seu regulamento e seus modelos de exames de admissão, madureza e de progressões sucessivas. Essas medidas, para além de sua expressa intenção unificadora, visavam a um reconhecimento formal dos exames prestados em outras instituições, que não o Ginásio Nacional, para matrícula no Ensino Superior (Miranda, 2019, p. 27).

Para Silva (1969), essa reforma fracassou ao tentar dar ao ensino secundário um sentido próprio, uma vez que o mesmo continuaria funcionando como um curso preparatório ao ensino superior. A equiparação ao Colégio Pedro II de todas as escolas do país que ministrassem ensino secundário e a consequente fiscalização federal não alcançava o objetivo de torná-lo um ensino com um fim em si mesmo, uma vez que os educandos continuam a vê-lo apenas como um degrau de preparação imediata ao exame de habilitação ao ensino superior.

No ano de 1911 toma corpo a Reforma organizada por Rivadávia Corrêa, instituído pelo Decreto n<sup>o</sup> 8.659 de 15 de abril de 1911, perdurou até 1915 e foi bastante polêmica, pois trouxe a desoficialização do ensino, ao objetivar autonomia e liberdade total das práticas educativas formais (Brasil, 1911). A partir dela os estabelecimentos escolares “[...] não estariam sujeitos a nenhuma autorização governamental para seu funcionamento, nem a nenhuma fiscalização, coisas que se tornavam desnecessárias”, pois instituição alguma teria privilégio em relação à outra. Nesse sentido Silva afirma que,

Essas medidas propiciaram a proliferação de cursos sem qualidade, unicamente preocupados em formar bacharéis e doutores. “A crer em certos testemunhos, o resultado da liberdade de ensino não foi diferente daquele facilmente previsível: a caça ao diploma, por uma clientela ávida de ascensão

social ou pouco disposta a um esforço sério de justificação das posições sociais herdadas” (Silva, 1969, p. 269).

Essa reforma polêmica e desastrosa para o ensino secundário trouxe vários problemas, pois ao trazer a desoficialização desse nível de ensino, colocou o ensino secundário em decadência e foi extinta em 1915, pelo ministro do Interior Carlos Maximiliano.

Primando pela substituição da Reforma Rivadária, entrou em vigor, a Lei Maximiliano, que reorganizou o ensino secundário pelo Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915 (Brasil, 1915). Considerada uma reforma mais consciente, pois tratou de reoficializar o ensino secundário e dar a ele sua real função, que era de preparar os estudantes para o ensino superior, visto que os problemas do ensino primário, ainda não haviam sido resolvidos, era necessária uma nova visão de preparação dentro do ensino secundário.

Apesar das mudanças propostas por todas as reformas, o ensino secundário, ainda não havia encontrado pressupostos que o sustentassem e dessem a ele credibilidade como modalidade educacional, retirando-lhe o estigma de curso preparatório isolado para o ensino superior.

Em face da decadência em que se encontrava o ensino secundário, uma nova tentativa de reforma entrou em vigor em 1925, a Reforma Rocha por meio do Decreto nº 16.782a de 13 de Janeiro de 1925, (Brasil, 1925) procurou dar ao ensino secundário um caráter de ensino regular, capaz de preencher funções mais amplas do que a mera preparação fragmentária e imediatista aos cursos superiores, tinha por finalidade fornecer preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que seja a profissão a que se dedicasse posteriormente o estudante. O ensino secundário pela primeira vez foi visto como uma prolongação do curso primário, conforme apontado por Silva,

Nessa nova reforma os exames preparatórios deveriam ser substituídos imediatamente pelos estudos seriados, sendo que o ensino secundário deveria ser uma extensão do ensino primário, com o objetivo de fornecer uma cultura média geral do país, compreendendo um conjunto de estudos com duração de seis anos. Estabelecia que não fosse permitido o acesso a qualquer ano letivo sem aprovação em todas as disciplinas cursadas no ano anterior. Com essa nova estruturação o ensino secundário distribuído em seis anos teria a forma de um ensino mais formativo e cultural (Silva, 1969, p. 284).

A reforma Rocha Vaz, conseguiu suprir o caráter de preparação para o ensino superior, conferindo uma formação de cultura mais sólida e eficaz ao ensino secundário. No entanto, a fiscalização e autonomia perante os conteúdos continuavam insatisfatórios.

Vale ressaltar que apesar de todas as reformas realizadas, nenhuma trouxe mudanças significativas para o ensino secundário até o final da primeira república em 1930. No entanto dois movimentos ideológicos permearam o cenário educacional, o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico.

De acordo com Nagle (2001), a definição de “entusiasmo pela educação” nos remete à crença de que, pela multiplicação de escolas e pela ampla valorização das questões educacionais, seria possível integrar a população no caminho do progresso nacional. A diferença principal entre este momento e o que se chamou de “otimismo pedagógico” seria uma espécie de melhorias didáticas das condições escolares por meio das correntes pedagógicas, que se faziam presentes como a Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova e Pedagogia Libertária, todas elas tinham similaridade com a Pedagogia Jesuíta, que foi a primeira pedagogia do Brasil.

Miranda ainda destaca que:

A Pedagogia Tradicional estava ligada à Igreja e às oligarquias condutoras, e priorizava o ensino expositivo; já a Pedagogia Nova partiu de movimentos da classe média e da burguesia, como um meio de modernização da sociedade, focando-se em métodos ativos para o ensino e a aprendizagem; por fim, a Pedagogia Libertária relacionava-se aos intelectuais de movimentos sociais populares, com “desejos de transformação social contidos nas propostas do movimento operário de linha anarquista anarco-sindicalista.” , e visava a mudanças na ordem sócio-econômica, daí, nesse sentido, ser objetivo do ensino construir um novo homem e uma nova sociedade (Miranda, 2019, p. 28).

Vale ressaltar que apesar de termos três correntes pedagógicas vigorando na primeira república, a mais efetiva era a pedagogia tradicional, pois ia de encontro aos anseios do que a sociedade daquela época pregava e esperava naqueles tempos.

Neste contexto, o ensino secundário, mesmo passando por várias reformas, articulando seus ideais de renovação do ensino, com o projeto político de disseminação da educação, não trouxe grandes inovação e mudanças, ele continuou sendo visto como uma preparação para o ensino superior, pois não contava com uma rede grandes de escolas públicas, a maior parcela era de caráter elitista e privada, com poucas oportunidades de acesso para a maior parcela das pessoas que eram de classes menos desfavorecidas, com uma taxa de analfabetismo de 80%, além disso, a maior parte da população, geograficamente continuou residindo no campo, contradizendo as intenções de escolarização em massa e o ensino secundário continuou sem uma política pública educacional coerente.



### 1.3 ENSINO SECUNDÁRIO: DA ERA VARGAS AO NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO

A partir da década de 1920 começa a despontar um processo de desenvolvimento industrial, bem como o crescimento da população urbana. Getúlio Vargas que governou o país de 1930 a 1945, implementou a expansão do setor industrial, importante para o desenvolvimento do país, trazendo um novo panorama para o país e com as novas diretrizes educacionais.

De acordo com Romanelli, esse período é marcado pela,

[...] revolução de 30, resultado de uma crise que vinha de longe destruindo monopólio do poder pelas velhas oligarquias, favorecendo a criação de algumas condições básicas para a implantação definitiva do capitalismo industrial no Brasil, acabou, portanto, criando também condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira, sobretudo nas áreas atingidas pela industrialização. É então que a demanda social de educação cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. Mas, assim como a expansão capitalista não se fez por todo o território nacional e de forma mais ou menos homogênea, a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram a relação de produção capitalista, o que acabou criando uma das contradições mais sérias do sistema educacional brasileiro (Romanelli, 1986, p. 60).

Nesse período verificou-se uma luta intensa em favor de melhorias no ensino brasileiro, ressaltando que a expansão do sistema escolar, se processa de forma impulsiva e sem planejamento, pois o aparelho do Estado, operava apenas para conter as pressões sociais e não visando uma política nacional da educação para todos, de forma gratuita em todos os níveis de ensino.

Sílvia Asam da Fonseca (2003) destaca que ao longo das décadas de 1940 e 1950, houve um crescimento do ensino primário e juntamente com os processos de urbanização, expansão da industrialização, surge um novo panorama educacional brasileiro, a expansão do ensino secundário.

O aumento do número de estabelecimentos de ensino e da população escolarizada, juntamente com as leis contra o trabalho infantil e a migração para as cidades levaram a uma expansão “quantitativa” do número de matrículas e a maior pressão por vagas nas escolas secundárias. Consequentemente, surge a necessidade de mais professores (Fonseca, 2003, p. 1).

No que tange ao ensino secundário, percebia-se que até então não havia uma organização sistemática do ensino, sendo necessária uma reforma que atendesse a essa modalidade de ensino, dando a ela um escopo claro de regulamentação.

Foi então, que no contexto, chamado “pós-Revolução 30”, caracterizado pelo autoritarismo político de Vargas e por uma política de urbanização e industrialização em crescente ascensão, era necessário repensar a educação, em uma esfera que atendesse aos propósitos do panorama político-social que por ora se instaurava.

De acordo com Silva, é implementada a Reforma Francisco Campos<sup>7</sup>,

[...] que representou o início de uma nova fase de considerável progresso no sentido da constituição de uma estrutura institucional de ensino secundário não somente adequada à função de preparação básica ao ensino superior, como também orientada para uma finalidade mais compreensiva de preparação do adolescente para sua satisfatória integração a uma sociedade que ia fazer-se complexa e dinâmica (Silva, 1969, p. 286-287).

Dallabrida afirma que essa reforma oficializou e modernizou o ensino secundário brasileiro, caracterizado pelo:

[...] aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência [sic] obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930 (Dallabrida, 2009, p. 185).

A reforma Francisco Campos, deu visibilidade às questões normativas educacionais do Brasil, ao passo que também desenvolveu uma modernização conservadora, com pressupostos de disciplinarização da educação, por meio de uma política pública educacional homogênea.

Dessa forma Saviani (2006b) salienta que,

Para Campos, aderir à Escola Nova não significava renunciar à ‘recuperação dos valores perdidos’, tarefa que, a seu ver, teria de ser desempenhada pelo ensino religioso. Dir-se-ia que a ‘modernização conservadora’, conceito que a historiografia tende a classificar a orientação política que prevaleceu após a Revolução de 1930, poderia facultar a seguinte leitura: enquanto conservadora, essa orientação buscava atrair a Igreja para respaldar seu projeto de poder, enquanto

---

<sup>7</sup> As reformas realizadas até o momento se limitavam quase exclusivamente ao Distrito Federal para posteriormente, serem apresentadas como modelo para os demais estados, no entanto sem obrigatoriedade. A Reforma Francisco Campos foi a primeira a ser imposta a todo território nacional (Romanelli, 1986).

modernização, a força de atração dirigia-se aos adeptos da Escola Nova. Estes eram vistos como portadores dos requisitos técnicos necessários à viabilização do projeto de modernização conservadora (Saviani, 2006b, p. 270-271).

Nessa perspectiva, percebe-se que ao passo que a reforma era inovadora, seguindo os ideais da Escola Nova, no entanto o governo Vargas ia na contramão, buscando implementar uma política que aliava o conservadorismo com os interesses da igreja e ao mesmo tempo os interesses econômicos com os liberais.

O ensino secundário passou a ter sete anos de duração e compreendendo dois cursos seriados: fundamental e complementar. Vale ressaltar que o ensino secundário, oficialmente reconhecido, era ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob o regime de inspeção oficial. Conforme Miranda salienta, a reforma também estabeleceu,

[...] definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal, e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Estabeleceu normas para admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Estabeleceu também as normas para a realização da inspeção federal, criou a carreira do inspetor e organizou a estrutura do sistema de inspeção e equiparação de escolas (Miranda, 2019, p. 29).

Ao passo que a reforma Francisco Campos conferiu organicidade ao ensino secundário, ela também reafirmou seu caráter elitista, pois ao conferir o ensino o caráter enciclopédico, em um contexto social, que a maioria das pessoas ainda eram analfabetas e não haviam sequer vencido o ensino primário, a reforma distancia as pessoas do ensino secundário, por meio de um currículo tão vasto e exigente e por vezes exagerado, conforme explicita Romanelli,

O currículo enciclopédico, aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado, quanto ao número de provas e exames, fez que a seletividade fosse a tônica de todo o sistema. Para uma média de 102 disciplinas anuais, estavam prescritas em lei, para cada disciplina: a) uma arguição mensal; b) uma prova parcial a cada dois meses; c) um exame final. A nota final seria a média das notas mensais de arguição, das provas parciais e do exame final de cada disciplina. Isso tudo equivalia, a aproximadamente, para o ano todo, 80 arguições ou provas mensais, 40 provas parciais e 10 provas finais, num total de 130 provas e exames, o que durante o período letivo, equivalia a pelo menos 1 prova a cada 2 dias de aula (Romanelli, 1986, p. 117).

Observamos que o ensino secundário, não se restringia a um sistema de ensino, preocupado com a aprendizagem dos alunos, mas sim, um sistema de provas e exames, que enfatizava muito mais a questão de classificação para os estudos posteriores, do que uma formação para a vida, embora essa concepção contrarie o mentor da reforma, Francisco Campos, que acreditava está preparando os alunos para “[...] um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras” (Campos, 1933, p. 6).

Francisco de Campos (1933) acreditava que a verdadeira preparação para a vida e uma formação completa do ensino secundário, só seria possível se vinculada com a experiência do aluno, a educação moral, cívica ou política, necessitava passar pela prática de um ensino religioso, cada aluno só assimilaria os conhecimentos se lançassem mão do fazer, praticando, por isso o aumento da quantidade de exames e provas, para que os mesmos os preparassem para as experiências da vida.

Tabela 2: Matrícula inicial e conclusão de Curso no Ensino Secundário no período de 1933 a 1943, por ciclo

INGRESSO	CONCLUSÃO	%
<b>Ciclo Fundamental</b>		
	*****	*****
1933 – 20468	1937 – 10.997	53,72
1934 – 25.184	1938 – 13.075	51,91
1935 – 31.307	1939 – 15.165	48,43
1936 – 34.522	1940 – 15.803	45,77
1937 – 39.014	1941 – 18.800	48,18
1938 – 42.307	1942 – 20.386	48,18
<b>Ciclo Complementar</b>		
	*****	*****
1933 – 1.177	1934 - 622	52,84
1934 – 1.985	1935 - 826	41,61
1935 – 2.084	****	****
1936 – 3.101	1937 – 1.719	55,43
1937 – 4.287	1938 – 3.255	75,92
1938 – 7.797	1939 – 3.630	46,55
1939 – 8.372	1940 – 4.025	48,07
1940 – 9.303	1941 – 4.425	47,56
1941 – 9.425	1942 – 4.969	52,38
1942 – 10.125	1943 – 5.645	55,75

Fonte: Nunes (2001, p. 111)

A reforma Francisco Campos, consolidou no ensino secundário, dois ciclos um fundamental, com a formação básica geral e um ciclo complementar, estruturando um curso mais voltado para a preparação para o ensino superior. Observamos a partir da Tabela 2 elaborado por Nunes (1939), que fica explicitado pela autora a seletividade desses dois

sistemas, pela relação entre conclusões no ciclo fundamental e ingresso no ciclo complementar. Baseando-se nesses dados Romanelli destaca que,

[...] a rigidez da estrutura escolar, que se consubstanciou na centralização máxima das decisões, as quais estipulavam um controle sobre programas de disciplina e métodos de ensino, opondo-se ao avanço da demanda social de educação, só podia resultar em baixa produtividade da educação escolar secundária (Romanelli, 1986, p. 138).

Ressaltamos que o sistema de avaliação extremamente minucioso, rígido e exagerado, resultava em baixa produtividade do ensino secundário, uma vez que as mesmas normas, métodos e estruturação do ensino secundário, valia para todos os estados brasileiros, não respeitando a peculiaridade e individualidade de cada região. Por isso a discrepância entre as matrículas iniciais e a conclusão.

A configuração histórica da reforma do ensino secundário implantada por Francisco Campos em 1931 foi embalada pela Revolução de 30 e a imposição de uma cultura escolar educativa, disciplinar e moderna, principalmente em relação às pedagogias predominantes no período.

As quatro linhas distintas ligadas às pedagogias predominantes em 1930, foi bem descrita por Miranda quando enfatiza que,

Em relação às pedagogias predominantes nesse período, de 1930 a 1937, é possível identificar quatro linhas, marcadamente defendidas por grupos distintos: 1) os liberais, que defendiam a Pedagogia Nova e publicaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, propondo “bases pedagógicas renovadas e a reformulação da política educacional”; 2) os católicos, apegados à Pedagogia Tradicional; 3) os governistas, formados a partir da intenção de mobilizar as propostas dos dois grupos anteriores. A Reforma Campos, entretanto, com essa disposição governista, “acabou por colocar em exercício uma política educacional própria, mas também distante de princípios efetivamente democráticos.”; 4) os aliancistas e integralistas. Os três primeiros visavam transformações dentro da ordem já estabelecida, enquanto aliancistas e integralistas objetivavam mudanças que permitissem uma nova ordem. Nesse sentido, (Miranda, 2019, p. 30).

Assim, de acordo com Paulo Ghiraldelli Junior (2001, p. 41), “os integralistas sonhavam com um Estado totalitário ao estilo nazi-fascista. Em posição antagônica fixavam-se os aliancistas, que desejavam um governo democrático-popular com tendências socializantes”.

Havia em todo o país uma efervescência por lutas ideológicas em torno da educação e dos métodos que a preconizavam, um movimento renovador, o Movimento dos Pioneiros da

Educação Nova<sup>8</sup> e composto por representantes liberais, que ostentavam um reconstrução educacional, por meio de um manifesto renovador que se opunha ao sistema educacional tradicional, porém em 1937, Vargas instaura uma nova constituição, com muitas transformações no contexto político, econômico, social e educacional de caráter autoritário, rompendo assim com tradição liberal vigente anteriormente. De acordo com Romanelli,

No novo regime instaurado no governo de Vargas, as lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais entraram em uma espécie de hibernação. Somente em 1942, por intermédio do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, é que alguns ramos do ensino começam a ser reformados. As reformas realizadas durante o regime do Estado Novo receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino que abrangeram o ensino primário e secundário (Romanelli, 1986, p. 153).

O conjunto dessas reformas ficou conhecido como Leis Orgânicas do Ensino, nesse estudo em especial nos atentaremos a Lei orgânica do Ensino Secundário, que foi implementado por meio do Decreto Lei nº. 4.244 de 09 de abril de 1942 (Brasil, 1942).

Capanema ressalta a concepção de ensino secundário em sua exposição de motivos:

A reforma atribui ao ensino secundário a sua finalidade fundamental, que é a formação da personalidade adolescente. É de notar, porém, que formar a personalidade, adaptar o ser humano às exigências da sociedade, socializá-lo constitui finalidade de todas espécie de educação. E, sendo esta a finalidade geral da educação, é por isto mesmo a finalidade única do ensino primário, que é o ensino básico e essencial, que é o ensino para todos. Entretanto, a partir do segundo grau do ensino, cada ramo da educação se caracteriza por uma finalidade específica, que se acrescenta àquela finalidade geral. O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. (Brasil, 1942, p. 4).

Assim, a finalidade do ensino secundário, de acordo a reforma de Capanema em seu artigo primeiro diz o seguinte: 1) Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes; 2) Acentuar e elevar, na formação espiritual dos

---

<sup>8</sup> O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova representou uma síntese e a tentativa de avanço sobre as propostas de uma educação de qualidade, que buscava e defendia um tipo de educação formal, obrigatória e gratuita para todos. Esse documento consagrou-se como um marco inaugural do projeto de reordenação educacional do país além de propor a atuação do Estado para que fundamentasse um plano geral de educação, a qual ele seguraria aos sujeitos uma escola única, pública, laica, obrigatória e principalmente gratuita (Lemme, 2005, p. 72).

adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística; 3) Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação.

A lei orgânica representou uma orientação política e social fundamentada na preparação de individualidades condutoras, ou seja, era necessária a composição de um currículo clássico-humanista, que não rompesse com os ideais de modernidade, mas que ao mesmo tempo respeitasse e reconhecesse a vinculação da cultura brasileira com a suas origens helênicas e latinas, ou seja não era preciso um rompimento com a experiência tradicional, para não perder a essência da cultura nacional. De acordo com a afirmação de Silva,

A Lei Orgânica do Ensino Secundário representou o uso, em grau mais acentuado do que nunca, da faculdade de o Governo federal impor a todo o ensino secundário do país – o estadual como o particular a peculiar filosofia pedagógica que inspirava os eventuais monopolizadores da direção da educação nacional. Já não se tratou apenas de estabelecer as linhas mestras da estrutura institucional e do seu funcionamento, e de suplementar sua observância por meio de uma ação administrativa adequada. Tratava-se, sobretudo, de deixar rigorosamente balizado na própria lei toda a direção do trabalho educativo, fixada de uma vez para sempre, de transformar em dispositivo legal, portanto em regra imposta de fora, o que só é realmente operante como resultado da atividade profissional dos educadores e do funcionamento da escola como instituição efetivamente integrada no meio social (Silva, 1969, p. 297).

Visando uma uniformidade do ensino secundário, a reforma Capanema, se caracteriza pela abundância de normas e preceitos que os estabelecimentos deveriam seguir, assim como a imposição de um sistema unificado por meio de diretrizes que fossem a nível nacional, assim como sua administração e funcionamento.

Silva (1969) destaca a reforma Capanema, além de estabelecer as linhas de uma estrutura institucional e de seu funcionamento, transformava esse dispositivo legal em regra imposta aos professores e ao estabelecimento escolar. Além disso o autor destaca essa imposição de uniformidade, caracterizada pela abundância de normas puramente preceituais, como exemplificado a seguir:

“Os estabelecimentos de ensino secundário tomarão cuidado especial e constante na educação moral e cívica de seus alunos, buscando nêles formar, como base do caráter, a compreensão do valor e do destino do homem, e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios, de sua missão em meio aos outros povos” (art. 22). “Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar as individualidades condutoras, pelo que força é

desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade” (art. 33). “Estabelecer-se-á nas aulas, entre o professor e os alunos, um regime de ativa e constante colaboração” (art. 42) (Silva, 1969, p. 298).

A reestruturação do ensino secundário em relação aos ciclos, foi elencada no artigo 22 dividindo-o em dois ciclos (Quadros 4, 5 e 6), o primeiro correspondendo ao curso ginásial, com duração de quatro anos e o segundo, dividido em dois cursos, o clássico e o científico, com duração para ambos de três anos.

Quadro 4: Disciplinas do Curso Ginásial (1º ciclo) do Ensino Secundário na Reforma Capanema (1942)

<b>Disciplinas</b>	<b>1ª. série</b>	<b>2ª. série</b>	<b>3ª. série</b>	<b>4ª. série</b>
Português	X	X	X	X
Latim	X	X	X	X
Francês	X	X	X	X
Inglês		X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Ciências Naturais			X	X
História Geral	X	X		
História do Brasil			X	X
Geografia Geral	X	X		
Geografia do Brasil			X	X
Trabalhos Manuais	X	X		
Desenho	X	X	X	X
Canto Orfeônico	X	X	X	X

Fonte: Brasil (1942)

Quadro 5: Disciplinas do Curso Ginásial (2º ciclo, Curso Clássico) do Ensino Secundário na Reforma Capanema (1942)

<b>Disciplinas</b>	<b>1ª. série</b>	<b>2ª. série</b>	<b>3ª. série</b>
Português	X	X	X
Latim	X	X	X
Grego (optativo)	X	X	X
Francês ou Inglês (optativo)	X	X	
Espanhol	X	X	
Matemática	X	X	X
História Geral	X	X	
História do Brasil			X
Geografia Geral	X	X	
Geografia do Brasil			X
Física		X	X
Química		X	X
Biologia			X
Filosofia			X

Fonte: Brasil (1942)



Quadro 6: Disciplinas do Curso Ginásial (2º ciclo, Curso Científico) do Ensino Secundário na Reforma Capanema (1942)

Disciplinas	1ª. série	2ª. série	3ª. série
Português	X	X	X
Francês	X	X	
Inglês	X	X	
Espanhol	X		
Matemática	X	X	X
Física	X	X	X
Química	X	X	X
Biologia		X	X
História Geral	X	X	
História do Brasil			X
Geografia Geral	X	X	
Geografia do Brasil			X
Filosofia			X
Desenho		X	X

Fonte: Brasil (1942)

A partir da constituição dos currículos dos cursos, é possível observar que o mesmo não era diversificado, nem entre os ciclos, pois as disciplinas eram praticamente as mesmas em quase todas as séries. Fica claro o objetivo do ensino secundário, mediante esse currículo, era de preparar para o ingresso no ensino superior, com a mentalidade de formar “individualidades condutoras”, pautados no patriotismo e nacionalismo de caráter fascista e seletivo, pois o sistema de avaliação, continuou o mesmo da Reforma Francisco Campos.

A centralidade da educação nas mãos do governo e a inserção da disciplina de moral e cívica no ensino denotam o momento político pelo qual a sociedade estava passando, um regime autoritário e populista, fundamentado em uma educação com princípios classista e seletivo, preocupado apenas com a preparação de lideranças.

Entretanto uma nova conjuntura política possibilitou o espírito mais democrático, pois em outubro de 1946, um golpe liderado pelas elites oligárquicas, depõem Getúlio Vargas, iniciando então uma nova fase política. A constituição de 1946 (Brasil, 1946) traz ares de uma retomada no processo de redemocratização, trazendo um espírito mais liberal. Nessa perspectiva, observa-se mudanças no que diz respeito a educação, disposto em seu capítulo II:

#### Da Educação e da Cultura

Art. 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art. 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra.

Art. 169 - Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 170 - A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios.

Parágrafo único - O sistema federal de ensino terá caráter supletivo, estendendo-se a todo o País nos estritos limites das deficiências locais (BRASIL, 1946).

Na esteira das transformações oriundas da Constituição de 1946, temos o reinício das comissões e subcomissões, presididas pelo professor Lourenço Filho, em torno da organização do sistema educacional, por meio de um projeto de diretrizes e bases da educação, a Lei 4.024, que ficou tramitando por 13 anos, entre discussões, mudanças e aprovação. A mesma foi aprovada em 20 de dezembro de 1961, trazendo transformações para o sistema educacional, que tinha como objetivo refletir os rumos da educação do Brasil (Brasil, 1961).

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, observa-se que o ensino secundário perde sua característica de curso humanístico, dando espaço a uma cultura científica e técnica, apresentando uma nova divisão conforme apresentado a seguir:

Art. 33. A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente. Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas (Brasil, 1961).

Em relação a lei 4.024/61, esta não trouxe grandes mudanças no contexto educacional, mas possibilitou alguns avanços, dentre eles cabe citar a autonomia dos órgãos estaduais, desvinculando a centralização do poder do Ministério da Educação, a regularização dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação. Além disso, é importante citar os recursos destinados à educação, com o empenho de 12% do orçamento da

União e 20% dos municípios. Estabelece ainda em seu artigo 27, que o ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional e o ensino religioso torna-se facultativo, dentre outras normas.

#### 1.4 EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E O SURGIMENTO DA CADES

De acordo com Silva (1969), o movimento de expansão do ensino secundário começa a ser percebido a partir de 1933 e foi marcada pela transformação estrutural da economia, com o crescimento da indústria, o que implicou também no crescimento urbano e que possibilitou mais oportunidades de trabalho.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil vivenciou grande crescimento de matrículas no ensino secundário – expansão iniciada desde os anos 1930. Tal expansão ocorreu em condições muitas vezes improvisadas, em que a qualidade se contrapunha ao crescimento quantitativo dos estabelecimentos de ensino e das matrículas. São muitas as tensões e disputas nesse campo e, entre os pontos em discussão, estava a formação de professores (Veloso; Almeida; Machado, 2022, p. 700).

Nessa perspectiva com o crescimento das cidades, a expansão da indústria, bem como de outros setores da economia, demandou a necessidade de mão de obra mais bem preparada. Por isso a emergência de escolas de primeiras letras, mas também escolas de nível médio e de ensino profissionalizante se fizeram necessárias.

Mas, a expansão do ensino secundário não se fez acompanhar de equivalente expansão do quadro de professores habilitados. Na verdade, as faculdades de filosofia que poderiam formar esses profissionais eram ainda recentes no Brasil. À parte o debate sobre os reais objetivos das faculdades de Filosofia, esse quadro de carência de professores para o ensino secundário obriga o MEC a permitir, em caráter provisório, o exercício do magistério a profissionais não habilitados. São médicos lecionando Biologia, advogados ensinando Português e assim por diante. Para minimizar esse quadro de despreparo dos professores desse grau de ensino, o MEC organiza treinamentos, cursos e exames de suficiência para habilitar profissionais de outras áreas ao magistério secundário. (Fonseca, 2003, p. 1).

Corroborando com Fonseca (2003), Silva (1969) ressalta que, a expansão do ensino secundário, a partir de 1933 foi crescente, refletindo no número de estabelecimentos de ensino, bem como na demanda de professores, conforme é possível verificar na tabela 3:

Tabela 3: Matrícula geral, estabelecimentos, cursos e corpo docente no ensino secundário no Brasil (1933/1965)

Ano	Matrícula Geral	Estabelecimentos	Cursos	Corpo Docente
1933	66.420	***	417	5.864
1936	107.469	***	552	8.136
1939	155.588	***	782	11.136
1942	199.435	***	886	13.562
1945	256.467	***	1.282	19.105
1948	335.882	***	1.663	23.172
1951	438.626	***	2.190	30.635
1954	557.346	1.819	2.510	35.720
1957	695.023	2.167	2.945	44.707
1960	904.252	2.777	3.698	58.296
1961	991.391	3.035	4.015	63.974
1962	1.113.102	3.271	4.057	67.118
1963	1.246.125	3.722	4.607	74.541
1964	1.368.177	3.896	4.775	81.230
1965	1.553.699	4.174	5.095	*

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Sinopse retrospectiva do ensino no Brasil (1871-1954) e Sinopse estatística do ensino médio (1954-1965) *apud* Silva (1969)

Ainda tomando como base Silva (1969),

Vê-se que, além do número de estabelecimentos, o crescimento do ensino secundário apresentou em grau notável o caráter de crescimento vertical, isto é, do volume de matrícula por unidade, o que se deu pela utilização mais intensa da capacidade de matrícula, em muitos casos sendo atingidos os limites da superlotação, bem como pela criação de novos turnos (Silva, 1969, p. 308).

A expansão do ensino secundário e a falta de oferta de vagas pelo sistema público, fez com que as instituições privadas tivessem uma grande ascensão nesse período, pois o índice de alunos em busca do ensino secundário, devido à necessidade de qualificação para o mercado de trabalho era grande e a disponibilidade de vagas no setor público era escassa, motivos atraentes para a implantação de instituições privadas voltadas para essa modalidade educacional.

Tabela 4: Movimento Escolar segundo as modalidades específicas do ensino e a dependência administrativa

Modalidade do Ensino	Dependência Administrativa	Unidades Escolares	Corpo Docente	Matrícula		Frequência	Aprovação em geral	Conclusão do curso
				Geral	Efetiva			
Ensino médio Secundário:								
	Federal	2	217	2.409	2.309	2.142	1.325	185
	Estadual	68	1.415	23.623	22.725	20.318	16.796	2.428
	Municipal	26	430	5.047	4.919	4.536	3.757	460
Fundamental								
	Particular	414	5.680	73.324	70.382	64.889	61.255	6.871
	<b>Total</b>	<b>510</b>	<b>7.742</b>	<b>104.403</b>	<b>100.335</b>	<b>91.885</b>	<b>83.133</b>	<b>9.944</b>
Complementar								
	Federal	9	111	1.239	1.166	1.080	637	129
	Estadual	10	95	691	642	560	558	124
	Municipal	1	24	181	162	135	98	98
	Particular	22	164	1.135	1.125	961	677	267
	<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>394</b>	<b>3.246</b>	<b>3.095</b>	<b>2.736</b>	<b>1.970</b>	<b>618</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1940)

A partir da análise dos dados do Anuário Estatístico do Brasil Ano V (1939-1940) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1940), percebe-se que o número de instituições privadas eram quase o dobro de instituições públicas, ou seja, faltavam políticas públicas que reestruturassem a oferta de vagas para essa modalidade educacional. Observa-se que o número de matrículas era bem maior do que o índice de conclusão do curso, isso nos faz inferir que os testes, exames, as formas de avaliação impostas ao ensino secundário, não viabilizavam o acesso, como também a continuidade dos estudos. Havia muita procura, pouca oferta de vagas públicas e recursos de continuidade escassos e muitas vezes inviáveis para os alunos.

Percebe-se que a falta de controle estatal no que diz respeito a fiscalização das instituições privadas, bem como a ausência de estabelecimentos oficiais para o atendimento da população, impulsionaram a criação de estabelecimentos particulares de forma descompassada como sinalizou Anísio Teixeira,

Estava, pois, aberto o caminho para a expansão escolar descompassada, a que assistimos em todo o país, nos últimos vinte anos... Uma escola secundária regulamentarmente uniforme e rígida, de caráter acadêmico e portanto fácil de criar e de fazer funcionar, bem ou mal (mais mal do que bem), com o privilégio de escola única ou de passagem única para o ensino superior (passagem naturalmente ambicionada por todos os alunos), entregue ou largada, tão privilegiada e *atraente* escola, à livre iniciativa particular, mediante concessão pública, facilitada sob aleatórias condições e aleatórios controles, rígidos apenas no papelório e quanto a êste, sob o guante de uma tôda poderosa burocracia central e centralizadora. E um sistema público de educação – a

escola primária, a escola normal, o ensino técnico-profissional e agrícola – sem nenhum privilégio especial, valendo pelo que conseguisse ensinar e não assegurando nenhuma vantagem, nem mesmo a de passar para outras escolas (Teixeira, 1953, p. 7).

Assim, a crítica de Anísio Teixeira sinaliza um ensino ainda considerado como curso de passagem para o ensino superior, onde não houve um esforço por parte do Estado em possibilitar o desenvolvimento de um ensino secundário público, abrindo caminho para a iniciativa privada. Escola essa, que na visão de Teixeira (1953), formou uma massa de alunos “deformados”, tendo em vista que distribuía uma educação puramente livresca, baseadas no treino da mente, mediante simples preleções e exames.

Assim como faltava um controle estatal sobre as instituições privadas de ensino secundário, o despreparo dos professores desse grau de ensino era tamanho, que foram necessárias ações do MEC, que viabilizassem minimizar os impactos causados pela falta de mão de obra qualificada. Desse processo, surge a CADES que publica a revista Escola Secundária como parte dos esforços da diretoria do Ensino Secundário do MEC e da CADES para divulgar suas atividades, conhecimentos técnicos e cursos de preparação para os exames de suficiência, a qual sua relevância e abrangência serão tratadas no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2

### CONTRIBUIÇÕES DA CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO E DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO - CADES

A CADES tinha o objetivo de difundir e elevar o nível do ensino secundário, ou seja, tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e necessidades da época, conferindo ao ensino eficácia e sentido social, bem como criar possibilidades para que os mais jovens tivessem acesso à escola secundária (Baraldi, 2003, p. 146).

A partir da epígrafe de Baraldi (2003), apresentamos neste capítulo um compilado sobre a criação da CADES, que visava melhorar a formação de professores secundaristas, que estava em falta na década de 1950, devido a expansão do ensino secundário.

A ideia é apresentar a sua estruturação e quais as fases pelas quais a CADES passou, reformulações, trocas de diretorias, metodologias adotadas até chegar a sua extinção em 1970 com o regime civil-militar.

Concluimos o capítulo dando destaque a uma das ações mais importantes da CADES, a Revista Ensino Secundário, que tinha como escopo aperfeiçoar a formação de professores por meio de suas produções, atentando-se para as necessidades do currículo do ensino secundário.

#### 2.1 A GÊNESE DA CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO E DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Com o fim da Era Vargas, o Brasil passa a viver novos ares democráticos. Nessa esteira o Brasil passava por intensas mudanças culturais, socioeconômicas e políticas. Diante da expansão industrial e do crescimento das atividades terciárias, seria necessário mão-de-obra qualificada, nessa perspectiva encontra-se um progressivo aumento na liberação do trabalho juvenil, que justifica uma expansão considerável por matrículas nas escolas secundárias.

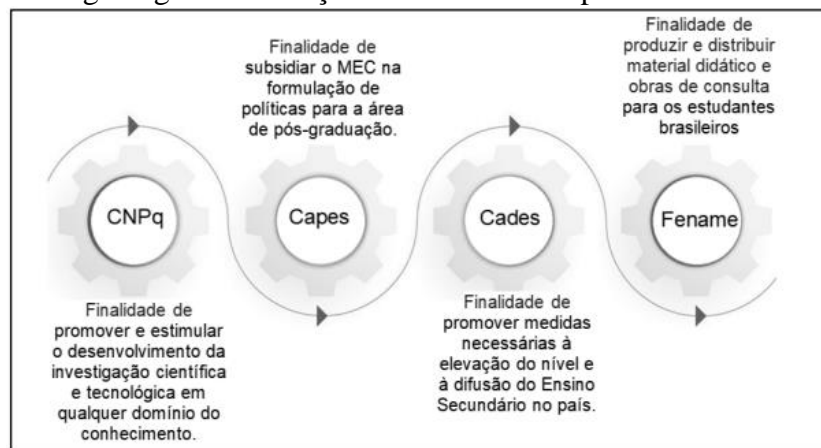
Na confluência desse novo cenário, principalmente a partir dos anos 50, o ensino secundário encontrava-se em plena expansão, os números de matrículas crescendo, com a expansão principalmente de instituições privadas que começaram a ofertar o ensino secundário e que impactou na qualidade do mesmo, principalmente em relação a falta de professores capacitados para o exercício da função. Houve muitas discussões em torno da educação naquele momento. Vale ressaltar que embora houvesse a transição de governo, em relação a educação

o que estava vigente era a Lei Orgânica do Ensino Secundário, organizada por Gustavo Capanema, mantendo ainda seu caráter elitista, salvo pela lei de equivalência, abrindo a possibilidade para que os alunos de outros ramos de ensino, pudessem cursar uma faculdade.

Salientamos que nas décadas de 1950 e 1960 o Brasil vivenciou um crescimento muito expressivo em relação ao ensino secundário, conforme exposto no capítulo 1. Esse crescimento em número de matrículas impactou diretamente na qualidade de ensino, principalmente no que diz respeito a formação do professor para atuar neste nível de ensino, tendo em vista não haver profissionais suficientemente bem formado para atuar neste nível de ensino.

O governo em sua busca constante por industrialização, necessitava de mão de obra qualificada, por isso era necessário empreender investimentos em ciência e formação profissional. Sendo assim, em 1951, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) são criados. Em 1953, é criada a CADES, por meio do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953 (Brasil, 1953), a fim de amenizar os prejuízos causados por essa escassez de professores, e elevar a educação secundária mais alinhada aos interesses e oportunidades dos estudantes, atendo as reais condições que essa modalidade educacional necessita, permitindo o acesso ao ensino secundário pelo maior número de jovens brasileiros e, em 1956 é criada a Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), transformada na Fundação Nacional de Material.

Figura 1: Engrenagem das criações do Governo no período de 1951 a 1967



Fonte: Gomes (2021, p. 40)

A partir da figura anterior, é possível circunscrever que o governo realizou um movimento em prol da formação especializada, em diferentes áreas de conhecimento e setores da sociedade, alinhando aos anseios do governo Vargas, que pregava que a engrenagem do país



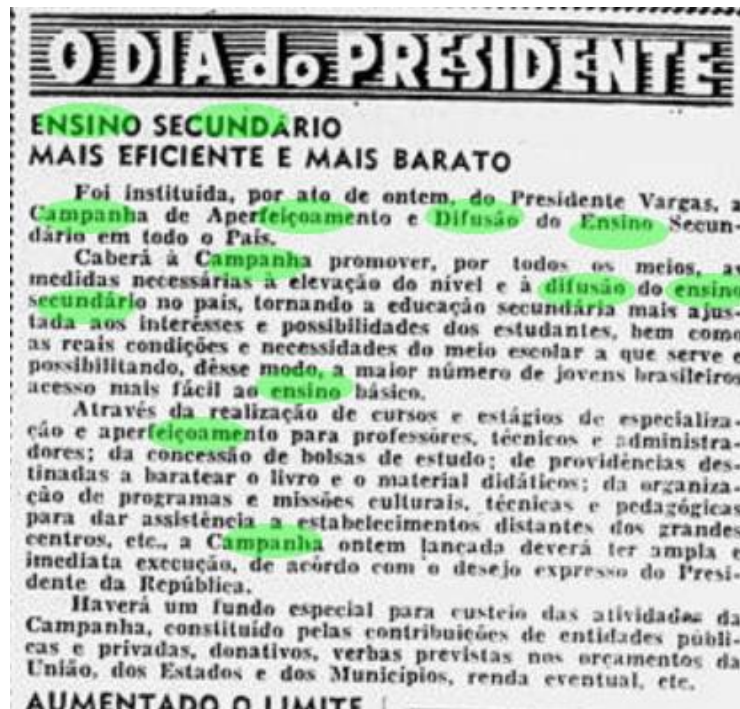
estava pautada na modernização da educação. Uma nova sociedade emergia, provocando o surgimento de valores e comportamentos adequados ao mundo urbano-industrial-tecnológico pelo “[...] deslocamento das humanidades para a cultura científica” (Souza, 2008, p. 285).

A CADES tinha como finalidade promover medidas que ampliassem as atividades relacionadas ao ensino secundário e com vistas a atender os preceitos deste nível de ensino, conforme descrito em seu artigo 3º:

- a) promover a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professôres, técnicos e administradores de estabelecimentos de ensino secundário;
- b) conceder e incentivar a concessão de bôlsas de estudo a professôres secundários a fim de realizarem cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento promovidos por outras entidades, no país ou no estrangeiro;
- c) colaborar com os estabelecimentos de ensino secundário, em fase de implantação ou reorganização, proporcionando-lhes a assistência de técnicos remunerados pela Campanha;
- d) promover estudos dos programas do curso secundário e dos métodos de ensino das várias disciplinas, a fim de melhor ajustar o ensino aos interesses dos alunos e às condições e exigências do meio;
- e) elaborar e promover a elaboração de material didático, especialmente áudio-visual, para as escolas secundárias;
- f) estudar e adotar providências destinadas à melhoria e ao barateamento do livro didático;
- g) organizar missões culturais, técnicas e pedagógicas, para dar assistência a estabelecimentos distantes dos grandes centros;
- h) elaborar e aplicar provas objetivas para avaliação do rendimento escolar;
- i) incentivar a criação e o desenvolvimento de serviços de orientação educacional nas escolas de ensino secundário;
- j) organizar e administrar plano de concessão de bôlsas de estudo a alunos bem dotados e de poucos recursos;
- k) cooperar com os estabelecimentos de ensino secundário no estudo de projetos de prédios, instalações, oficinas escolares e laboratórios adaptados às diversas regiões do país, bem como de novos tipos de mobiliário escolar;
- l) realizar, diretamente e em cooperação com os órgãos técnicos federais, estaduais e municipais, levantamentos das necessidades e possibilidades das diversas regiões do país quanto à localização da escola secundária;
- m) divulgar atos, experiências e iniciativas julgadas de interesse ao ensino secundário, bem como promover o intercâmbio entre escolas e educadores nacionais e estrangeiros;
- n) promover o esclarecimento da opinião pública, quanto às vantagens asseguradas pela boa educação secundária (Brasil, 1953).

Essa ação foi divulgada pela imprensa da época, como é possível visualizar no recorte de jornal a seguir:

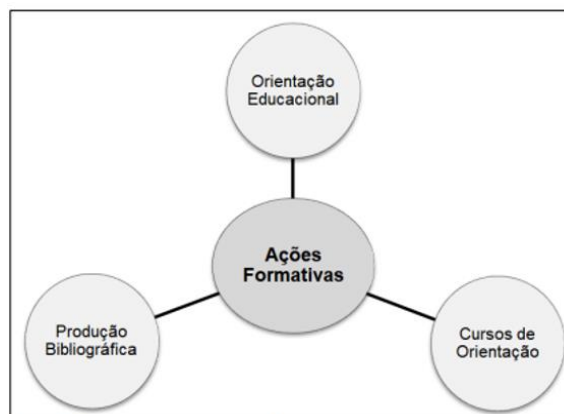
Figura 2: Jornal Última Hora – 18 de novembro de 1953



Fonte: Hemeroteca Digital Nacional - Jornais

A CADES, com a incumbência de promover medidas necessárias à elevação do nível do ensino secundário e a sua difusão no país, desenvolveu várias ações formativas sobre o tripé da Orientação Educacional, da Produção Bibliográfica e do Curso de Orientação. Orientação no sentido de melhorar a qualidade do ensino secundário por meio de cursos, bolsas e aperfeiçoamento, promover produção bibliográfica visando a melhoria do material didático, publicação de livros e curso de orientação a fim de amenizar as dificuldades apresentadas ao fazer os exames de suficiência e elevá-la ao patamar de destaque que o governo desejava.

Figura 3: Ações formativas da CADES



Fonte: Gomes (2021, p. 50)

A CADES, criada sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Secundário visava “[...] orientar e fiscalizar a aplicação das leis, a melhoria das condições materiais e do ensino, a inspeção das escolas, a melhoria do ensino secundário e a sua adequação prática aos interesses e necessidades da crescente clientela urbana” (Schmidt, 2006, p. 717).

A CADES foi criada sem uma filosofia própria, não contava com uma política administrativa ou educacional, surgiu com o intuito de resolver as dificuldades que a Diretoria do Ensino Secundário enfrentava em relação a formação de professores, e foi de certa forma uma abertura para a difusão dessa modalidade educacional.

Entretanto encontrou várias dificuldades em sua atuação, dentre elas podemos destacar duas que a CADES necessitou enfrentar para consolidar sua campanha, destacadas por Miranda:

Os dois problemas que pareceram mais urgentes aos administradores, na ocasião, foram: a) Inspeção Federal [...] b) Os cursos da CADES: Verificando-se que milhares de professores, mais de 20 mil, exerciam o magistério sem nenhuma habilitação legal, o ponto que pareceu à CADES mais urgente foi ajudar a êstes professôres a obterem seus registros, e, por meio disto, tentar prepará-los, tecnicamente, para o exercício do magistério. O cadastro da Diretoria do Ensino Secundário revelava que para mais de 40.000 professôres secundários, as faculdades de Filosofia, até o momento, não tinham fornecido, sequer, 10.000 licenciados, parecendo à Diretoria do Ensino Secundário que teríamos de lançar mão de um sistema de emergência, o que foi feito com êxito extraordinário através dos cursos de Preparação para Exame de Suficiência, verdadeiras faculdades de Filosofia em miniatura. O sistema de “aconselhamento” adotado pela CADES fazia com que o professor só se submetesse a exame de suficiência após 2, 3 ou mais cursos, isto é, somente na ocasião em que aos professôres que ministrassem o curso parecesse que o candidato estava realmente habilitado para o magistério. Os cursos intensivos da CADES desenvolvem-se num período de um mês, com cêrca de 8 a 10 horas de atividade por dia, perfazendo um total de horas mensais correspondente ao número de horas de aula num ano letivo de qualquer faculdade de Filosofia, com a vantagem de serem altamente concentradas, e os objetivos serem claros e imediatos. Pela primeira vez, fêz-se treinamento intensivo e direto dos professôres para o exercício do magistério, em forma de círculo, aproveitando-se, nestas ocasiões, a experiência de velhos professôres que, há anos, lecionavam sem o registro do MEC e que para os cursos traziam o tirocínio de longa prática escolar, cotejando-a com as formas propostas pelos professôres ministradores do curso. O êxito foi tão grande que o movimento, a princípio puramente supletivo, estruturou-se em sistema que evoluiu para os cursos de aperfeiçoamento, já tão conhecidos em outros países civilizados (Lima, 1960, p. 6).

A partir do exposto evidencia-se que nos primeiros anos de criação e implantação da CADES, a preocupação foi em qualificar os professores secundaristas que estavam em atuação e não tinham habilitação. Nesse intento a CADES criou um curso denso preparatório para o

exame de suficiência e a partir do tripé, Orientação Educacional, Produção Bibliográfica e Curso de Orientação, conseguiu aconselhar, orientar e capacitar esses professores, para obterem o registro de atuação. Vale ressaltar que embora fosse uma campanha, primaram-se em condensar os conteúdos essenciais para a formação de um professor secundarista.

Apesar de uma atuação marcante frente à formação, capacitação e orientação de professores para atuarem frente ao ensino secundário, a CADES passou, segundo Diana Couto Pinto (2008), por quatro momentos distintos. Esses quatro momentos foram de suma relevância para o desenvolvimento da CADES e de seu trabalho no ensino secundário. Apresentaremos a seguir esses quatro momentos relevantes da Campanha.

## 2.2 ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CADES

De acordo com Pinto (2008, p. 46), a atuação da CADES passou por quatro momentos a saber:

- Anúncio e Implantação (1953-1956).
- Consolidação e Expansão (1956-1963).
- Renovação Administrativa-Pedagógica (1963-1964).
- Declínio e Desaparecimento (1964-1970).

A seguir descrevemos cada uma destas etapas, de acordo com a divisão de Pinto (2008):

- **Anúncio e implantação (1953-1956)**

O primeiro momento da CADES, da sua criação, em 17 de novembro de 1953, durou até o ano de 1956. Ela foi instituída pela Diretoria do Ensino Secundário, na gestão de Armando Hildebrand que, já em seu discurso de posse, em 1953, evidenciava bem a sua proposta de modernização do ensino secundário, a fim de adequá-lo às novas exigências que se apresentavam à educação (Pinto, 2008, p. 154).

A divulgação da CADES se deu por meio dos jornais que circulavam em todo país, ressaltando os benefícios da mesma, como forma de ampliação do ensino secundário. Nessa primeira fase de criação da CADES, foi regulamentado o exame de suficiência para atuar no ensino secundário, em regiões que não houvesse professores habilitados.

Vale ressaltar que mesmo inicialmente sem uma filosofia própria a campanha buscou empreender esforços em cursos preparatórios para o exame, mas que também os preparassem

para o magistério do ensino secundário. Então buscou ministrar cursos com uma carga horária maior e mais densa de conteúdos, seguindo alguns preceitos, como de que os candidatos só poderiam realizar o exame de suficiência, quando fossem indicados por seus professores, assim a chance de conseguirem passar era bem maior, pois o curso visava não só a preparação para o exame como também o ensino de algumas técnicas para atuarem no ensino secundário.

- **Consolidação e Expansão (1956-1963)**

O período de consolidação e expansão da CADES, reflete um novo panorama político do país, pois acontece uma mudança de governo, ou seja, a presidência da república, é assumida por Juscelino Kubitschek de Oliveira, que tinha como meta que o Brasil avançasse em todas as áreas 50 anos em 5. Sendo assim nomeou Gildásio Amado<sup>9</sup> para a Diretoria do Ensino Secundário que, em seu discurso de posse, criticou o desajuste entre a estrutura do ensino e a realidade social, propondo uma linha de ação caracterizada pela descentralização e pela assistência técnico-pedagógica.

Conforme sinaliza Pinto (2008), no período de 1946 a 1955 520 professores obtiveram registro para lecionar e esse no período de 1955 a 1960 dá um salto muito expressivo em relação aos registros autorizados para professores, o número registrado é de 7.506 professores, dez vezes mais do que foi expresso no primeiro período, um dado importante que sinaliza que as ações da CADES estavam dando resultado.

De acordo com Miranda,

Os cursos, antes ministrados em algumas poucas cidades, passam a atender a mais localidades do interior brasileiro, recebendo auxílio, deste momento em diante, das Inspetorias Seccionais que tinham a função de coordená-los e realizá-los nos estados. Com isso, ainda em 1956, os Cursos de Orientação para professores aos Exames de Suficiência foram ofertados em 24 cidades, atendendo as diferentes disciplinas do Ensino Secundário. Em 1957 ocorreram cursos em 22 cidades, ministrados por 309 professores e frequentados por mais de 3 mil cursistas, dos quais 1.780 prestaram o Exame de Suficiência, sendo aprovados 1.543. Os cursos, realizados em quatro semanas, tinham duração de oito a dez horas diárias, e foram “dirigidos por um orientador-

---

<sup>9</sup> Exerceu funções de relevo em vários órgãos do Ministério da Educação e Cultura, sendo membro e presidente da antiga Comissão Nacional do Livro Didático; diretor da ex-Diretoria do Ensino Secundário, no período de 1956 a 1968; assessor técnico do Departamento de Ensino Fundamental e chefe da Assessoria do Ensino de 1º grau em 1971. Foi representante do Brasil no Seminário sobre Educação Média na América Latina, realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Quito, no Equador, em dezembro de 1968. Em 1970 e 1971 participou dos grupos de trabalho para a reforma do ensino de 1º e 2º graus, e em 1972 foi membro do grupo de trabalho encarregado de definir a política do Ensino Supletivo. Todo esse empenho em prol da Educação lhe valeu o título de Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito Educativo.

geral, especialista em assuntos de ensino médio”, visando “oferecer aos professôres novas oportunidades no campo didático e regularizar sua situação perante a lei, com o exame final de suficiência” (Miranda, 2019, p. 80-81).

Os cursos da CADES tinham uma estrutura dividida em duas partes: Didática Geral, que era comum a todos os candidatos e abrangia o estudo da metodologia de ensino e a Didática Específica que tinha como objetivo “[...] ensinar os conteúdos que seriam ministrados e orientar os alunos professores sobre formas de abordar os conteúdos em salas de aula” (Miranda, 2019, p. 83). Observa-se que mesmo sendo um curso de curta duração, com duração de um mês com carga horária diária de oito a dez horas de aula, com regime de internato e para que conseguisse aprovação, o candidato precisava frequentá-lo duas ou três vezes no ano, até que conseguissem a aprovação no exame de suficiência<sup>10</sup>. De acordo com Fábio Donizeti de Oliveira,

Em Didática Geral eram abordadas relações gerais sobre metodologia de ensino, formação comum para todas as áreas, geralmente ministrada para todas as turmas em conjunto, independentemente da área. Didática Específica e Conteúdo Específico ocupavam a maior parte do curso e visavam, mais que ensinar os conteúdos que seriam ministrados, orientar os alunos-professores sobre formas de abordar os conteúdos em salas de aula. As atividades desenvolvidas eram permeadas por aulas práticas em que os alunos preparavam os planos de aula e os materiais didáticos necessários e eram orientados sobre a desenvoltura do professor, sobre como se relacionar com os alunos, dominar o conteúdo e a sala de aula. Para tanto, eram sorteados tópicos a serem trabalhados, durante o curso, em sala de aula. Os professores eram orientados a iniciarem por situações concretas para, então, partirem para questões abstratas. Esta era, ao menos em geral, a orientação didática dos cursos da CADES. Em Didática Geral eram mostrados exemplos dessa transição, do concreto ao abstrato, em todas as disciplinas. Em Didática Específica, o método era aplicado na prática (Oliveira, 2013, p. 176).

As atividades realizadas dentro dos cursos eram aulas, seminários, estudos dirigidos, práticas de ensino. Os professores formadores orientavam seus alunos quanto a organização dos planos de aulas e orientação geral das atividades que embasavam todo o curso.

É notório que os cursos da CADES, eram organizados, segundo os preceitos da Escola Nova, ou seja, primavam por formarem alunos mais ativos, que tinham em sua prática uma base

---

<sup>10</sup> Exame de Suficiência- Os Exames de Suficiência eram compostos de prova escrita, prática ou oral, e didática. “A prova escrita constará de duas partes, sendo a primeira uma dissertação e a segunda de questões objetivas, que versarão sobre matéria de todo o programa da disciplina. A prova prática substituirá a oral para os candidatos a professor de Ciências Naturais, Física, Química, História Natural, Desenho, Economia Doméstica e Trabalhos Manuais. A prova didática também será dividida em duas partes, uma escrita e uma prática, sendo que a parte prática constará de uma aula de 40 minutos que versará sobre assunto do programa da disciplina em que está inscrito o candidato e sorteado com 24 horas de antecedência.” (Cursos para mestres..., Jornal do Commercio, 1957, p. 4).

concreta sólida, incentivo à pesquisa e as descobertas por meio dela e adequação dos cursos de acordo com a realidade dos alunos. Todas essas características dos cursos da CADES, tinham como objetivo torná-lo acessível a um maior número de pessoas, para suprir a demanda existente no mercado e também auxiliar na expansão e desconstrução da ideia de que o ensino secundário, era elitista e seletivo, era necessário criar um ensino voltado para as exigências sociais e transformações que vinham acontecendo em vários setores. Miranda ainda que reforça que,

Ao término dos cursos, os professores-orientadores, especialmente os de Didática Especial e os de Conteúdo Específico, aconselhavam os professores-cursistas sobre prestar ou não os Exames de Suficiência, à luz do desempenho mostrado durante o curso. Os que não prestavam ou neles eram reprovados, recebiam autorização, a título precário, válida por um ano, que permitia lecionarem até que pudessem realizar novamente o curso e, então, se submeterem aos Exames. Os que eram aconselhados a não prestarem a prova, mas mesmo assim o faziam, normalmente eram reprovados. Já os aprovados recebiam autorização definitiva, ficando regularizados perante o MEC (Miranda, 2019, p. 86).

Além de ministrarem aulas os professores, também tinha a função de orientar os alunos quanto a realização do Exame de Suficiência, pois a partir do desempenho do aluno em sala de aula, o professor –formador tinha concepção se o aluno estava ou não preparado para o exame, caso não estivesse recebia orientação de refazer o curso e posteriormente prestar o exame. Os Exames de Suficiência eram realizados na semana após o término dos cursos, em todas as cidades, onde havia ocorrido o curso, e por meio dos números, como “[...] em 1957 ocorreram cursos em 22 cidades, ministrados por 309 professores e frequentados por mais de 3 mil cursistas [...]” percebe-se a contribuição significativa dos cursos CADES para a aprovação dos cursistas (Miranda, 2019, p. 77-78).

A CADES, era um órgão do MEC, respeitado por todos, inclusive por seus alunos, e em suas ações eram vistas como modelo de ensino, por isso todos os preceitos que divulgava, eram vistos como os melhores, pois fazia questão de propagar a qualidade de seus cursos, dos professores formadores e de seu material. Assim, todas as ideias, metodologias e modelos pedagógicos, auxiliavam na criação desse novo perfil do ensino secundário e do professor secundarista.

A expansão da CADES tomava cada vez maiores proporções, cerca de 400 professores-formadores ofereceram cursos atendendo a mais de 4 mil professores em 18 cidades (Miranda, 2019). Os cursos da CADES, foram subdivididos, e foram adequando as realidades de cada

região, segundo sua necessidade. Eles passaram a ser pré-requisito para os exames de suficiência.

A CADES se torna referência não somente na oferta dos cursos de formação, mas também amplia suas ações na Produção Bibliográfica e na Orientação Educacional. Foram produzidos os seguintes materiais: - 19 revistas Escola Secundária; - 25 Cadernos de Orientação Educacional; - publicações de monografias, como prêmio do concurso do Dia do Professor; e, - produção de anais do III Simpósio de orientação educacional (Gomes, 2021, p. 53).

Nesse período de consolidação e expansão da CADES, damos destaque à criação da revista *Escola Secundária* que tinha como objetivo, a divulgação de pesquisas educacionais para formar uma nova mentalidade docente, mais questionadora e crítica em relação, principalmente, às legislações vigentes no período em estudo. Vale ressaltar que abordaremos no próximo capítulo, a relevância da revista Escola Secundária.

Além da produção bibliográfica em expansão, também verificamos uma crescente evolução nos cursos de Orientação Educacional, que eram feitos por meio de encontros, seminários, jornadas, destinados aos professores que já atuavam no ensino secundário, com o objetivo de melhorar e capacitar esses professores em sua atuação prática.

- **Renovação Administrativo-pedagógica (1963-1964)**

Essa nova fase da CADES, tem como característica precípua a efervescência ideológica, originada das transformações políticas, econômicas, culturais e educacionais do país, por meio de relevantes fatos, como a aprovação da tão esperada Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4.024/1961), que sistematizou o ensino. Outro fato marcante essa época foi a difusão do método Paulo Freire, sobre alfabetização, que permitiu a criação do Plano Nacional de Alfabetização em 1963, marco importante para a educação.

Nessa 3ª. fase da CADES, tivemos como diretor do ensino secundário, Lauro de Oliveira Lima<sup>11</sup>, preceptor da teoria psicogenética, de Piaget, no Brasil, articulando-a a Didática que era trabalhada nos cursos e reformulando os mesmos, visando a melhoria de suas metodologias e consequentemente do ensino secundário. Foi uma fase de intensas transformações pedagógicas, interligadas com grandes autores da educação. No entanto com o golpe militar em 1964, todas as ações foram interrompidas, e o diretor Lauro foi afastado do cargo (Pinto, 2008).

---

<sup>11</sup> Figura marcante na história da educação brasileira - contemporâneo de Darci Ribeiro e Paulo Freire - foi considerado um reformador do ensino brasileiro em função de suas críticas ao sistema de ensino. Participou de encontros de educadores, jornadas de diretores, seminários de estudos, missões pedagógicas e cursos de aperfeiçoamento de professores pela CADES (GHEMAT – SP, 2019). Disponível em: <https://www.ghemat.com.br/itens/lauro-de-oliveira-lima>



- **Declínio e desaparecimento (1964-1970)**

Essa fase foi marcada, pela retomada de Gildásio Amado à Diretoria do Ensino Secundário, porém sob o comando dos militares, a única ação da CADES que se manteve foi o Curso de Orientação para os Exames de Suficiência, as demais foram desaparecendo ao longo do regime civil-militar.

Os militares consideravam a CADES, como uma ameaça, pois ela atuava com a finalidade de expandir o ensino secundário, mas ajustando os interesses e possibilidades dos estudantes, conferindo assim maior eficácia e sentido social a essa modalidade educacional.

Portanto ao ser desmobilizada com o regime civil-militar, a CADES foi perdendo espaço no cenário nacional e encerrando suas atividades no início da década de 1970, após quase duas décadas.

A Campanha desempenhou ações para aperfeiçoar o ensino secundário, principalmente por meio da formação de professores, atendeu em seus cursos mais de 35 mil cursistas, difundindo em todas as ações um novo modelo de professor secundarista.

Nesse momento destacaremos uma das ações da CADES, em relação a formação de professores, a Revista Escola Secundária, que buscou difundir ensinamentos para melhoria do ensino secundário e das metodologias utilizadas pelos professores nessa modalidade educacional.

### 2.3 REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA COMO DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DO ENSINO SECUNDÁRIO

O estudo sobre a imprensa pedagógica é muito importante, pois visa analisar e compreender os meios de comunicação voltados para a educação. Esta análise é relevante para profissionais da educação, estudantes e sociedade. A imprensa educacional tem a função de divulgar informações sobre educação, formação e atualização de professores, práticas educativas, políticas públicas educacionais e outros assuntos correlatos.

Assim, esta pesquisa nos permitirá compreender como essas informações foram veiculadas, como os assuntos foram tratados e como a imprensa educacional influenciou na formação e atuação dos educadores. Além disso, um estudo da imprensa pedagógica também pode identificar tendências, debates e mudanças no campo da educação.

Sobre a importância da imprensa pedagógica, Denice Catani afirma que:

De fato, as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional [...] (Catani, 1996, p. 117).

Com a pesquisa pretende-se compreender melhor como a Revista Escola Secundária contribuiu para a difusão do ensino secundário no recorte em tela.

No sentido de valorizar a pesquisa da imprensa pedagógica como fonte, António Nóvoa (1997) destaca que,

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação. (...) São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia (Nóvoa, 1997, p. 31).

As revistas especializadas no campo educacional têm como objetivo, veicular ideias em espaços de convergências e disputas de diferentes anseios, legitimando os saberes, as práticas e organizando ideias e experiências, em um só contexto. Carvalho afirma que,

[...] sendo as revistas palco, meio e produto da circulação e da estruturação do conhecimento educacional, elas são fonte privilegiada para a análise dos fenômenos da construção da internacionalidade educativa e da internacionalização da educação e das suas tensões (Carvalho, 2006, p. 190).

Na análise de Elaine Rodrigues e Maurilane de Souza Biccas (2015), livros didáticos, manuais escolares, imprensa periódica especializada em educação, bibliotecas escolares, coleções dirigidas a professores, podem ser considerados impressos pedagógicos.

Bastos, sobre a imprensa pedagógica, destaca que,

[...] a imprensa pedagógica: [...] capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo que organiza um futuro – as possíveis consequências desses fatos no presente – e, assim, legitima, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos no presente futuro (Bastos, 2002, p. 49-50).

Nesse sentido, é possível afirmar que esses veículos pedagógicos ajudam a apreender o funcionamento do campo educacional, podendo ao mesmo tempo fazer circular acontecimentos ou informações a respeito do trabalho pedagógico, bem como ser um instrumento portador de orientações que auxiliam na formação e na prática docente, contribuindo para a melhoria desse campo.

A revista *Escola Secundária*, nesse sentido, surge como instrumento de aperfeiçoamento técnico do trabalho docente, cuja finalidade era a de orientar os professores nos aspectos curriculares, legais e didáticos.

Nesse contexto é importante salientar que as revistas pedagógicas, existem no Brasil desde o final do século XIX, e sua produção ficava a cargo de iniciativa privadas. No início do século XX, surgem revistas com o viés pedagógico, pensadas e articuladas por professores, para divulgarem seu trabalho e aperfeiçoarem suas práticas, visando não só a melhoria do ensino como também a troca de experiências.

No que diz respeito a *Revista Escola Secundária*, é possível inferir, após muitas leituras, que a formação de professores para este nível de ensino, foi de fato um instrumento relevante para a prática do professor. De acordo com Rita de Cássia Prazeres Frangella (2003), dentro do período de nosso estudo, sinaliza que apenas uma minoria de professores, 16% em 1957, era licenciada pelas Faculdades de Filosofia, sendo a grande maioria autodidata.

Nesse sentido Frangella, no que diz respeito a *Revista Escola Secundária*, afirma que,

[...] o processo de construção da revista, estrutura-se como uma instância formadora de professores. Já que lhe cabia a divulgação de experiências e métodos que desenvolvessem o ensino secundário, a prática elaborada no CAP<sup>12</sup> é eleita para tal. A revista estrutura-se então a partir da matriz curricular proposta para a formação de professores pela Faculdade Nacional de Filosofia, em seu Colégio de Aplicação (Frangella, 2003, p. 4).

Assim, a *Revista Escola Secundária* vem atender a uma demanda da época, ajudar no aperfeiçoamento de professores e conseqüentemente sua habilitação para o exercício da função. Conforme Vilanova ressalta,

A revista *Escola Secundária* surgiu como um dispositivo de comunicação destinada aos professores e demais agentes vinculados ao ensino secundário que necessitavam de qualificação profissional. O periódico foi pensado como veículo de assessoria educacional privilegiando as questões relacionadas diretamente com a prática dos professores como didática, metodologia de

---

<sup>12</sup> CAP: Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro

ensino, planejamento, avaliação, relatos de experiências, entre outras temáticas necessárias para seu desempenho (Vilanova, 2018, p. 26).

O primeiro número da Revista foi publicado em junho de 1957 e vigorou até o ano de 1963, que serviram como ferramenta de orientação para professores, dirigentes de escolas e demais agentes desse nível de ensino. Em sua apresentação, o diretor do ensino secundário Gildásio Amado, elucida que:

É com o desejo de colocar ao alcance dos professores e administradores dos ginásios e colégios do Brasil um instrumento útil ao seu trabalho que a Diretoria do Ensino Secundário, por intermédio da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, inicia a publicação desta Revista (Amado, 1957, p. 3).

Em sua primeira edição em junho de 1957, percebemos uma capa nos tons de verde, podemos inferir, que a capa fazia alusão a uma das cores presentes na bandeira nacional, por se tratar de um impresso veiculado por um órgão público, intitulada escola secundária. Na contracapa visualizamos o número da edição, mês e ano da publicação, assim como os nomes do diretor de Ensino Secundário professor Gildásio Amado, coordenador da CADES professor José Carlos de Mello e Souza, redator chefe professor Luiz. Alves de Mattos, revisor professor Fábio Mello e secretária professora Luzia Contardo.

Figura 4: Revista Escola Secundária –  
1ª Edição

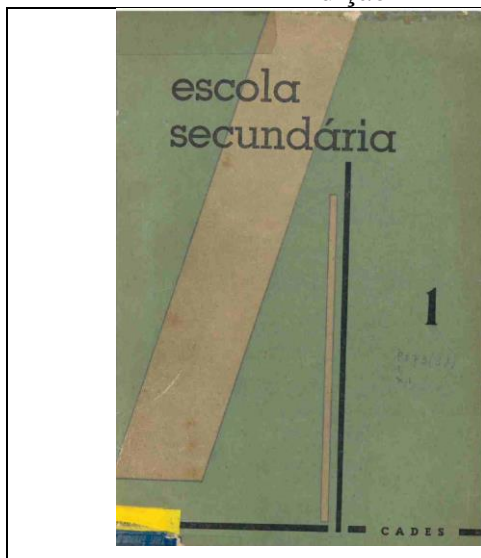
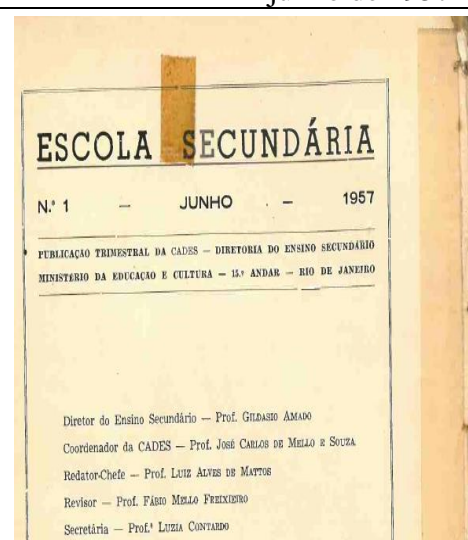


Figura 5: Revista Escola Secundária -  
junho de 1957



Fonte: Revista Escola Secundária 1957 – Acervo da pesquisadora desta dissertação

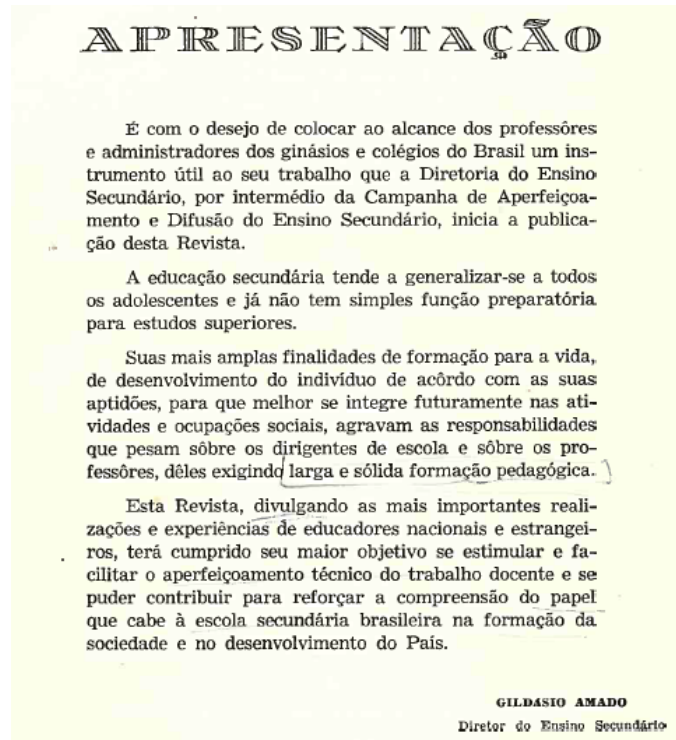
A preocupação com questões referentes ao ensino secundário do período em tela, está expressa em seu primeiro número, escrito provavelmente por Gildásio Amado, na seção Nossa Revista,

Será preciso restaurar, na mentalidade dos nossos educadores, o sentido fundamentalmente humano e social que deve caracterizar toda a atuação educativa. Será preciso reequacionar o problema da nossa juventude escolar nos seus devidos termos: os objetivos meramente instrutivos da nossa escola secundária de vem ceder a primazia, que indevidamente estão ocupando no seu plano de trabalhos, aos propósitos educativos, que devem inspirar e impregnar toda a sua atuação. A preocupação obsessiva pelas matérias abstratas dos programas oficiais deve ser substituída pela preocupação muito mais rendosa do desenvolvimento e da formação ética e social de jovens personalidades sadias, equilibradas cōnscias de seus deveres e responsabilidades, capazes, enfim, de contribuir para o bem-estar e o progresso de uma sociedade democrática. A própria instrução, quando inspirada por esses propósitos e ideais educativos, ganha novo sentido, ampliando suas possibilidades, adquirindo novas perspectivas humanas e tornando-se um recurso fecundo e dinamizador da inteligência e da vontade. No nível da escola secundária, toda a instrução deve ser eminentemente educativa (Amado, 1957, p. 7).

Percebe-se a necessidade de formação moderna ao jovem, não mais aquela focada na repetição, mas preocupada com uma formação que tenha sentido e aplicada ao novo contexto, as inspirações vinham na ideia de se pensar na educação com uma formação integral que privilegie o indivíduo como um todo, ideias essas inspiradas no movimento escolanovista.

Para atender essa medida, na mesma edição da revista na seção apresentação, Gildásio Amado indica a quem é dedicada essa série de publicações, a saber, professores e administradores de ginásios e colégios. A revista viria então nesse contexto de mudanças, a revista vinha com o objetivo de fundar uma nova racionalidade docente, calcada na renovação técnico-metodológica da escola secundária (Frangella, 2003, p. 1).

Figura 6: Revista Escola Secundária – nº 1 – junho de 1957



Fonte: Revista Escola Secundária, 1957 – Acervo da Pesquisadora desta dissertação

Vale destacar que a publicação da Revista Escola Secundária, era trimestral, e contava com diferentes seções, desde a Didática Geral, que trazia temas desde a unidade de ensino e suas tendências a manejos comportamentais para cada situação, fornecendo subsídios para a preparação de aulas mais atrativas, de forma a despertar o interesse dos alunos por determinados temas específicos de uma disciplina e promover, assim, um processo de ensino e aprendizagem mais eficaz e prazeroso, além de fomentar estratégias de disciplina em sala de aula.

Contava com uma sessão específica de orientação educacional, a qual os artigos propunham conhecer o aluno, suas dificuldades, seus valores e formas de aconselhamento do mesmo, para um bom êxito em sua prática pedagógica.

Conforme Maria Cristina Oliveira e Ruy César Pietropaolo (2008) a revista também abordava em todas as suas edições temas relativos às diversas disciplinas ou áreas que compunham o currículo: línguas, matemática, desenho, história, geografia, física, química, ciências naturais, filosofia, trabalhos manuais, economia doméstica, etc. Ou seja, os artigos publicados versavam sobre técnicas e métodos de ensino, discutiam o uso adequado de materiais didáticos e apresentavam planejamentos para desenvolver conteúdos específicos,

além de programas de disciplinas para algumas das séries. Todas as edições trazem, pelo menos, um artigo de Matemática e um de Desenho.

A Revista Escola Secundária, foi escrita por professores de diferentes áreas, conforme é possível perceber ao analisar os artigos da referida revista, pois todo artigo publicado, trazia o nome do professor especialista que tratava de determinado conteúdo pedagógico, o que leva a crer que eram considerados renomados no campo educacional.

A revista era um apoio do professor em todas as situações, pois contemplava o currículo do ensino secundário e dava base para a organização pedagógica, afinal, conforme sinaliza Miranda,

[...] a insuficiência do curso de formação de professores para embasar de conhecimentos o professor; a dificuldade do professor em frequentar cursos de especialização; o custo elevado dos livros, bem como a dificuldade de tradução de livros estrangeiros; a superação em curto prazo do livro didático pela descoberta de novas técnicas de ensino; a carência de ofertas de cursos de atualização para o professor. [...] seria [a revista técnico-pedagógica] um recurso viável e indispensável para a atualização e aprimoramento do professor [...] por apresentar grande variedade de assuntos em suas diversas seções; por apresentar as diretrizes que regem as mais modernas técnicas de ensino; por conter notícias e comentários sobre cursos de atualização; por traduzir e adaptar artigos estrangeiros de interesse; pelas sugestões de atividades práticas apresentadas de maneira clara e convincente; pela oferta de material didático em forma de cartazes e painéis, auxílio valioso e de grande utilidade; pelas ilustrações apresentadas que facilitam a leitura e compreensão dos conteúdos; pelo custo realmente acessível, dentro, portanto, das possibilidades econômicas do magistério; preenchendo as necessidades não só do professor formado, mas também do aluno de escola normal, que tem necessidade de material farto e variado para as suas pesquisas durante o curso (Miranda, 2019, p. 98).

Como podemos perceber a revista Escola Secundária, foi propagadora de conhecimento e aprimoramento do professor, de forma acessível e objetiva. Em cada início de sessão esboçava resumidamente o assunto que seria tratado, nessa perspectiva, foi “[...] uma das principais estratégias de divulgação dos preceitos e concepções profissionais compartilhados pelos técnicos da CADES” (Xavier, 2008, p. 153-154).

A revista tinha como objetivo divulgar a todo o magistério brasileiro de nível médio, experiências de educadores nacionais e estrangeiros, para aperfeiçoar o trabalho docente e melhorar o ensino secundário. Desse modo, seus artigos, fundamentalmente, tratavam de aspectos da Didática, além de divulgarem ações do MEC e as legislações relativas ao Ensino Secundário. De acordo com Miranda (2019),

Nas 19 edições foram diversos os textos publicados, bem como as seções que compuseram a revista. No entanto, duas delas se mantiveram constantes em todos os números: Matemática e Língua Vernácula. Além delas, Geografia e História também estiveram presentes em todas, mas com alternância quanto ao título das seções. A Orientação Educacional marcou presença em todas as edições, no entanto, em uma delas foi apresentada junto com Didática Geral. As Atividades Extraclasse passaram a fazer parte no número 10 e, desde então, estiveram em todas as edições (Miranda, 2019, p. 103).

Como podemos perceber a revista tentou manter o padrão das seções, alternando alguns títulos apenas, intercalou entre as seções, citações de autores da área educacional com vistas a encorajar o leitor quanto à postura que deveria adotar em suas aulas, e ao uso de determinadas práticas incentivando e apresentando sugestões de planos, que fossem relevantes para o professor secundarista e a educação nacional.

Os artigos da revista Escola Secundária, buscavam alinhar a teoria e a prática como um fator importante para formar o professor moderno. Era preciso mudar a mentalidade do professor no sentido de tornar as aulas mais dinâmicas, sinalizando que os processos pedagógicos precisam mudar e conseqüentemente, provocar um estímulo para que os alunos pudessem alcançar uma aprendizagem significativa que estivesse alinhada a realidade da época. Nessa perspectiva, a revista pode ser considerada uma ferramenta pedagógica utilizada pela CADES, como uma forma de restaurar a mentalidade do educador, no sentido humano e social de deve caracterizar toda a ação educativa. Era preciso superar os problemas do ensino secundário e uma das estratégias era justamente voltar-se para a formação dos professores e ao que parece, esse é o maior objetivo da revista secundária.

A revista também refletia sobre a relevância do papel do professor frente à educação, o quão importante é avaliar não os conteúdos que são repassados, mas também as palavras que são faladas no contexto escolar, a postura, as atitudes, todas essas ações reverberam diretamente no comportamento dos alunos e o que ensinamos reflete nos condicionamentos operantes de cada jovem que o professor tem o privilégio de trabalhar.

Assim a revista lança mão de convite ao magistério secundário, a fim de reexaminar a situação da escola secundária brasileira, a repensando seus problemas, buscando sugestões construtivas, a trocando ideias e buscando possíveis alternativas para a melhoria deste nível de ensino, como o objetivo de tornar as instituições educativas mais eficientes, à altura de sua missão e de suas novas responsabilidades sociais (Brasil, 1957).

Enfatizamos que revista Escola Secundária foi uma das ações da CADES, que reconfigurou a formação docente, por trazer em seus exemplares artigos que teciam uma rede de relações e sentidos múltiplos de circulação de ideias, exemplos e práticas, que contribuíram



para a produção e disseminação de conhecimentos educacionais alinhadas a realidade da época, buscando superar o caráter meramente instrutivo. No entanto é necessário evidenciar o que cada sessão trazia e qual era a intencionalidade dos artigos em relação a esfera educacional, esses e outros questionamentos são relevantes e estarão presentes no terceiro capítulo de nossa pesquisa.

## CAPÍTULO 3

### **REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA: dispositivo pedagógico na formação de professores secundaristas**

A Escola, como as demais instituições, está sujeita a críticas e reformas quando a mudança social se intensifica. Por isso não é de estranhar que, no momento presente, se procure renova-la, mediante alterações curriculares e de programas (Carvalho, 1958b, p. 240).

Corroborando com a epígrafe de Irene Mello Carvalho (1958b) da Revista Escola Secundária, apresentamos neste capítulo a descrição dos conteúdos do impresso pesquisado e sua organização gráfica e pedagógica, ressaltando as temáticas que foram abordadas e o quão relevantes elas eram para os professores do ensino secundário.

Logo em seguida faremos uma reflexão sobre a metodologia e orientações didático pedagógicas presentes na revista na seção de Didática e suas contribuições para a formação do professor secundarista.

Concluimos o capítulo ressaltando os discursos do professor Gildásio Amado na Revista Escola Secundária, voltados para a construção de um ensino inovador.

#### 3.1 OS ELEMENTOS GRÁFICOS DA REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA E SEUS CONTEÚDOS

A revista Escola Secundária surgiu como um veículo de assessoria educacional privilegiando as questões relacionadas diretamente a prática dos professores do ensino secundário que necessitavam de qualificação profissional. O impresso pedagógico apresenta novas metodologias, a partir de relatos de experiências, reflexões, orientações didáticas com o objetivo de qualificar os professores que estavam atuando no ensino secundário. Nesse sentido vale ressaltar que, com a expansão do ensino secundário, a preocupação em criar um impresso coincidia com “[...] tentativas de organização da categoria do magistério que, naquele momento, buscava articular sua luta pela valorização da profissão, condições de trabalho, qualidade do ensino, reivindicações salariais e aperfeiçoamento do sistema” (Catani, 1996, p. 124-125).

A revista Escola Secundária, buscou trazer em seu escopo, uma redefinição das finalidades e objetivos, que permeavam o ensino secundário, afinal as transformações estavam acontecendo e essa modalidade educacional, necessitava de uma reestruturação não só dos currículos, como também nas melhorias dos recursos utilizados para as aulas e na preparação

de docentes para atuar em salas de aula de nível médio. Foi a partir dessa premissa, que as seções da revista foram se estruturando, para dar um embasamento não só teórico, mas também prático para os professores que formavam os alunos nessa modalidade educacional, e os preparavam para prosseguir os estudos até o mercado de trabalho. Na seção “Nossa Revista” temos que,

Será preciso restaurar, na mentalidade dos nossos educadores, o sentido fundamentalmente humano e social que deve caracterizar toda a atuação educativa. Será preciso reequacionar o problema da nossa juventude escolar nos seus devidos termos os objetivos meramente instrutivos da nossa escola secundária devem ceder a primazia, que indevidamente estão ocupando no seu plano de trabalhos, aos propósitos educativos, que devem inspirar e impregnar toda a sua atuação. A preocupação obsessiva e as matérias abstratas dos programas oficiais deve ser substituída pela preocupação muito mais rendosa do desenvolvimento e da formação ética e social de jovens personalidades sadias, equilibradas, cônscias de seus deveres e responsabilidades, capazes, enfim, de contribuir para o bem-estar o progresso de uma sociedade democrática (Amado, 1957, p. 7).

Percebe-se a partir da citação uma grande preocupação com uma instrução eminentemente educativa, por isso era necessário repensar a situação problemática da escola secundária naquele momento, buscando possíveis alternativas que dessem conta de estabelecer uma instituição educativa que fosse mais eficiente e que tivesse condições de assumir o compromisso de formar uma juventude ciente de suas responsabilidades a fim de contribuir para o progresso social, deixando de lado um currículo rígido, voltado apenas para a teoria.

O impresso pedagógico foi pensado para inspirar propósitos e ideais educativos, que ganhassem visibilidade e ampliassem possibilidades para novas perspectivas humanas dinamizadoras, por serem escritos por professores, a linguagem era mais próxima do professor-leitor, facilitando assim a compreensão dos discursos e o entendimento das questões educacionais abordadas.

Desse modo, a análise dos conteúdos veiculados pela revista, nos “[...] permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível *macro* do sistema, mas também no plano *micro* da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo em que denunciam situações do presente” (Nóvoa, 1997, p. 11, grifos do autor).

Vale ressaltar que, os periódicos eram escritos por professores, que legitimavam práticas pedagógicas, apresentando possibilidades de desenvolver suas atividades docentes em sala de aula, sugerindo assim as possibilidades de como expor o conteúdo, atividades que poderiam ser

aplicadas após a teoria, sinalizando algumas estratégias, com intuito de homogeneizar, modelar, guiar o professor-leitor em suas ações dentro da sala de aula.

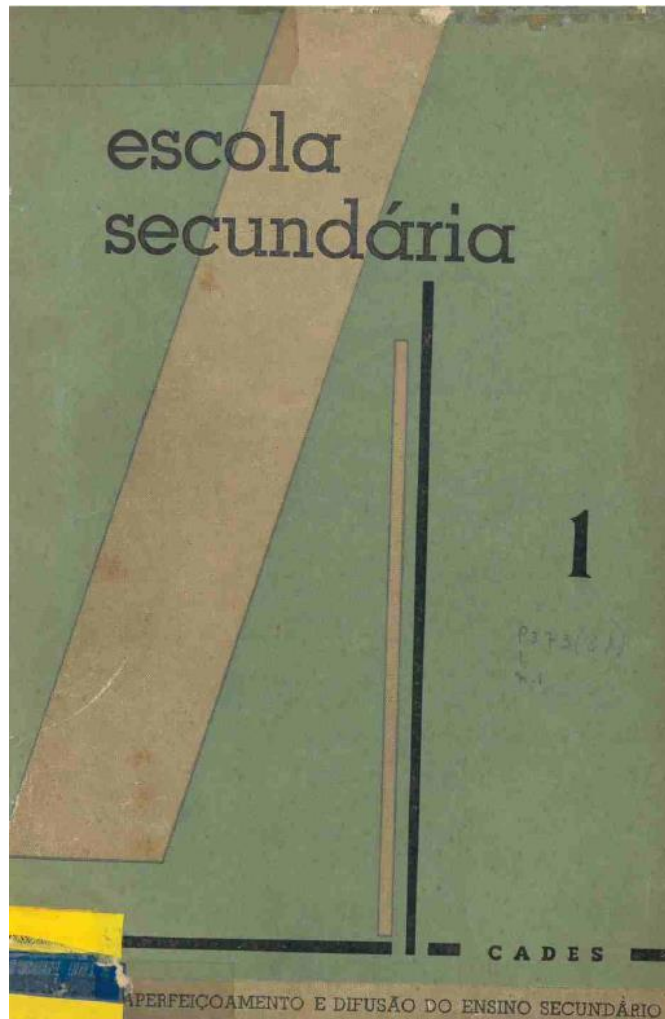
O objetivo precípua da revista era de dar acesso aos professores, as mais importantes realizações e experiências de educadores nacionais e estrangeiros, de modo a “[...] estimular e facilitar o aperfeiçoamento técnico do trabalho docente [...]”, contribuindo para “[...] reforçar a compreensão do papel que cabe à escola secundária brasileira na formação da sociedade e no desenvolvimento do país” (Miranda, 2019).

A partir disso, a Revista Escola Secundária, iniciou suas publicações com uma tiragem de sete mil exemplares, ampliando esse número para dez mil, em 1959 e era enviada a praticamente todos os estados brasileiros e encontrava grande receptividade entre os professores, pois também era alvo de novidades e de aperfeiçoamento de suas práticas (Miranda, 2019).

Nessa perspectiva, vamos fazer uma descrição da organização gráfica da Revista Escola Secundária, com intuito de apresentar ao leitor a sua configuração a fim de perceber como estavam organizados os seus conteúdos. Para tanto vamos usar como base a primeira edição da revista, pois todas as demais estão organizadas nessa mesma linha. O primeiro número circulou em junho de 1957.

De acordo com Maria Rita de Almeida Toledo (2020), os impressos dessa modalidade, sinalizam que há um padrão editorial, que é organizada por dispositivos textuais e editoriais. Assim, a autora destaca como padrão, a apresentação da capa e a sua estrutura interna, onde podemos encontrar disposto os assuntos tratados no interior do periódico. Ainda nas palavras da autora, esse padrão traz identidade ao objeto impresso. A capa do impresso em estudo segue um padrão em relação a sua apresentação, como é possível visualizar a seguir.

Figura 7: Capa da 1ª Edição da Revista Escola Secundária



Fonte: Acervo da Pesquisadora da dissertação

Observa-se no alto da capa o título da revista, ao centro o número 1, indicando ser a sua primeira edição e no rodapé da é possível identificar o órgão responsável pela sua organização, editoração e distribuição, para a formação de professores de nível secundário. O padrão de capa é o mesmo em todas as suas edições, com exceção da cor. A cada edição uma cor diferente é utilizada na capa, como pode ser visualizada nas edições 2, 3 e 4, permanecendo assim, até a última edição, esse mesmo padrão gráfico, mudando somente as cores:

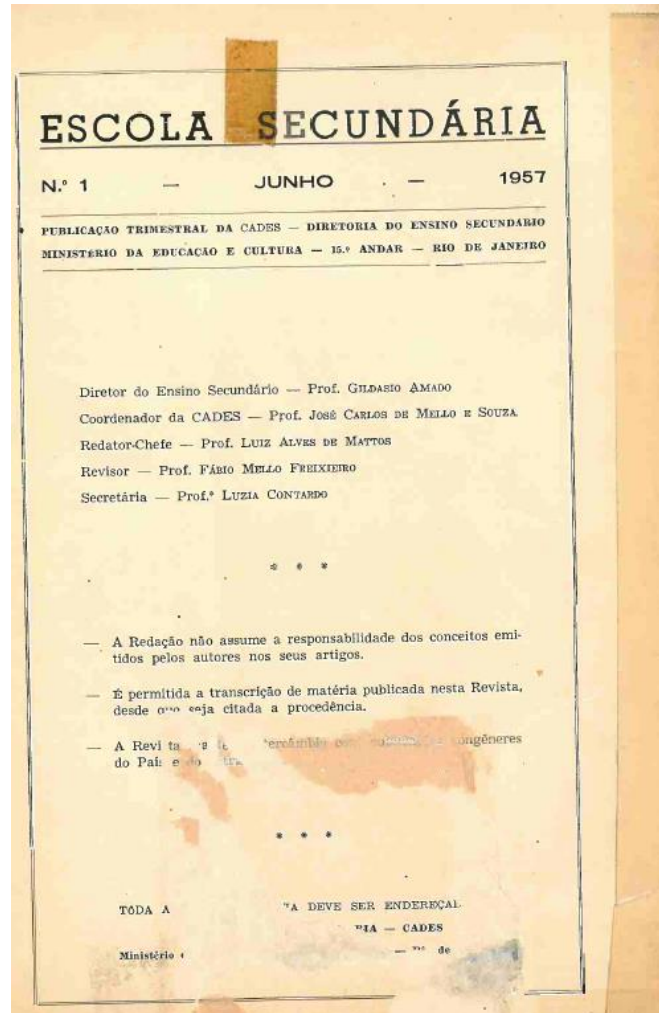
Figura 8: Capas da Revista Escola secundária números 2, 3 e 4



Fonte: Acervo da pesquisadora desta dissertação

Na sequência trazemos a primeira parte interna da revista:

Figura 9: 1ª Parte interna da Revista Escola Secundária



Fonte: Revista Escola Secundária Edição no. 1

Observamos nessa contracapa que no topo da revista o título da mesma aparece novamente, seguida da data de publicação, a indicação da tiragem, que neste caso é trimestral, bem como a vinculação da revista a CADES. Na sequência, observamos o nome dos responsáveis pela edição do impresso, figurando em primeiro plano o professor Gildásio Amado<sup>13</sup>, que foi diretor do ensino secundário, o professor José Carlos de Mello e Souza

<sup>13</sup> O professor Gildásio Amado nasceu em Sergipe, na cidade de Itaporanga, no dia 31 de agosto de 1906. Exerceu funções de relevo em vários órgãos do Ministério da Educação e Cultura, sendo membro e presidente da antiga Comissão Nacional do Livro Didático; diretor da ex Diretoria do Ensino Secundário, no período de 1956 a 1968; assessor técnico do Departamento de Ensino Fundamental e chefe da Assessoria do Ensino de 1º grau em 1971. Foi representante do Brasil no Seminário sobre Educação Média na América Latina, realizado pela UNESCO em Quito, no Equador, em dezembro de 1968. Em 1970 e 1971 participou dos grupos de trabalho para a reforma do ensino de 1º e 2º graus, e em 1972 foi membro do grupo de trabalho encarregado de definir a política do Ensino

(Coordenador da CADES), ele era professor de matemática e também escrevia artigos para a Revista Escola Secundária. Como redator chefe, temos o professor Luiz Alves de Mattos<sup>14</sup>. O revisor da revista foi Fábio Melo Freixieiro<sup>15</sup> e por fim, secretariava a revista a professora Luiza Contardo, que também escrevia para esse impresso.

Seguindo a ordem de organização do periódico, temos o sumário, que um guia para o leitor, é onde encontramos os assuntos tratados na revista, que segue uma ordem: apresentação, a nota da redação (A nossa revista), didática geral, orientação educacional e na sequência as disciplinas que compõem a estrutura da revista. O sumário indica a numeração das páginas, bem como os nomes dos autores. Observem que os artigos escritos na revista são elaborados por professores, o que nos faz inferir que são profissionais preparados e especializados para elaborar as discussões no âmbito da revista.

---

Supletivo (GENI, 2021). Disponível em: <https://www.geni.com/people/Gild%C3%A1sio-Amado/6000000015913966787>

<sup>14</sup> Formado em Pedagogia na Universidade Fordham em Nova Iorque e na Pontifícia Universidade Católica de Washington. No Brasil exerceu o magistério superior como catedrático de Psicologia Educacional e Didática Geral na Faculdade São Bento em SP. Entre suas funções, podemos citar sua participação como membro da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e atuou como redator chefe da Revista Escola Secundária. Para saber mais: Revista do Ensino, ano VII, n. 53, p. 7-22, jun. 1958.

<sup>15</sup> Fabio Mello Freixieiro, era crítico literário e professor e atuou como revisor da revista. Foi signatário de um documento, endereçado a Anísio Teixeira e encabeçado por Lourenço Filho, com outros 528 educadores, em 1958. O documento explicita a solidariedade a Anísio e às ideias defendidas por ele acerca da educação brasileira (Lourenço Filho, 1958).



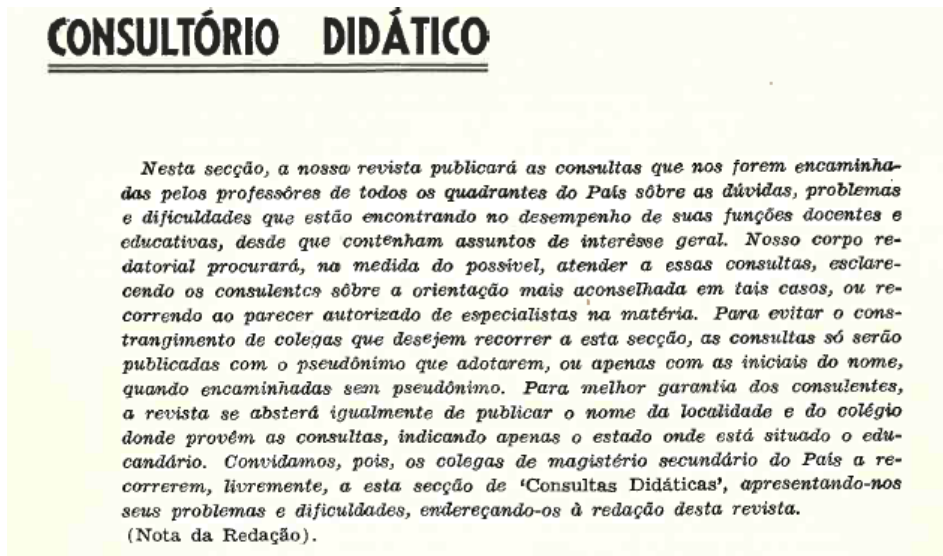
Figura 10: Sumário da Revista Escola Secundária – 1ª Edição

SUMÁRIO		Págs.
APRESENTAÇÃO — Prof. Gláucio Amado	4	
A NOSSA REVISTA — Redação	5	
DIDÁTICA GERAL		
A Unidade no Ensino Moderno — Prof. Irene Mello Carvalho	11	
O Estudo Dirigido, Esse Esquecido — Prof. Guida Nedda Barata	16	
Manejo de Classe — Prof. Luiz Alves de Mattos	18	
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL		
A Moderna Orientação Educacional — Prof. Doris de Brito	24	
O Papel do Orientador Junto ao Adolescente — Prof. Lala Esteves Loffredi	26	
Conheça o Adolescente — Prof. Maria Emilia Alves Saltiel	27	
LÍNGUA VERNÁCULA		
A Aprendizagem da Língua Vernácula e seus Objetivos — Prof. Adolphina Portela Bonapace	29	
LATIM		
O Comentário de Texto no Ensino de Latim — Prof. Clarice Lourdes das Neves	31	
Introdução ao Estudo de César na 1.ª Série Ginásial — Prof. Emilia Maria Romariz Costa	33	
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS		
A Pronúncia no Ensino das Línguas Estrangeiras — Prof. Selma Finkusfeld Roman	37	
Os Exercícios de Composição no Ensino de uma Língua — Prof. Maria de Lourdes C. Martini	39	
INGLÊS		
Objetivos do Ensino do Inglês — Prof. Lotte Louise Zentgraf	41	
Desenvolvimento da Expressão Oral no Ensino do Inglês — Prof. Gláucia M. Coimbra da Silva Haddad	46	
MATEMÁTICA		
A Matemática na Escola Secundária — Prof. Eleonora Lôbo Ribeiro	47	
CIÊNCIAS NATURAIS		
O Ensino da Ciência nos Ginásios — Prof. José Reis	53	
HISTÓRIA DO BRASIL		
O Ensino da História do Brasil no Curso Ginásial — Prof. James B. Vieira da Fonseca	55	
GEOGRAFIA		
Sugestões para o Estudo dos Mapas — 1.ª Série Ginásial — Prof. Arthur Bernardes Weiss	58	
O Ensino da Geografia no Curso Secundário Noturno — Prof. Maurício Silva Santos	60	
TRABALHOS MANUAIS E ECONOMIA DOMÉSTICA		
A Economia Doméstica nas Escolas Secundárias — Prof. Durvelina Santos	64	
Técnica de Fantocho — Prof. Silvano Lopes de Castro	67	
DESENHO		
O Ensino de Desenho Geométrico — Prof. José Sennem Bandeira	74	
FÍSICA		
O Ensino da Física no Ensino Secundário — Prof. Elza V. de Souza Teixeira	79	
QUÍMICA		
A Motivação pelo Fracasso Inicial no Ensino da Química — Prof. Albert Ebert	81	
Aulas Práticas de Química no Curso Secundário — Prof. Icêma de Oliveira	82	
FILOSOFIA		
Problemas da Filosofia e seu Ensino — Prof. José G. Nunes Gouveia	85	
CONSULTÓRIO DIDÁTICO — Redação	88	
EDUCACIONAIS NACIONAIS		
Colégio de Nova Friburgo — Seus Objetivos e Realizações — Prof. Euclides Pereira de Mendonça	91	
Um Centro de Estudos Pedagógicos — Prof. Jamil El Jaick	94	
Atividades Extraclasse no Colégio Pedro II — Externato — Prof. Anírio Reis	96	
NOTICIÁRIO DA CADES	98	

Fonte: Revista Escola Secundária, 1957 – Acervo da Pesquisadora da dissertação

É possível verificar no sumário da revista, uma seção com nome interessante: “Consultório Didático”, esta parte da revista é dedicada aos leitores. Nesta seção são respondidas questões encaminhadas pelos leitores, como pode ser observada a seguir, a partir do excerto que abre esta seção, sobre sua finalidade:

Figura 11: Seção Consultório Didático



Fonte: Revista Escola Secundária 1957, p. 88 – Acervo da Pesquisadora da dissertação

Nessa perspectiva percebe-se a preocupação da revista em estabelecer um diálogo com seus leitores e autores, com intuito de melhorar o desempenho dos docentes do ensino secundário.

Outra seção curiosa, é “Educandários Nacionais”, com intuito de publicar experiências realizadas em instituições de nível secundário, que demonstrem o espírito progressista dos educadores, objetivando a melhoria deste nível de ensino.

E fechando o sumário da revista temos a seção “Noticiário da CADES”, a ideia desta seção era manter os professores atualizados em relação às atividades realizadas pela CADES, além de compartilhar programas de curso e iniciativas de interesse ao ensino secundário, sempre pensando na melhoria da qualidade de ensino. É registrada nessa seção, por exemplo, os informes sobre os exames de suficiência, cursos de aperfeiçoamento para professores que atuam em várias áreas de conhecimento, divulgação de encontros de professores, concursos para o dia dos professores, etc.

A organização da revista, demonstra uma preocupação com as práticas docentes, ao mesmo tempo em que parece sinalizar uma possível padronização das atividades a serem realizadas no interior das instituições escolares de nível médio.

Pensando em sua materialidade, o impresso, possui dimensões de, aproximadamente, 25,5mm x 18mm, o número de páginas variava entre 120 e 135 e o formato da capa simples e objetiva, permaneceu com poucas alterações em suas 19 edições. Na diagramação da revista, observa-se que os espaços foram muito bem aproveitados, utilizando dos espaços em brancos

para colocarem textos reflexivos, acerca das temáticas abordadas. Nessa perspectiva observamos, a partir dos sumários das dezenove edições, que eles também seguiram um padrão não fixo para a quantidade de páginas presentes em cada assunto, em algumas edições, houve quantitativos menores, outras maiores, variando da temática e explanação que estava sendo feito acerca do conteúdo explicitado.

Quadro 7 – Relação de páginas da Revista Escola Secundária 1 a 6

REVISTAS ESCOLA SECUNDÁRIA												
SUMÁRIO	REVISTA 1	TOTAL	REVISTA 2	TOTAL	REVISTA 3	TOTAL	REVISTA 4	TOTAL	REVISTA 5	TOTAL	REVISTA 6	TOTAL
APRESENTAÇÃO	3	1	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
A NOSSA REVISTA	5-10	6	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
PRONUNCIAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA PROJETO DE LEI 2.222/57 QUE FIXA AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	---	---	----	----	----	----	3-23	21	----	----	----	----
MENSAGEM DE ANO NOVO	----	----	----	---	3-4	2	----	---	----	----	----	----
TENDENCIAS DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA	----	----	----	----	5-11	7	----	----	----	----	----	----
SUBSTITUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA AO PROJETO DE LEI ORGANICA DO ENSINO SECUNDÁRIO	---	----	3-25	22	-----	----	----	----	----	----	----	----
NOTAS DA REDAÇÃO O ENSINO SECUNDARIO NA FRANÇA EDUCAÇÃO DE GRAU MÉDIO REFORMAS	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	3-18	16	----	----
NOVOS RUMOS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	3-5	3
A IMPLANTAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	6-7	2
A ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES EXPERIMENTAIS	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	8-12	6
DIDÁTICA GERAL	11-23	10	26-38	13	12-25	14	24-37	14	19-34	26	13-27	15
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	24-28	5	39-50	12	26-34	9	38-51	34	35-44	10	28-43	16
LÍNGUA VERNÁCULA	29-30	2	51-56	2	35-39	5	52-59	8	45-55	11	44-55	12
LATIM	31-36	6	57-63	7	40-44	5	60-66	7	56-59	4	56-58	3
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	37-40	4	64-69	5	45-51	7	67-75	9	60-67	8	59-68	9
INGLÊS	41-46	6	----	-----	----	-----	----	-----	----	-----	----	-----
MATEMÁTICA	47-51	5	70-73	4	52-61	10	76-85	10	68-74	7	69-78	10
CIÊNCIAS NATURAIS	52-54	3	74-82	9	----	-----	86-93	8	75-78	4	79-89	11
HISTÓRIA DO BRASIL	55-57	3	----	-----	----	-----	----	-----	----	-----	----	-----
GEOGRAFIA	58-63	6	----	-----	----	-----	----	-----	----	-----	----	-----
HISTÓRIA E GEOGRAFIA	----	----	83-88	6	62-69	8	94-101	16	79-86	8	90-98	9
TRABALHOS MANUAIS E ECONOMIA DOMÉSTICA	64-73	10	---	----	----	-----	----	-----	----	-----	----	-----
ECONOMIA DOMÉSTICA	----	----	-----	-----	----	-----	102-107	6	----	-----	----	-----
TRABALHOS MANUAIS	----	----	89-91	3	70-75	6	----	-----	87-90	4	99-100	2
DESENHO	74-78	5	92-95	4	76-79	4	108-114	7	91-97	7	101-111	11
EDUCAÇÃO FÍSICA	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	112-113	2
FATOS DIVERSOS	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	114-120	7
FÍSICA	79-80	2	96-98	3	80-83	4	115-117	33	98-103	6	----	----
PORTARIAS MINISTERIAIS	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	104-123	20	121-122	2
QUÍMICA	81-84	4	-----	-----	84-87	4	118-120	3	----	-----	----	-----
FILOSOFIA	85-87	3	----	-----	88-93	6	121-125	5	----	-----	----	-----
CONSULTÓRIO DIDÁTICO	88-92	5	99-101	3	94-95	2	----	-----	----	-----	----	-----
EDUCANDÁRIOS NACIONAIS	93-97	5	----	-----	96-100	5	----	-----	----	-----	----	-----
AS INSPECTORIAS SECCIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO	----	----	----	-----	101-102	2	----	-----	----	-----	----	-----
NOTICIÁRIO DA CADES	98-101	5	102-104	3	103-104	2	126-128	3	----	-----	----	-----
RELATÓRIO DA CADES	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	122-124	3	123-128	6

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da Revista Escola Secundária

Quadro 8 – Relação de páginas da Revista Escola Secundária 7 a 12

REVISTAS ESCOLA SECUNDÁRIA												
SUMÁRIO	REVISTA 7	TOTAL	REVISTA 8	TOTAL	REVISTA 9	TOTAL	REVISTA 10	TOTAL	REVISTA 11	TOTAL	REVISTA 12	TOTAL
A REFORMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL EM PROFUNDIDADE – A REDAÇÃO	----	----	----	---	----	----	----	----	----	----	3-4	2
A REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO NA FRANÇA	----	----	----	---	----	----	----	----	----	----	5-9	5
A REFORMA DO ENSINO E A DÚVIDA METÓDICA	----	----	----	---	----	----	----	----	----	----	10-13	4
A ESCOLA SECUNDÁRIA E O ADOLESCENTE	----	----	----	---	----	----	----	----	----	----	14-19	6
NECESSIDADE DE UMA TOMADA DE POSIÇÃO - REDAÇÃO	----	----	----	----	----	----	3	1	----	----	----	----
POR QUE SÓ A ESCOLA NÃO EVOLUI?	---	----	----	----	---	----	4-9	6	----	---	----	----
A PROFSSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	----	----	----	---	3-4	2	---	---	----	----	----	----
ORDEM DOS EDUCADORES DE SÃO PAULO- MENSAGEM PARA AOS EDUCADORES	----	----	----	----	5-7	3	----	----	----	----	----	----
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS EDUCADORES	----	----	----	---	8-9	2	----	----	----	----	----	----
MELHOR AMBIÊNCIA EDUCATIVA PARA ADOLESCENTES	----	----	3-4	2	----	----	----	----	----	----	----	----
ENCONTRO DE EDUCADORES (CONCLUSÕES)	---	----	5-6	2	----	----	----	----	----	----	----	----
SUGESTÕES AOS PAIS (COM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO DOS FILHOS NOS COLÉGIOS)	----	----	7-10	4	----	----	----	----	----	----	----	----
APRESENTAÇÃO	3-7	5	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
A NOSSA REVISTA	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
PRONUNCIAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA PROJETO DE LEI 2.222/57 QUE FIXA AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
MENSAGEM DE ANO NOVO	----	---	----	----	----	----	----	---	3	1	----	----
A ESCOLA SECUNDÁRIA: SUA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	-----	-----	-----	----	-----	-----	-----	-----	4-13	19	----	----
METAS DE APREFEIÇOAMENTO PARA AS ESCOLAS SECUNDÁRIAS DO CEARÁ	-----	-----	-----	----	-----	-----	-----	-----	14-20	7	----	----
PLANO DE ORGANIZAÇÃO DE CLASSES EXPERIMENTAIS DO COLÉGIO ANDREWS (para o ano letivo de 1959)	-----	-----	-----	----	-----	-----	-----	-----	21-30	10	----	----
TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
SUBSTITUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA AO PROJETO DE LEI ORGANICA DO ENSINO SECUNDÁRIO	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
NOTAS DA REDAÇÃO O ENSINO SECUNDARIO NA FRANÇA EDUCAÇÃO DE GRAU MÉDIO REFORMAS	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
NOVOS RUMOS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
A IMPLANTAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
A ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES EXPERIMENTAIS	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
DIDÁTICA GERAL	8-25	17	11-23	13	10-18	9	10-26	17	31-36	6	20-30	11
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	26-38	13	24-36	13	19-40	22	27-34	7	37-42	6	31-40	10
ATIVIDADES EXTRACLASSE	----	----	----	----	----	----	35-44	10	43-53	11	41-54	14
LÍNGUA VERNÁCULA	39-46	8	37-50	14	41-51	11	45- 53	9	54-64	11	55-67	13
LATIM	47-51	5	51-57	7	52-61	10	54-56	3	65-66	2	----	----

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	52-62	11	58-65	8	62-67	6	----	----	67-73	7	68-76	9
INGLÊS	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
MATEMÁTICA	63-76	14	66-77	12	68-75	8	57-66	10	74-87	14	77-87	11
CIÊNCIAS NATURAIS	77-84	6	78-81	4	76-79	4	----	----	88-91	4	94-97	4
HISTÓRIA DO BRASIL	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
GEOGRAFIA	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
HISTÓRIA E GEOGRAFIA	85-94	10	85-96	12	80-88	9	75-86	12	101-111	11	100-109	10
TRABALHOS MANUAIS E ECONOMIA DOMÉSTICA	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
ECONOMIA DOMÉSTICA	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
TRABALHOS MANUAIS	95-98	4	97-100	4	89-93	5	87-90	4	112-118	7	----	----
DESENHO	99-106	8	101- 103	3	94-104	11	91-96	6	----	----	110-114	5
MÚSICA	----	----	----	----	105	1	----	----	----	----	----	----
EDUCAÇÃO FÍSICA	----	---	----	----	----	----	97-100	4	----	----	----	----
FATOS DIVERSOS	----	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
FÍSICA	107-110	4	----	----	106-109	4	67-70	4	92-97	6	88-93	----
PORTARIAS MINISTERIAIS	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
QUÍMICA	----	---	82-84	3	110-111	2	71-74	4	98-100	3	98-99	----
FILOSOFIA	111-121	11	104-116	13	112-118	7	101-113	13	----	----	----	----
PORTARIAS MINISTERIAIS	---	----	----	----	119-127	9	----	----	----	----	----	----
CONSULTÓRIO DIDÁTICO	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
EDUCANDÁRIOS NACIONAIS	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
AS INSPETORIAS SECCIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO	----	---	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----
NOTICIÁRIO DA CADES	----	---	117-120	4	----	----	----	---	123-124	2	115	----
RELATÓRIO DA CADES	122-124	3	----	----	----	----	120	1	----	----	----	----
PORTARIAS E INSTRUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	----	----	----	----	----	----	114-119	6	----	----	----	----
PORTARIAS E INSTRUÇÕES MINISTERIAIS	----	----	----	----	----	----	----	----	119-122	4	----	----

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da Revista Escola Secundária









AS INSPETORIAS SECCIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
COMUNICAÇÕES	----	----	-----	----	----	-----	----	----	125-128	4	----	----	-----	----
NOTICIÁRIO DA CADES	126-132	7	127-132	6	124-128	5	126-128	3	129-132	4	----	----	-----	----
RELATÓRIO DA CADES	----	----	----		----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
PORTARIAS E INSTRUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	----	----	----	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
PORTARIAS E INSTRUÇÕES MINISTERIAIS	----	----	----	--	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da Revista Escola Secundária

A revista Escola Secundária, tinha como objetivo trazer temáticas sobre a formação de professores secundaristas, e para isso, tinha a organização das suas edições divididas em quatro partes estruturadas da seguinte forma: na primeira aparecem os editoriais com notas introdutórias, conferências, palestras e artigos de reflexão sobre os problemas relacionados ao ensino secundário. Os textos, em sua maioria, são de autoria do corpo editorial da revista e membros da Diretoria do Ensino Secundário vinculados ao Ministério da Educação.

A partir dos quadros com a relação do número de páginas presentes em cada seção, verificamos que a seção intitulada “Didática”, foi uma das sessões com maior paginação e também apresenta uma variedade de artigos que versam sobre orientações e reflexões voltadas para prática do professor, sua conduta em sala de aula, estratégias pedagógicas dentre outros assuntos. A seção subsequente a esta era a de “Orientação Educacional”, cujos estudos discutem temas relacionados a importância do ensino secundário e orientações direcionadas ao trabalho dos dirigentes escolares. Na sequência aparece uma longa seção que contempla artigos direcionadas as disciplinas da base curricular do ensino secundário, a saber: Língua Vernácula, Latim, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Trabalhos Manuais, Desenho, Educação Física, Química, Física, Filosofia, Línguas Estrangeiras, Economia Doméstica.

Vale ressaltar também que as disciplinas como Geografia e História a partir da segunda edição da revista compartilharam da mesma seção e posteriormente foi subdividida e nas revistas finais apareceram juntas novamente.

Nessa análise também verificamos que a disciplina Língua Vernácula, também estava presente em todas as seções, uma vez que a revista era voltada para os professores que trabalhavam no ensino secundário em nosso país, o Brasil, ou seja falar sobre a língua portuguesa era essencial e emergente.

Outra observação que foi possível perceber, foi o quanto a seção de Didática e Orientação Educacional, foram relevantes dentro da revista, além do números de páginas serem maiores que outras seções, os artigos presentes tinham como objetivo levar o professor-leitor a compreender a importância da sua postura em sala de aula, assim como as estratégias utilizadas para ensinar. E dentro da seção de Orientação Educacional, o quão profundo foram as reflexões em torno da faixa etária que contemplava o ensino secundário, as normas, leis e ensinamentos voltados para essa modalidade educacional.

Os artigos presentes nas diferentes seções da revista, eram explicações sobre a aplicabilidade de técnicas e métodos de ensino, planejamento do conteúdo, materiais didáticos, avaliação da aprendizagem, todos voltados para essas áreas.

Para Rosa de Fátima Souza e Noberto Dallabrida (2014), o impresso procurava divulgar as pesquisas educacionais, pensando na formação de uma mentalidade docente, mais problematizadora e crítica das legislações vigentes, formando assim uma nova identidade docente em sintonia com as ideias da Escola Nova<sup>16</sup>. Visando moldar docentes comprometidos com a renovação pedagógica, a seção Educandários Nacionais sempre trazia relatos de experiências renovadoras.

Para Miranda,

Como principal objetivo, a revista pretendia permitir ao magistério brasileiro de nível médio acesso as “mais importantes realizações e experiências de educadores nacionais e estrangeiros”, de modo a “estimular e facilitar o aperfeiçoamento técnico do trabalho docente” contribuindo para “reforçar a compreensão do papel que cabe à escola secundária brasileira na formação da sociedade e no desenvolvimento do país”. Desse modo, seus artigos, fundamentalmente, tratavam de aspectos da Didática, além de divulgarem ações do MEC e as legislações relativas ao Ensino Secundário. Em variadas passagens encontramos discursos de autovalorização, usualmente manifestados pela tática do uso de adjetivos: tratava-se de um veículo com “selecionado corpo de colaboradores e lançando somente trabalhos de alta qualidade, como uma autêntica cooperação para os que não dispõem de grandes espaços de tempo para leituras de maior vulto”, sendo diversos os seus assuntos, mas sempre dentro do “estritamente útil ao educador” (Miranda, 2019, p. 104).

A partir da afirmação de Miranda (2019), entendemos que o processo de construção da revista, foi a partir da matriz curricular proposta para a formação de professores pela Faculdade Nacional de Filosofia, em seu Colégio de Aplicação, no qual a divulgação de experiências e métodos que desenvolvessem o ensino secundário, era o principal objetivo dentro das publicações da revista.

Pensando ainda nessa organização da revista, podemos entender que era um dispositivo pedagógico para a formação de professores secundários, pois além de cotejar conhecimentos

---

<sup>16</sup> Denomina-se Escola Nova um movimento surgido no final do século XIX e começo do XX como crítica à educação tradicional baseada na memorização, no autoritarismo, na disciplina e no formalismo. Esse movimento propôs uma nova educação baseada nas crianças, no desenvolvimento de suas capacidades, em seu reconhecimento como sujeitos ativos do ensino e núcleos da aprendizagem, com o apoio dos aportes da biologia e da psicologia. Concebeu a escola como o lugar que prepara as crianças para viver em sociedade, dado que ela mesma é uma síntese da comunidade na qual é possível aprender fazendo. Como expressão da modernidade na concepção educativa, a escola nova também foi conhecida como “escola ativa”, “escola moderna” e “escola do trabalho”, denominações que enfatizam a necessidade de romper o isolamento da escola da sociedade e de pôr em contato as crianças com a vida cotidiana. (Chaves, 2024). Disponível em <https://gestrado.net.br/verbetes/programa-escuela-nueva-programa-escola-nova/> Acesso em: 10 maio 2024.

teóricos, também vislumbrava experiências práticas vivenciadas em outras localidades que pudessem contribuir para o ensino em nível médio.

Podemos inferir a partir do exposto, a existência de um movimento de renovação do ensino secundário, partindo das ideias da escola nova, buscando reestruturar este nível de ensino. Além disso, a revista torna-se um instrumento que possibilita não apenas produzir conhecimentos, mas também circular ideias e saberes, o que pode contribuir para as possibilidades de mudança no âmbito educacional. Nessa perspectiva, Luís Miguel Carvalho afirma que o impresso pedagógico é uma:

[...] infraestrutura material da produção e da circulação do conhecimento, como espaço social e cultural da recepção e da difusão, da interpretação e da negociação desse conhecimento; e, conseqüentemente, como produto de uma rede comunicacional. [...] Ora, sendo as revistas palco, meio e produto da circulação e da estruturação do conhecimento educacional, elas são fonte privilegiada para a análise dos fenômenos da construção da internacionalidade educativa e da internacionalização da educação e das suas tensões (Carvalho, 2009, p. 190).

Coadunando com Carvalho (2009), a Revista Escola Secundária, traz em seus impressos, a veiculação de ideias renovadoras para o ensino secundário, a fim de moldar uma nova mentalidade docente, a partir da ideia de alinhamento da teoria com a prática.

### 3.2 ORIENTAÇÕES-METODOLÓGICAS, NA SEÇÃO DE DIDÁTICA, DA REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA PARA A ATIVIDADE DOCENTE

Inventariar os itinerários formativos da ação, significam um emaranhado de possibilidades, ações, expressões, condutas, normas e preceitos que subscreveram a atividade docente. É nessa perspectiva que a Revista Escola Secundária, nasce versando sobre técnicas, métodos de ensino, confecção de material didático, planejamento dos conteúdos específicos, didática, manejos de sala entre outros ensinamentos.

Os sujeitos históricos que estavam envolvidos na dinâmica do ensino secundário, internalizavam e reproduziam os determinantes políticos e socioeconômicos direcionados pelo Estado. Atuavam de forma ativa e efetiva, apesar de nem sempre serem condizentes com as estruturas normativas que os direcionavam.

A escola constituiu um lugar/espço onde o aluno, além de aprender a se orientar e se mover na vida em sociedade, aprende, sobretudo, a conhecer seu lugar na estrutura social. Nesse sentido, o desejo do Estado de manter a ordem para que pudesse alcançar o progresso, produz estratégias de ação educacional que buscam legitimar o projeto reformador e/ou justificar condutas e escolhas. Entretanto, isso não quer dizer que, dentre essas estratégias, não estivessem presentes as táticas dos sujeitos que compõem a realidade da escola. (Souza, 2010, p. 116).

Coadunando-se com esse pensamento na primeira edição da revista, na seção sobre Didática, a professora Dóris de Brito deixava claro ao leitor que,

- a) a educação não pode e não deve ser considerada como sinônimo de instrução;
- b) educar já não se limita à mera transmissão de conhecimentos estatísticos e sistematizados através de programas e de fórmulas rígidas;
- c) que cultura vai perdendo, paulatinamente, o significado de aquisição do saber acumulado pelas gerações anteriores, para ser considerada “um rico manancial de informações e recursos para vencer na batalha hodierna”, tornando-se “um processo eminentemente fluido e efervescente, em constante revisão crítica de seus postulados, seus critérios metodológicos e suas conclusões”;
- d) que aprender vai deixando de ser apenas acumular conhecimentos para se tornar o ponto de referência de toda a atividade escola (Brito, 1957, p. 24-25).

Em outras palavras, entende-se pelo apontamento da professora Dóris Brito, que é papel da educação era promover o desenvolvimento integral do indivíduo, não é apenas transmitir os conteúdos previstos no currículo, mas também estimular uma formação crítica, assim é preciso ater-se não só àquilo que se ensina, mas também pensando em como o aluno aprende.

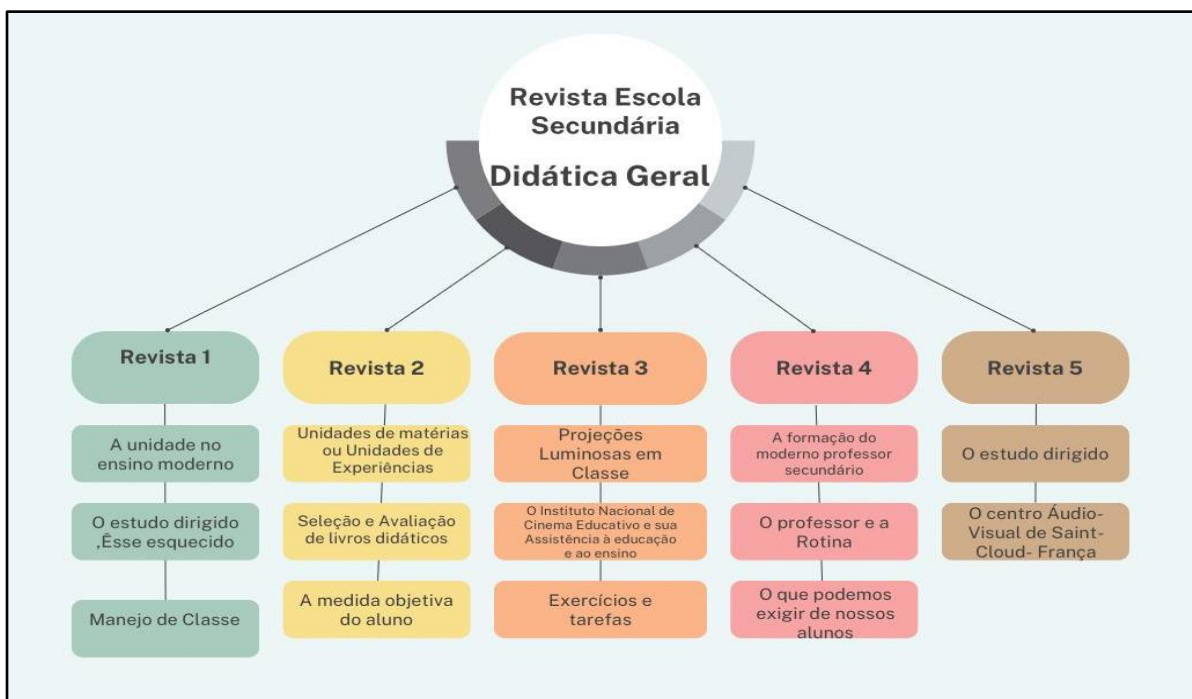
Por isso o professor precisa se colocar como um eterno aprendiz, o que garante ao educador o meio de colocar-se na posição de educando. Estar em contato com seu modo de aprender, com suas peculiaridades, pode dar ao professor melhor acolhimento e compreensão das singularidades de seus alunos no processo ensino-aprendizagem.

Outra preocupação constante na seção de Didática Geral, eram em relação a organização do currículo em cada disciplina-saber e segundo Alfredo Veiga-Neto (2008), existem quatro elementos constitutivos para essa organização: o planejamento dos objetivos; a seleção de conteúdos; a colocação desses conteúdos em ação na escola e a avaliação. As disciplinas-saber funcionam, então, como formações institucionalizadas que organizam, o que Veiga-Neto chamou de “esquemas de inteligibilidade”, que permitem enquadramentos automáticos da percepção, observação e ação. A organização curricular das disciplinas-saber seria um norte para o professor em sua aula, e em contrapartida facilitaria a aprendizagem do aluno.

Os artigos dentro da seção de Didática, aparecem na maioria das edições do impresso, apenas na edição nº13, não é contemplado e na última seção é compartilhado com Orientação Educacional. As publicações são de autoria de professores e professoras de tradicionais escolas de ensino secundário do Colégio de Aplicação<sup>17</sup>, CAp. Ao longo dos 19 números da revista foram publicados 51 textos direcionados a Didática e suas nuances dentro do ensino secundário. São divididos geralmente entre 2 a 5 artigos dentro da mesma seção de Didática, escritos por autores diferentes e com temáticas distintas, no entanto complementares, por se tratarem de assuntos que circunscrevem a prática docente e sua atuação. Essa seção tinha por objetivo apresentar várias discussões que versam sobre assuntos a saber: planejamento, método, objetivos de ensino, currículo, manejo de classe, estratégias visuais para estimular a aprendizagem, etc.

Para melhor compreensão acerca das orientações-metodológicas presentes na seção Didática Geral, decidimos por dividi-los em organogramas que ilustram melhor as temáticas trazidas pelos autores em todas as edições das revistas.

Organograma 1: Seção “Didática” da Revista Escola Secundária (1957 – 1963)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da Revista Escola Secundária, nº 1 ao nº 5

<sup>17</sup> A revista estrutura-se então a partir da matriz curricular proposta para a formação de professores pela Faculdade Nacional de Filosofia, em seu Colégio de Aplicação. A revista tem como editor-chefe o professor Luiz Alves de Mattos. Os professores regentes do CAp e os assistentes da cadeira de Didática da Faculdade Nacional de Filosofia eram os grandes colaboradores desta publicação (Frangella, 2003, p. 4).

A partir do organograma anterior, é possível identificar textos com temáticas cujas abordagens se diferem, ao mesmo tempo que se complementam. Em sua primeira edição a seção Didática Geral, buscou em seus artigos sistematizar a relevância da unidade “aula”, aos preceitos da Psicologia das Relações humanas, que busca compreender o comportamento humano e também sua interrelação com o meio, ao final do primeiro texto fica claro como as unidades-aulas podem e devem ser divididas para melhor compreensão do aluno. Em seguida o próximo texto, disserta a relevância do estudo dirigido e a necessidade dos professores, ensinarem seus alunos a estudarem, a terem direcionamento do conhecimento que está sendo ofertado para que compreendam os saberes que estão sendo trabalhados, pois como ressaltou a professora Guida Nedda Barata,

[...] haveria um maior contato entre os mestres e os alunos, os quais permaneceriam sob a orientação daqueles nas horas de estudo, que não seriam muitas, porém valeriam mais que um dia inteiro de leitura distraída, interrompida, aborrecida e, acima de tudo, incompreendida. Para coroar êsse esforço bem orientado, a satisfação das dificuldades superadas o, hábito profícuo do estudo diário, a horas certas e aceito de bom grado, porque se traduziria por mais tempo disponível em casa, E mesmo quando fôsse necessário completar o estudo feito na escola por algumas horas no lar, o aluno bem orientado sentiria o maior rendimento do seu trabalho e já não esmoreceria diante das dificuldades com que antes se debatia em vão, sendo obrigado a prestar contas na escola de coisas que não chegava a assimilar nem conseguia decifrar sozinho (Barata, 1957, p. 17).

Para fechar a seção de Didática, da primeira edição da Revista Escola Secundária, o texto intitulado como Manejo de classe, vem tratar da direção de classe por parte do professor, contemplada desde a organização do planejamento, como a disciplina e a ordem dentro da sala de aula, salientando que quando o professor planeja uma aula interessante o aluno mergulha no conteúdo, não abrindo espaço para a desordem. De acordo com o professor James Braga Vieira da Fonseca (1957), em artigo publicado na Revista Escola Secundária,

[...] ensinar a ‘ver os fatos de dentro da situação’, não deve ser confundido com ‘ver para aquêles que estão dentro da situação’. Ao professor cabe preparar o espírito observador e crítico dos alunos; inculcar-lhes a preocupação com a procura do acertado; a perseverança, a honestidade de atitudes e de princípios e, nos fatos históricos, nos livros dos historiadores que cada um saiba encontrar a fundamentação para as suas conclusões. Não lhes traçamos rumos; abrimos-lhes horizontes. (Fonseca, 1957, p. 84).



O professor segundo o autor mencionado anteriormente, deve ser aquele que vislumbra novos horizontes para seus alunos, levando-os a experimentar as diferentes formas de saber existentes. Nessa perspectiva, a segunda edição da Revista Escola Secundária, traz dentro da seção de Didática, textos que corroboram com essa afirmação de Fonseca (1957), o professor deve levar o aluno a fazer experimentações dentro de suas aulas, a refletirem sobre os conhecimentos trabalhados, e para isso necessitar saber selecionar não só conteúdos interessantes, como também os livros didáticos e para a sua utilização nas aulas.

O último texto presente nesta seção, intitulada “A Medida Objetiva do Aluno”, traz a relevância da avaliação para a verificação da aprendizagem do aluno, e os tipos de avaliações que podemos ter dentro do processo ensino-aprendizagem, “[...] é a fase do ensino cujo objetivo é permitir ao professor verificar, conscienciosamente e em ocasião oportuna, a quantidade de conhecimentos novos adquiridos por seus alunos, bem como os graus de habilidade, as aptidões pessoais e as características de personalidade desses alunos” (Bezerra, 1957, p. 35).

Analisando a terceira edição da Revista Escola Secundária, os artigos presentes da seção de Didática Geral, ensinam aos professores o quanto é importante o uso de recursos que despertem no aluno o gosto por aprender, por isso utilizar o cinema educativo, diferentes tipos de exercícios e tarefas, eram significativos no ensino secundário e a função do professor era incentivar os alunos a fazerem. “As condições de êxito na tarefa estão em motivar e levar o aluno a compreender os objetivos da mesma. A tarefa precisa não ser mera ocupação rotineira, mas conter elementos que possam atrair o interesse do aluno, exigindo-lhe esforço na execução” (NERICI, 1957, p. 24).

Podemos afirmar a partir do apontamento do professor Imídeo Giuseppe Nericí (1957), que também contribuiu para a Revista Escola Secundária, que a tarefa é uma prática escolar importante para que o aluno possa fixar a aprendizagem, pois possui um caráter de solução de dificuldades, exigindo reflexão e integração dos conteúdos ensinados. Assim, de acordo com Libâneo,

Orientar as tarefas de ensino para objetivo educativo de formação da personalidade, [...] é, ajudar os alunos a escolherem um caminho na vida, a terem atitudes e convicções que norteiem suas opções diante dos problemas e situações da vida real (Libâneo, 1994, p. 71).

Nessa perspectiva era necessário, repensar as práticas docentes, por meio de uma didática inovadora e baseada em princípios que atendessem a adolescência e suas peculiaridades e somassem com o ensino secundário.

Sendo assim em sua quarta edição da Revista Escola Secundária, a seção de Didática Geral, trouxe uma discussão concernente com as necessidades do momento, a formação do moderno professor secundário, a abertura desse artigo escrito por Luiz Alves de Mattos (1958), já é um chamamento para a responsabilidade da docência, “[...] o magistério é uma profissão de altas e complexas responsabilidades para com o indivíduo e para com a sociedade” (MATTOS, 1958, p. 24). Em todos os artigos dessa edição, os autores deixam claro a importância do bom professor, sua missão e seu objetivo ao ensinar. Evidenciam o quanto a rotina, os mesmos conteúdos, tarefas e a mesma postura perante à docência, deixam obsoletos o ato de educar, a prática docente exige aperfeiçoamento, atualizações constantes, em diferentes formatos, congressos, reuniões, leituras de revistas, livros, que corroborem para uma prática eficiente. Mattos enfatiza que,

É obrigação do professor consultar, pesquisar, experimentar, comparar, a fim de melhorar a sua ação didática, lutando contra a cristalização a rotina, senão a regressão . . . considerando-se que êle está lidando com a matéria-prima por excelência, que é o homem. Êste esforço de aperfeiçoamentos será feito se o professor se convencer das responsabilidades de que está investido, dirigindo a formação de almas imaturas, que não podem determinar se por si e que necessitam para se tornarem cidadãos eficientes, da ajuda e da cooperação imprescindível de seus mestres (Mattos, 1958, p. 31).

Nessa mesma edição, os autores trouxeram um texto sobre as exigências que podem ser feitas aos alunos do ensino secundário, e o próprio artigo faz uma crítica sobre uma das possíveis causas do fracasso do ensino secundário. De acordo com a professora Irene Mello Carvalho, que também escrevia para a Revista Escola Secundária,

Na análise das falhas de nossa escola secundária, observamos que alguns de seus defeitos se relacionam com os meios utilizados para verificar a aprendizagem. Muitos professores, preocupados com provas e exames, ensinam mal, porque tentam ensinar o que não é 'ensinável'. Com os olhos voltados para o exame vestibular das escolas superiores, e desejando preparar os alunos para enfrenta-lo, procuram executar os programas em tal grau de profundidade que os tornam incompatíveis com o nível de maturidade dos jovens aos quais lecionam (Carvalho, 1958b, p. 33).

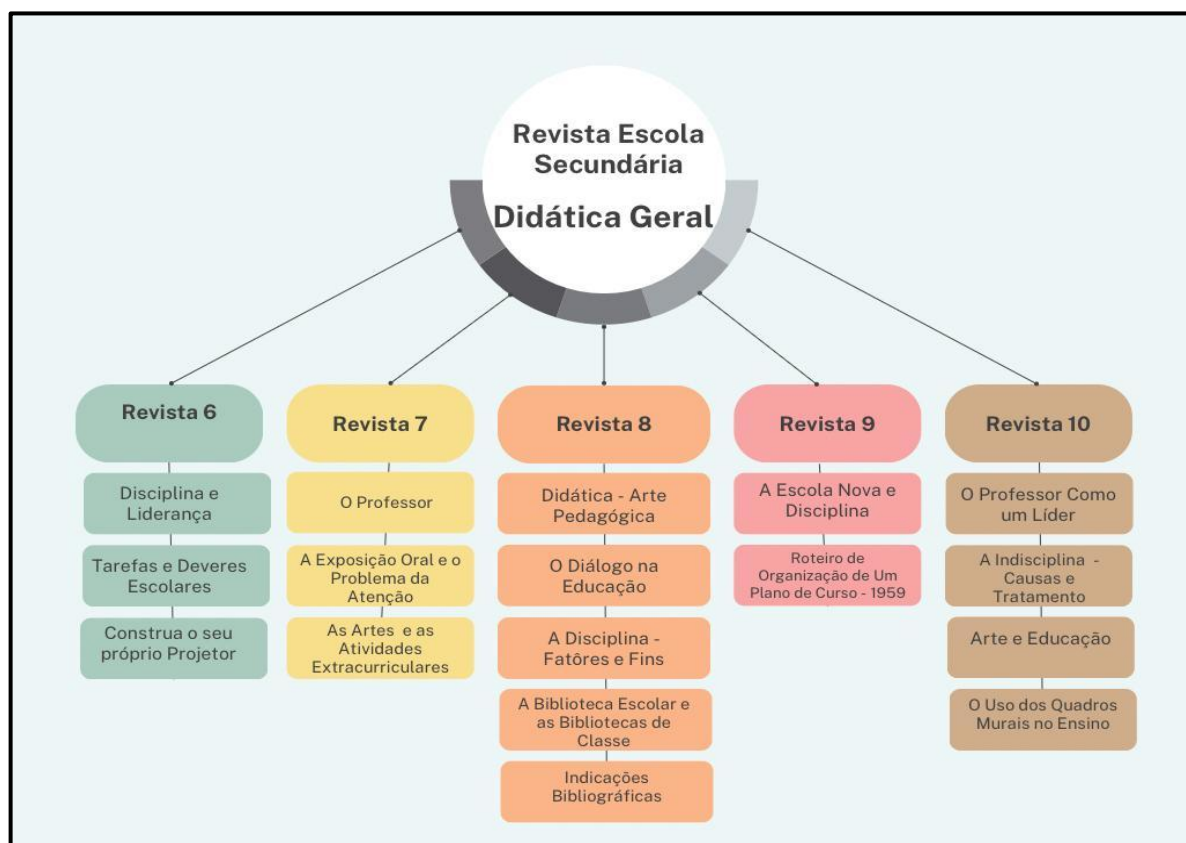
Com relação a essas falhas encontradas no ensino secundário Silva (1959, p. 278) ressalta que “o currículo do curso secundário, coerentemente com seu objetivo de ‘preparação de individualidades condutoras’, é um currículo sobrecarregado de matérias”, que em muitos casos perde o valor, afinal os alunos não conseguem dar prosseguimento aos estudos. Por isso

a necessidade de uma renovação nas orientações e métodos de ensino para essa modalidade educacional.

Em sua quinta edição, a seção Didática Geral, os autores retomaram os artigos que explicitavam orientações metodológicas para o estudo dirigido e também a necessidade de se usar técnicas audiovisuais, para melhorar a prática pedagógica e despertar nos alunos o desejo pelo conhecimento ofertado.

As ideias propagadas pela Revista Escola Secundária, e as intenções da CADES, vinham de encontro com os ideais escolanovistas<sup>18</sup>. “Essa defesa ora se mostra mais acentuada, ora mais branda, mas está sempre presente, até mesmo nas pequenas citações que dividem textos ou seções” (Miranda, 2019, p. 107).

Organograma 2: Seção “Didática Geral” da Revista Escola Secundária (1958 – 1963)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da Revista Escola Secundária, nº 6 ao nº 10

<sup>18</sup> A Escola Nova, Escola Ativa ou Progressista, foi particularmente influente na América do Norte, na Europa e no Brasil. Em nosso país, uma das primeiras marcas desse ideário está nos discursos de Rui Barbosa, em fins do século XIX, mas ele ganhou força considerável após o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932. O movimento escolanovista tinha por objetivo considerar as diversidades, respeitando, assim, a individualidade do aluno, que deveria ser capaz de refletir sobre e se inserir na sociedade, “propunha uma nova compreensão das necessidades da infância e questionava a passividade na qual a criança estava condenada pela escola tradicional”, buscava, portanto, uma renovação nas práticas pedagógicas e no modo de pensar dos professores (Miranda, 2019, p. 107).

A partir da sexta edição da revista *Escola Secundária*, dentro da seção Didática Geral, fica mais explícito as orientações metodológicas voltadas para a condução de uma boa aula, os artigos mostram a necessidade que o docente tem de ter um ambiente disciplinado, com planejamento para as tarefas e deveres escolares, uma vez que para a fixação do conteúdo seria necessário essas tarefas mais objetivas e coerentes dentro do que foi trabalhado em sala, para que o aluno sentisse interesse em participar e estudar tal conteúdo. Nesse sentido a professora Irene Mello Carvalho afirma que,

O aluno interessado acompanha com inteligência e vivacidade o desenrolar da aula, e para isso pergunta, responde às perguntas do professor, toma notas, participa dos trabalhos propostos, comenta mesmo com colegas uma ou outra afirmação do mestre, fugindo conseqüentemente ao velho padrão, que equiparada a uma estátua (Carvalho, 1958a, p. 13).

Assim, quando se fala de um ambiente disciplinar em sala de aula, não se deve esquecer diversos fatores, como a origem social dos discentes, como se organiza a escola e como é a sua infraestrutura, pois isso implica diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Por isso a necessidade de se pensar atividades que possam integrar a turma em sala de aula, possibilitando a interação junto com o professor e nesse sentido, promovem uma participação mais efetiva, fugindo do padrão da escola tradicional, preocupada com a memorização. Essa prática coaduna-se com a pedagogia moderna, muito enfatizada na *Revista Escola Secundária*. Reforçando essa ideia, Marta Maria Chagas de Carvalho afirma que,

A arte de ensinar, tal como a concebia essa *pedagogia moderna*, é, assim, *pedagogia prática*. Nessa *pedagogia das faculdades da alma*, ensinar é prática que se materializa em outras práticas; práticas nas quais a *arte* de aprender formaliza-se como exercício de competências bem determinadas e observáveis em usos escolarmente determinados. Como *artes de saber-fazer-com*, ensino e aprendizagem são práticas fortemente atreladas à materialidade dos objetos que lhes servem de suporte. As práticas que se formalizam nos usos desses materiais guardam forte relação com uma pedagogia em que tal *arte* é prescrita como boa imitação de um modelo. Os incontáveis roteiros de lições divulgados em revistas dirigidas a professores têm as marcas dessa concepção pedagógica. Também a minudência modelarmente prescritiva dos assuntos arrolados nos manuais de pedagogia que compendiam as artes de ensinar as mantém. No âmbito dessa pedagogia, ensinar a ensinar é fornecer esses modelos, seja na forma de roteiros de lições, seja na forma de práticas exemplares cuja visibilidade é assegurada por estratégias de formação docente [...] (Carvalho, 2000, p. 113, grifos da autora).

Nesse contexto, a *Revista Escola Secundária*, busca mostrar e enfatizar a relevância de trabalhar a motivação dos alunos, despertando o interesse pelo estudo, a partir do

desenvolvimento de atividades teórico-práticos, a fim de tornar os alunos mais ativos dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Seguindo a análise da edição seguinte da revista, percebe-se com grande recorrência, que a partir da sétima edição, a revista busca na seção de Didática geral, não só enfatizar as técnicas e meios para uma boa aula, mas também de enaltecer o papel do professor frente o ensino secundário. Afirmção interessante do professor Imídeo Guisepe Nérics a respeito da figura do professor,

O professor, apesar de tôdas as novas concepções pedagógicas, continua sendo elemento indispensável e fundamental no processo educativo, no ato contínuo de substituição das gerações na liderança social, técnica e cultural. Dêle depende, quase sempre, a sucesso ou insucesso do aluno na escola. De nada adiantam instalações magníficas, edifícios modernos e abundância de material didático, se não houver, por de trás de tudo isso, o espírito do professor a animar, a dar vida e sentido ao que seria matéria morta, a fim de levar o educando a realizar-se. O professor é o dínamo que arrasta, entusiasmo e contagia, na senda que leva à realização dos altos objetivos da Educação. Assim deveria ser (Nérics, 1958, p. 8).

A partir dos textos dessa seção, infere-se que a revista além de propor formação para os professores, buscava também incentivá-los, mostrando o quão importante era seu trabalho para a sociedade, e o quanto o seu fazer didático, influenciaria a vida dos alunos. Vale ressaltar que os artigos também salientavam a relação professor-aluno, a interação e o diálogo, como fatores determinantes para uma prática de sucesso. De acordo com Miranda,

A revista aponta a necessidade de o professor conhecer seu aluno para saber como trabalhar com cada um, conhecê-lo em sua fase atual, em sua família, em sociedade, em sua vida escolar, pretendendo com isso que ele considerasse cada estudante como único, singular, percebendo que o adequado para um não o é necessariamente para todos. O aluno deveria deixar sua posição passiva para tornar-se ativo nas aulas, e as abordagens expositivas deveriam ser restritas ao necessário. Também são tecidas considerações acerca da escolha do livro didático, que deveria ser selecionado pelo professor levando-se em conta seus objetivos em suas aulas. Há um incentivo ao uso de provas objetivas, em detrimento das clássicas avaliações dissertativas, até então tidas como norma (Miranda, 2019, p. 115).

As orientações trazidas ao longo das edições, buscar conceber um professor-protagonista, líder de uma formação que tinha como pressuposto, “formar a personalidade integral do adolescente”, por meio de seus ensinamentos. Assim de acordo com o professor capitão Paulo Cavalcanti C. Moura, “Educar é formar. Formar o homem integral: nem só

espírito, nem só matéria, nem espírito ao lado da matéria, mas uma síntese vital, que é a unidade psicossomática.” (Moura, 1959, p. 10).

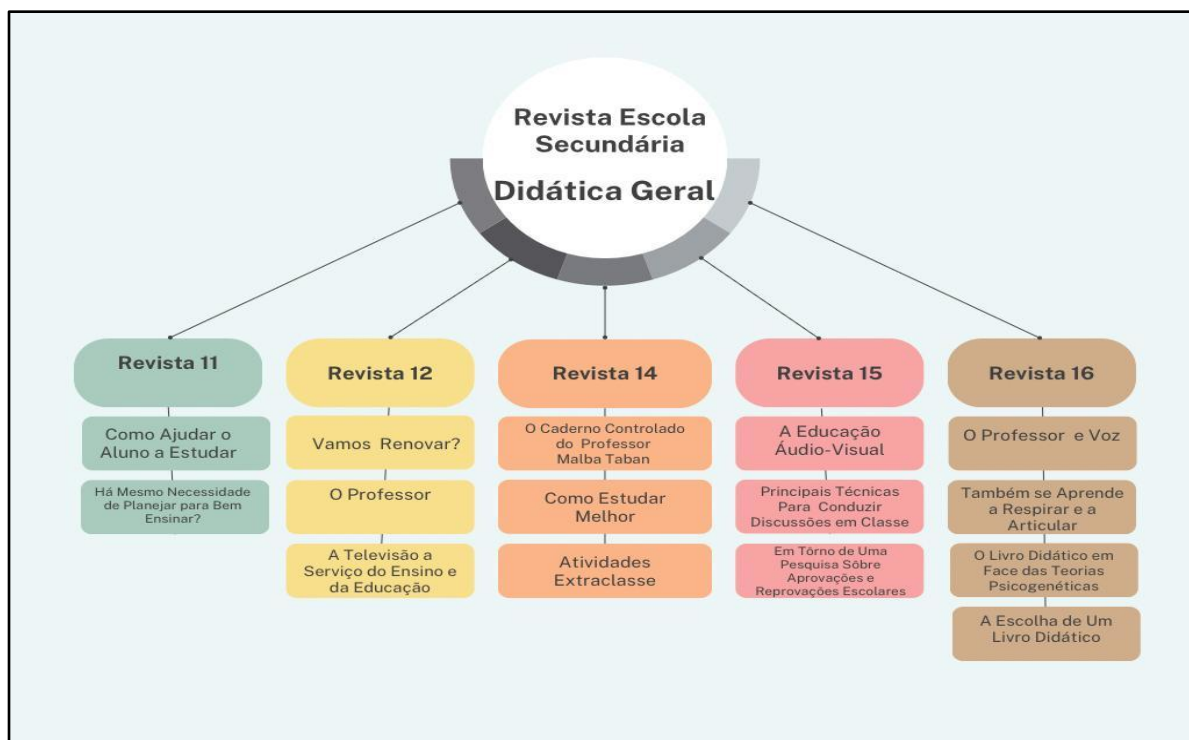
Nesse intento o autor ainda afirma que:

Se é função precípua do ensino secundário, como diz a Lei Orgânica, formar a 'personalidade integral do adolescente', e se esta atividade confunde com a própria atividade docente, o professor deve, precisa, ser êle mesmo uma personalidade bem ajustada, emocionalmente equilibrada e, sobretudo, madura. Sem esta condição não poderá ser um orientador, um guia, vale dizer, um educador (Moura, 1959, p. 11).

Na condição de espaço eminente de formação, a educação confere sentido à vida que é construída a partir de suas práticas e experiências. Todo educador deve ser um líder, um guia para as ações que conduzem para ação em busca de um fim. A missão de educar, vai além de ensinar, pois é uma forma de orientar, afinal não se ensina apenas conteúdos, a interação professor-aluno traz mais conhecimentos que se possa imaginar, e eram esses conceitos que os artigos da seção de Didática Geral, preconizavam ao abordarem sobre a postura do professor.

Seguindo a análise da seção Didática Geral temos o seguinte bloco disposto no organograma que segue:

Organograma 3: Seção “Didática Geral” da Revista Escola Secundária (1958-1963)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da Revista Escola Secundária, nº 11 ao nº 16

Ao analisarmos a décima primeira edição da Revista Escola Secundária, percebemos que a seção de Didática Geral, vem um pouco mais a frente, pois nesta edição da revista, a redação trouxe alguns textos sobre a organização administrativa pedagógica do Ensino Secundário, metas de aperfeiçoamento e planejamento para essa modalidade de ensino, antes da seção de Didática Geral. Nessa edição da revista, um dos assuntos abordados dentro da seção de Didática, foi como ajudar o aluno a estudar. A partir da análise do texto de Manoel Jairo Bezerra, percebemos a importância do estudo dirigido e da relevância do professor no ensino e acompanhamento desses estudos, conforme sinaliza o professor:

Ensinar não significa transmitir conhecimentos programados. O professor não pode se colocar na posição camada de quem nada tem a ver com o estudo dos alunos. Não tem mais sentido essa frase "a matéria eu ensino bem, porém, estudar é com o aluno". Cabe ao professor não só ensinar bem sua matéria, mas também ensinar o aluno a estudar de modo certo e eficiente. Ninguém desconhece que um dos grandes males de nosso ensino, talvez o maior, é a falta de estudo. Sabemos que todos os procedimentos didáticos têm, no conjunto, o seu relativo valor e a sua função definida que os tornam indispensáveis à aprendizagem. Contudo, também sabemos que os alunos só aprendem realmente quando estudam com bom método, com esforço e com dedicação. Assim o estudo dirigido seria o meio mais indicado, pensamos nós, para assegurar o aluno o que lhe é indispensável e necessário: um bom método de estudo (Bezerra, 1959, p. 33).

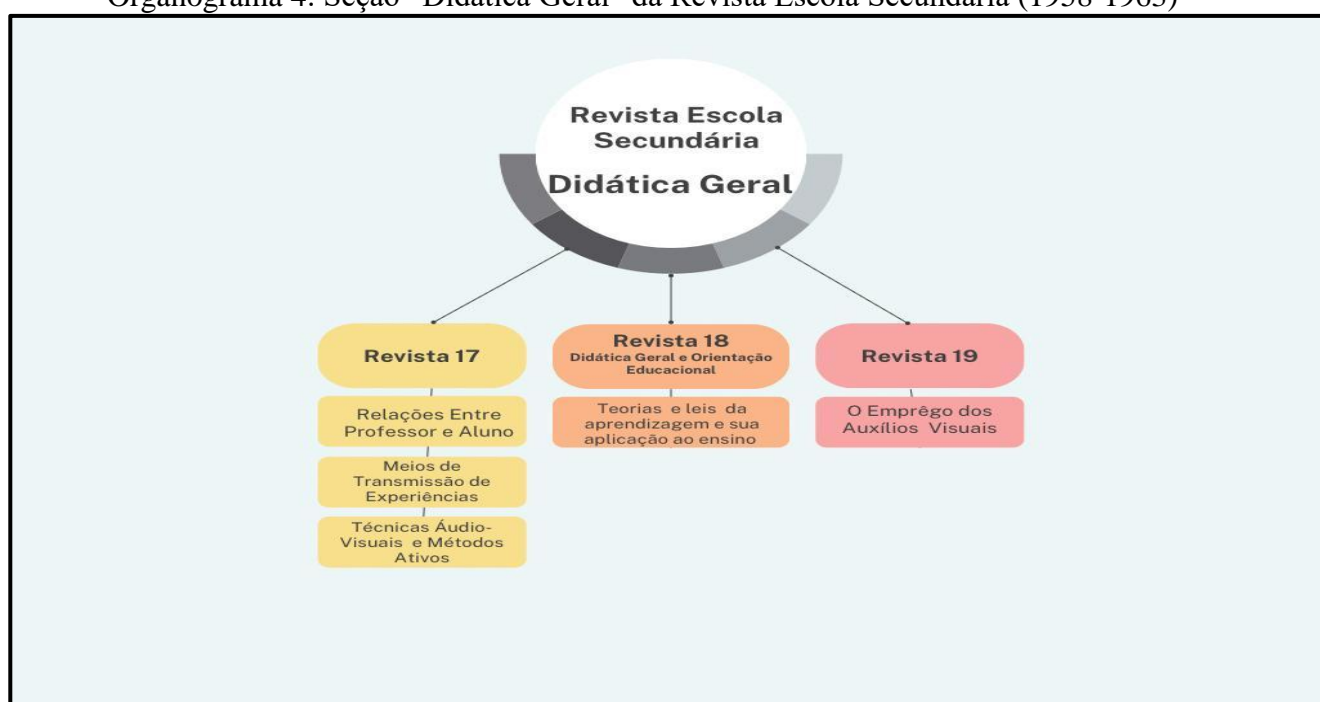
Percebemos nessa seção, a preocupação em reforçar a necessidade do estudo dirigido e a importância do planejamento do professor, para melhor desenvolvimento de sua aula e de seus alunos.

A leitura atenta de todas as edições da Revista Escola Secundária, nos permitiu perceber que a partir da décima segunda edição, a formatação dos títulos do impresso, ganham um novo layout, e que na décima terceira edição, não possui a seção de Didática Geral, somente os textos editoriais de abertura e logo em seguida já vem a seção de Orientação Educacional. No entanto após essa edição da revista, todas as outras retomam com a seção de Didática Geral, e com o mesmo viés de orientações metodológicas tanto para a prática docente como para a formação profissional.

Analisando os artigos das três últimas edições, percebemos que a seção continua com o mesmo enfoque de preparar o docente para sua prática diária, a partir dos estudos propostos, levando em consideração a relação professor-aluno, as técnicas e metodologias propostas e o auxílio de recursos audiovisuais, temas já tratados em outras edições, mas a retomada desses assuntos, parecem ter vindo no sentido de reforçar essas questões, a fim de não perder esse

enfoque, que na perspectiva da revista era importante para manter a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Vale ressaltar que na décima oitava edição, a seção de Didática foi compartilhada juntamente com a seção de Orientação Educacional, e o tema comum proposto para o estudo foram as teorias e leis da aprendizagem e sua aplicação ao ensino. Esta parte da seção está disposta nas páginas 21 a 28, organizados da seguinte forma: caracteres gerais e específicos da aprendizagem; tipos e formas da aprendizagem; teorias da aprendizagem; teoria comportamentista de Watson; teoria da Gestalt, que estuda as sensações de espaço forma e tempo forma, onde as bases dessa teoria foram estruturadas por Max Wertheimer, Wolfgang Köhler e Kurt Koffka; a teoria genética de Skinner; as leis de aprendizagem; as leis de Thorndike; leis de Watson; aplicação ao Ensino. Isso denota uma preocupação da revista em atualizar o professor no que diz respeito às teorias da aprendizagem, pois estas possibilitam ao professor, adquirir conhecimentos, atitudes e habilidades que lhe permitam alcançar de forma eficiente, os objetivos do ensino. O organograma que segue faz esse apanhado dos títulos das últimas edições:

Organograma 4: Seção “Didática Geral” da Revista Escola Secundária (1958-1963)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da Revista Escola Secundária, nº 17 a nº 19



Vale ressaltar que encontramos textos dentro da seção de Didática Geral, que se complementavam ao longo das edições, indicando possibilidades de os leitores colocarem em prática as proposições da revista.

Durante toda a análise e estudo de todas as edições, foi possível perceber a aproximação do discurso da Escola Nova e da CADES, partindo do princípio de uma metodologia ativa, com intuito de promover um aprendizado autônomo e participativo, partindo da realização de tarefas que pudessem estimular o aluno a construir o conhecimento, além de interagir com o professor, por isso a importância da circulação de ideias renovadoras, que estavam presentes em todas as seções.

A revista Escola Secundária, em todas as suas edições, empreendeu esforços para formar um novo conceito de professor secundarista, com uma nova postura, tanto em termos técnicos quanto em metodologias diversificadas, buscando aprimorar o “como ensinar” de forma dinâmica, alinhando a teoria à prática.

A partir do exposto, podemos perceber que a revista procurou formar uma nova postura de professor secundário em alinhamento com as ideias daqueles que estavam à frente da CADES, fomentando a prática docente alinhada ao mundo moderno, de maneira mais ativa, mais dinâmica, buscando construir uma nova identidade docente e atribuindo um novo sentido ao exercício do magistério. Nessa perspectiva espera-se que o professor domine as novas técnicas de ensino, que conheça profundamente as teorias de aprendizagem, a fim de colocá-las em prática na sala de aula, preparando-o assim para assumir de maneira responsável, a orientação das atividades de ensino.

### 3.3 OS DISCURSOS DE GILDÁSIO AMADO NA REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA

Apresentamos nesta subseção os discursos de Gildásio Amado, apresentando um pouco de sua trajetória profissional voltada para o ensino secundário. Gildásio Amado, era sergipano, nascido na cidade de Itaporanga, no dia 31 de agosto de 1906. Formou-se em Medicina na Universidade do Rio de Janeiro, mas radicou-se na capital da república, onde atuou por várias décadas como professor do Colégio Pedro II, o principal educandário público de ensino secundário do país, tendo sido seu diretor de 1947 a 1956. Também atuou como professor em nível médio no Estado da Guanabara e foi professor na Faculdade Nacional de Filosofia na antiga Universidade do Brasil. Assim, sua formação e atuação docente conferiram-lhe prestígio para galgar altos cargos administrativos da educação brasileira, tais como presidente da Comissão Nacional do Livro Didático (1947-1955) e chefe da Diretoria do Ensino Secundário

(DES) de 1956 a 1963 e, posteriormente, de 1964 a 1968. Entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1980, Gildásio chefiou a Coordenação de Programas Especiais do Departamento de Ensino Fundamental do MEC, participou do Conselho Estadual do Rio de Janeiro, exercendo a presidência por um mandato, e desempenhou o papel de assistente da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (Barreto; Thomaz, 2012).

Gildásio Amado sempre foi um crítico do ensino secundário e por isso mesmo um entusiasta pela sua renovação. Ao assumir a Diretoria do Ensino Secundário (DES) no ano de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, sinalizava em seu discurso que “[...] a diretoria era o órgão controlador de todo o ensino secundário. [...] Era um modelo casuístico centralizador” (Amado, 1973, p. 21). Ressaltava ainda o desajuste existente entre a estrutura do ensino e a nova realidade social e apresentou à época, uma proposta de solução: “[...] diferenciação deste ensino por desdobramento em vários tipos, ou ao menos pela flexibilidade dos currículos” (Pinto, 2003, p. 415).

De fato, a partir das ações da CADES, Gildásio Amado procurou implementar ideias que pudessem melhorar a qualidade do ensino secundário e que deixassem para trás o rótulo de curso de passagem, que objetivava apenas o acesso ao ensino superior. De acordo com Pinto,

O trabalho da CADES foi extensivo, abrangendo quase todo o ensino secundário e difundindo-se por todas as regiões do País. Atuando diretamente com inspetores, orientadores educacionais, professores, secretários, buscando aperfeiçoá-los e, através deles, chegando aos alunos; preocupando-se com equipamento escolar; publicando artigos referentes às diversas disciplinas do currículo do ensino secundário, além de monografias de didática especial. (Pinto, 2003, p. 416).

Nessa perspectiva, a Revista Escola Secundária, foi um instrumento importante para implementar uma renovação do ensino secundário, orientando os professores em formação a novas ações em sala de aula, que pudessem envolver e motivar o aluno no processo de ensino-aprendizagem, alinhados ao movimento renovador da educação, ancorada no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, expressando nas finalidades da educação que,

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de

seu crescimento", de acordo com uma certa concepção do mundo. (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932, p.4).

Assim, na primeira edição da revista, em seu texto de apresentação, Gildásio Amado, reforça essa ideia quando escreve que,

A educação secundária tende a generalizar-se a todos os adolescentes e já não tem simples função preparatória para estudos superiores. Suas mais amplas finalidades de formação para a vida, de desenvolvimento do indivíduo de acordo com as suas aptidões, para que melhor se integre futuramente nas atividades e ocupações sociais, agravam as responsabilidades que pesam sobre os dirigentes de escola e sobre os professores, deles exigindo larga e sólida formação pedagógica (Amado, 1957, s.p.).

Há de se observar a partir do registro, a preocupação em se estabelecer uma nova diretriz de formação, que vai além da preparação para o ensino superior, mas pensando em uma formação integral, que possibilitasse apreender conhecimento aplicado a realidade do momento.

A fim de compilar os discursos de Gildásio Amado, elaboramos um quadro para melhor situar o leitor, o que foi tratado em cada edição da revista.

Quadro 10: Discursos de Gildásio Amado na Revista Escola Secundária

Revista Escola Secundária			
Edição	Autor	Título	Páginas
Nº 1 – jun. 1957	Gildásio Amado	Texto de Apresentação	3
Nº 3 – dez. 1957	Gildásio Amado	Tendências da Educação Secundária	5-11
Nº 3 – dez. 1957	Gildásio Amado	As Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário	101-102
Nº 6 – set. 1958	Gildásio Amado	A implantação da Orientação Educacional nas Escolas Secundárias Brasileiras	6-7

Fonte: Elaborado pela pesquisadora desta dissertação a partir dos dados coletados

A partir do quadro anterior, percebemos que Gildásio Amado escreveu textos apenas para as primeiras edições, deixando esse espaço para outros professores colaboradores da revista. Das 19 edições da revista, percebemos a presença de seus discursos em apenas quatro edições, fazendo uso de duas a três páginas apenas. Entretanto, é possível perceber nessas edições, a sua contribuição em buscar refletir sobre os problemas do ensino secundário, mas chamando os professores para uma nova perspectiva de educação renovadora, com a possibilidade de intercâmbio de ideias, fazendo uso de experimentos, pesquisas e estudos dos mais renomados professores da época.

Gildásio Amado, via a revista *Escola Secundário*, como um dispositivo pedagógico, que tinha como objetivo “restaurar” a mentalidade dos educadores, em todos os aspectos voltando o olhar para as práticas pedagógicas e sua relevância dentro dessa modalidade educacional. Ele em seu texto de apresentação da primeira edição da revista, deixa claro que:

[...] divulgando as mais importantes realizações e experiências de educadores nacionais e estrangeiros, terá cumprido seu maior objetivo se estimular e facilitar o aperfeiçoamento técnico do trabalho docente e se puder contribuir para reforçar a compreensão do papel que cabe à escola secundária brasileira na formação da sociedade e no desenvolvimento do País (Amado, 1957, p. 6).

Diante dessa citação de apresentação, é possível observar que a *Revista Escola Secundária*, foi uma ação extensiva e multifocal, que tinha como objetivo alcançar todo o professorado secundarista para um processo formativo renovador.

O segundo discurso de Gildásio Amado, trazia como escopo o crescimento do ensino secundário, conforme excerto da revista:

Figura 12: Excerto do discurso de Gildásio Amado

O que é fora de dúvida é que a população secundária continuará a crescer, no Brasil, como está ocorrendo em toda parte. Continuará a crescer, como um movimento natural, uma corrente inestancável, sob a pressão das forças sociais, dos interesses econômicos. Continuará a crescer também como consequência da consolidação do ideal democrático em igualdade de oportunidade para todos. Continuará a crescer porque o ensino primário já não é suficiente para dotar o indivíduo e o cidadão do nosso tempo dos recursos de que necessita para a sua adequada integração na vida moderna e até mesmo para o próprio desempenho de suas tarefas profissionais, que estão a exigir conhecimentos gerais mais extensos e por consequência uma escolaridade mais longa.

Fonte: *Revista Escola Secundária*, 1957, p. 6 – Acervo da pesquisadora desta dissertação

Corroborando com seu discurso de crescimento do ensino secundário, Silva, disserta que,

A análise dos fatores específicos do crescimento do ensino secundário, deveria esclarecer, inicialmente, a motivação da intensa procura desse ensino, de que tal crescimento é a objetivação. Não temos conhecimento de qualquer estudo especialmente destinado a esse fim. Parece-nos, todavia, acertada a ideia, geralmente aceita, de que a motivação da procura do curso secundário, em detrimento dos demais ramos do ensino médio, reside basicamente no seu maior prestígio (Silva, 1959, p. 265).

A partir do exposto, inferimos que o prestígio do ensino secundário, estava intimamente ligada ao aumento das oportunidades de ocupação nas atividades terciárias, e a qualificação de mão-de-obra para atender o mercado.

Na sexta edição da revista, com discurso intitulado “A implantação da Orientação Educacional nas Escolas Secundárias Brasileiras”, Gildásio elenca a necessidade de uma individualização do ensino, para melhor orientar e guiar o aluno em suas singularidades, versando assim maior rendimento em seus estudos. Por isso instaura a Orientação Educacional, voltada para o ensino secundário, conforme trecho que segue,

A Orientação Educacional é o eixo da moderna educação do adolescente. Por seu intermédio, essencialmente a escola assume sua grande função de formar personalidades. Ela transformará a velha escola instrutiva de nosso meio na escola viva, pesquisadora e orientadora das aptidões e dos interesses (Amado, 1958, p. 7).

A orientação educacional era vista como o fio condutor, que acompanharia o movimento pedagógico contemporâneo e todas as suas transformações dentro do cenário escolar. Nesta mesma edição, ele também esclarece sobre as classes experimentais tinham como “[...] objetivo ensaiar a aplicação de métodos pedagógicos e processos escolares bem como de tipos de currículo compatíveis com a legislação do ensino médio” (Amado, 1958, p. 8). Nesse sentido Fernanda Gomes Vieira e Norberto Dallabrida destacam que,

A partir de suas vivências, Gildásio Amado acreditava na construção de uma educação secundária que conseguisse abarcar, sem diminuir a qualidade do ensino, o rápido crescimento da procura pelo ensino secundário. Para tanto, propôs desenvolver as aptidões dos alunos dando-lhes o maior número de oportunidades possíveis para que cada estudante aproveitasse seu nicho de possibilidades, e encontrou nas classes experimentais um caminho para executar essa educação para a sociedade moderna (Vieira; Dallabrida, 2022, p. 5).

Como podemos perceber, os discursos proferidos por Gildásio Amado, vislumbravam um ensino secundário, diferenciado, que atendesse as necessidades dos alunos e que fosse concernente com as transformações ocorridas na sociedade, buscando sempre novas possibilidades de se alcançar um ensino de qualidade e eficaz. Deste modo, a revista tornou-se um importante dispositivo pedagógico na formação de professores e que possibilitou não só o intercâmbio de experiências de educadores, bem como orientações e atividades práticas, que

contribuíam para uma escola secundária que pudesse assegurar aos jovens, um elevado nível cultural, a fim de prepara-los para uma sociedade que estava em constante evolução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos as considerações finais, destacando que expansão do ensino secundário a partir da Reforma de Gustavo Capanema (1942), já sofria com a falta de professores habilitados para esse fim, e com a expansão do ensino secundário na década de 1950, durante o governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), a falta de professores preparados para atuar nesse grau de ensino aumentou, tendo em vista a falta de faculdades de filosofia, que possibilitavam a formação desse profissional. O que tínhamos à época, eram profissionais liberais como advogados, médicos e engenheiros, atuando como professores de grau médio. A fim de suprir essa defasagem, foi implantada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), que veio com a finalidade de oferecer formação para os professores leigos, viabilizando assim a sua atuação neste nível de ensino.

Nessa perspectiva, uma das estratégias para essa formação, foi a implementação da circulação da Revista Escola Secundária, destinada a trazer orientações, sugestões, esclarecimentos, teorias pedagógicas, bem como compartilhar experiências inovadoras de instituições escolares, além de minimizar as fragilidades, que o ensino secundário enfrentava, com a falta de mão-de-obra qualificada. Importante destacar que a partir da presente investigação, pode-se perceber que as concepções defendidas pelos profissionais que compunham a CADES, vislumbravam uma nova identidade para o professor secundarista, alinhada as ideias escolanovistas.

Sendo assim, essa investigação, buscou compreender a Revista Escola Secundária como dispositivo pedagógico relevante para a formação do professor secundarista, entre os anos de 1957 a 1963, salientando especialmente a influência dos artigos e textos presentes nas seções de Didática da revista.

Cabe ressaltar que o impresso pedagógico, neste caso, a Revista Escola Secundária, passa a ser um suporte importante para o aperfeiçoamento das práticas docentes que buscavam a formação do professor moderno e que àqueles que estavam a frente desse periódico percebiam que esse dispositivo, possibilitava a circulação de novas práticas pedagógicas, que naquele momento eram consideradas modelares. Inferimos com isso que a revista, não só era produtora de conhecimento, mas também responsável pela difusão de ideias que revelavam uma intencionalidade daqueles que a produziam.

Analisando as seções de Didática, presentes na Revista Escola Secundária, percebemos o quanto as orientações metodológicas vinham de encontro com a nova visão de professor

secundarista, que por ora plasmava naquela sociedade, o quanto repensar essas práticas e adotá-las daria um novo sentido aos estudos daquela modalidade educacional.

Na análise dos conteúdos da Revista Escola Secundária, percebemos o quanto o ensino deveria ser embasado no interesse do aluno, e o quanto esse aluno deveria ser um ser ativo dentro desse processo educativo, por isso, a valorização de suas individualidades e interesses deviam ser considerados, e o ensino deveria ser adequado à realidade dos estudantes. Havia uma preocupação em formar a personalidade do aluno e formá-lo como sujeito, tornando-o capaz de refletir suas ações não somente no contexto educacional, como também dentro da sociedade a qual estava inserido.

Neste sentido, tecemos considerações em torno de algumas práticas que se destacaram dentro da seção de Didática da Revista Escola Secundária, e ao analisá-las percebemos o quão ricas e significantes eram, como o estudo dirigidos, o uso de recursos audiovisuais, as atividades centradas na aprendizagem do aluno, a verificação da aprendizagem, mas de uma forma objetiva e concreta, partindo sempre da abordagem dos conteúdos aplicados na escola.

Nessa tessitura, um dos aspectos que mais nos chamou a atenção em relação às orientações metodológicas presentes na seção de Didática, foi a ênfase que eles davam a valorização e o papel do professor, observamos que, ao passo que a revista ansiava em formar um novo modelo de professor secundarista, ela também tinha a preocupação em valorizá-lo por meio dos textos e artigos, que ressaltavam sobre a ávida missão do educador, e o quanto o seu papel era decisivo para transformar a sociedade.

A publicação regular deste periódico foi importante, pois trazia visibilidade a este nível de ensino, mas também trazia discussões importantes sobre os problemas do ensino em grau médio, que inquietavam a Diretoria do Ensino Secundário. A partir do exposto, é possível responder a problemática que envolve a pesquisa, ao evidenciar que os conteúdos presentes na Revista Escola Secundária, estavam estruturados em seções, bem divididas e dentro de cada seção havia um compilado de artigos que versavam sobre a prática pedagógica do professor secundarista. No desenvolvimento da pesquisa a partir da Revista Escola Secundária, foi possível verificar, o quão relevante a seção de Didática foi para a difusão do ensino secundário, ao trazer artigos que auxiliavam os professores diretamente em sua prática.

Portanto, compreendemos que a Revista Escola Secundária, foi mais do que uma ação pedagógica voltada para a formação de professores, foi um marco importante que possibilitou a criação de um novo professor secundarista, a partir de suas orientações e metodologias propostas, em todas as edições de seus impressos.



Logo, concluímos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, no entanto ao analisar cada edição desse impresso pedagógico, e dos apontamentos elaborados durante toda a pesquisa, que a pesquisa não se esgota aqui, mas abre novas possibilidades de estudos a partir das várias seções que compõem este impresso.

## REFERÊNCIAS

AMADO, G. A implantação da orientação educacional nas escolas secundárias brasileiras. **Revista Escola Secundária**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 6-8, set. 1958.

AMADO, G. Apresentação. **Escola Secundária**: [revista da] Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), Rio de Janeiro, n. 1, 1957.

AMADO, G. Tendências da Educação Secundária. **Revista Escola Secundária**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 5-11, dez. 1957.

AMADO, G. **Educação média e fundamental**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2002.

ARAÚJO, J. C. S. **Os grupos escolares em Minas Gerais como uma expressão de política pública**: uma perspectiva histórica. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

ARAÚJO, J. C. S.; RIBEIRO, B. O. L.; SOUZA, S. T. (Org.) **Grupos Escolares na Modernidade Mineira**: Triângulo e Alto Paranaíba. Campinas: Alínea, 2012.

BARALDI, I. M. A CADES e a Formação de Professores para o Ensino Secundário: uma campanha nos anos de 1950-1960. - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA - ENAPHEM, 3., 2016. **Anais [...]** Campo Grande: UFMS, 2016. p. 34-43. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/view/6133> Acesso em: 10 set. 2023.

BARALDI, I. M. **Retraços da Educação Matemática na região de Bauru (SP): uma história em construção**. 2003. 240 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Rio Claro, 2003. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/MATEMATIC/A/Tese\\_Baraldi](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/MATEMATIC/A/Tese_Baraldi) Acesso em: 12 set. 2023.

BARATA, G. N. O Estudo Dirigido. Ésse esquecido. **Revista “Escola Secundária”**: **Didática**. Rio de Janeiro, n. 1, jun. 1957.

BARRETO, L. P. A Vinha e a Civilização. *In*: PAIM, A. (Org.). **Plataforma política do Positivismo Ilustrado**. Brasília, DF: EDUnB, 1981.

BARRETO, R. A. D. N.; THOMAZ, A. A. Práticas reformistas na educação brasileira: a contribuição dos irmãos Gildásio e Gilson Amado. **Revista Histedbr**, n. 46, p. 264-277, jun. 2012. <https://doi.org/10.20396/rho.v12i46.8640085> disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640085> Acesso em: 10 jan. 2024.

BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Educação em Revista**: a imprensa pedagógica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 47-75.

BEZERRA, M. J. Como ajudar o aluno a estudar. **Revista “Escola Secundária”**: Didática. Rio de Janeiro, n. 11, dez. 1959.

BEZERRA, M. J. *A medida objetiva do aluno*. **Revista “Escola Secundária”**: Didática. Rio de Janeiro, n. 2, set. 1957.

BRASIL. Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. **Decreto Lei nº. 4.244 de 09 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário. Brasília, DF: DOU, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915**. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Brasília, DF: DOU, 1915. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html> Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 16.782-a de 13 de janeiro de 1925**. Estabelece o concurso da união para a difusão do ensino primário, organiza o departamento nacional do ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1925. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=16782-A&ano=1925&ato=01f0TRU5UeVpWT11d> Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901**. Approva o Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Brasília, DF: DOU, 1901. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginalpe.html#:~:text=Approva%20o%20Codigo%20dos%20Institutos,3%C2%BA%20n.> Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953**. Brasília, DF: DOU, 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911**. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Brasília, DF: DOU, 1911. (Coleção de Leis do Brasil). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890**. Approva o Regulamento da Instrucção Primaria e Secundaria do Districto Federal. Brasília, DF, 1890. (Coleção de Leis do Brasil). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: DOU, 1961. (Coleção de Leis do Brasil). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=O%20ensino%20prim%C3%A1rio%20%C3%A9%20obrigat%C3%B3rio,ao>

[%20seu%20n%C3%ADvel%20de%20desenvolvimento.&text=o%20incentivo%20e%20a%20fiscaliza%C3%A7%C3%A3o,Art.](#) Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério da educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. **Revista Escola Secundária**, Rio de Janeiro, n. 1, 1957.

BRITO, D. Orientação Educacional: a moderna orientação educacional. **Revista Escola Secundária**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 24-25, jun. 1957.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. São Paulo: UNB, 2004.

CALDEIRA, J. *et al.* **Viagem pela história do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAMPOS, F. Exposição de Motivos. *In*: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. **Organização do Ensino Secundário**. Porto Alegre: Livraria Globo, 1933. p. 5-10.

CARVALHO, E. F. **Entrevista. 1996. Memórias acadêmicas**: a construção da memória da Pós-Graduação em Educação da PUC. Rio de Janeiro: PPGE/PUC-Rio, 2006.

CARVALHO, L. M. Disciplina e Liderança. **Revista “Escola Secundária”**: **Didática**. Rio de Janeiro, n. 6, jun. 1958a.

CARVALHO, L. M. A unidade no Ensino Moderno. **Revista “Escola Secundária”**: **Didática**. Rio de Janeiro, n. 1, jun. 1957.

CARVALHO, L. M. O que podemos exigir de nossos alunos. **Revista “Escola Secundária”**: **Didática**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 33-37, mar. 1958b.

CARVALHO, L. M. Notas para um estudo da circulação e estruturação do conhecimento educacional na imprensa de educação e ensino. *In*: Ó, J. R.; CARVALHO, L. M. **Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1880-1960)**: estudos comparados Portugal-Brasil. Lisboa: Educa, 2009, p. 173-194.

CARVALHO, L. R. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Edições Saraiva; EDUSP, 1978.

CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez. 1996. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v10n20a1996-928> disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/928> Acesso em: 14 set. 2023.

CHAVES, O. P. Programa Escuela Nueva (Programa Escola Nova). Belo Horizonte: GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE – GESTRADO UFMG, 2024. Disponível em <https://gestrado.net.br/verbetes/programa-escuela-nueva-programa-escola-nova/> Acesso em: 10 maio 2024.

COLÉGIO PEDRO II. **Período Republicano**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/component/content/article/83-cpii/1632-per%C3%ADodo-republicano.html> Acesso em: 22 set. 2023.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: da Colônia à Era Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520> Acesso em: 20 abr. 2023.

DALLABRIDA, N.; ROSA, F. T. Circulação de ideias sobre a renovação do ensino secundário na revista Escola Secundária (1957-1961). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 259-274, set./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/61595> Acesso em: 10 maio 2023.

DALLABRIDA, N.; SOUZA, R. F. (Org.). **Entre o Ginásio de Elite e o Colégio Popular**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

DALLABRIDA, N. Circuitos e usos de modelos pedagógicos renovadores no ensino secundário brasileiro na década de 1950. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 55, p. 101-115, maio/jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/80587> em: 10 abr. 2023.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios**: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1909-1918). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – USP, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000744299> Acesso em: 10 abr. 2023.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rjhxvFpJQ97LDYVJxkXybbD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 abr. 2023.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAVERO, M. L.; BRITTO, J. Verbete: José Carlos de Mello Souza. In: **Dicionário de Educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/MEC-Inep-Comped, 2002.

FRANGELLA, R. C. P. Colégio de Aplicação e a instituição de uma nova lógica de formação de professores: um estudo histórico no Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, I., 2003. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2003. p. 115-130. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/134\\_rita\\_de\\_cassia\\_p.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/134_rita_de_cassia_p.pdf). Acesso em: 16 set. 2023.

FRANGELLA, R. C. P. (2007). Formação docente e a emergência de uma nova identidade profissional – a revista escola secundária da Cades (1957 – 1963). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7-8, p. 1-8, out. 2007. Disponível em: de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/23966> Acesso em: 10 set. 2023.

FONSECA, J. B. V. O historiador e o professor secundário de história. **Escola Secundária**, n. 2, p. 83-85, set. 1957.

FONSECA S. A. A Revista “Escola Secundária” e o programa de professores da CADES. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXII., 2003, João Pessoa. **Anais [...] João Pessoa :ANPUH –**, 2003. p. 1-8. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542\\_06567bf7c4dcda3992a51731f9df644f.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542_06567bf7c4dcda3992a51731f9df644f.pdf) Acesso em: 10 mar. 2024.

GENI. **Gildásio Amado**. Los Angeles, 03 jun. 2021. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Gild%C3%A1sio-Amado/6000000015913966787> Acesso em: 20 mar. 2024.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GRUPO DE PESQUISA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA - GHEMAT-SP. **Lauro de Oliveira Lima (1921-2013)**. Santos, 2019. Disponível em: <https://www.ghemat.com.br/itens/lauro-de-oliveira-lima> Acesso em: 10 set. 2023.

GOMES, D. A. **A CADES e a formação de professores de Matemática no Espírito Santo 1950-1970**. 2021. 118f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11522103](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11522103) Acesso em: 20 set. 2023.

Haidar, M. L. M. A instrução popular no Brasil antes da República. *In*: BREJON, M. (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 37-51.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil, 1939/1940**. v. 5. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720> Acesso em: 25 nov. 2023.

LEMME, P. **O manifesto dos pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Texto\\_Paschoal\\_Lemme.pdf](http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Texto_Paschoal_Lemme.pdf) Acesso em: 15 nov. 2023.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, L. D. Uma nova forma de atuação regional do Ministério da Educação. **Revista Escola Secundária**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 5-11, jun. 1960.

LOURENÇO FILHO, M. B. *et al.* Manifesto de 529 educadores. **Educação e Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 143-145, 1958. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/529.htm> Acesso em: 10 jun. 2024.

MATTOS, L. A. A Formação do moderno professor secundário. **Revista “Escola Secundária”**: Didática. Rio de Janeiro, n. 4, mar. 1958.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Trilhas de Futuro Educadores – 2023**. Belo Horizonte. 2023. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/trilhas-de-futuro-educadores-2023/> Acesso em: 20 abr. 2024.

MIORIM, M. A. **Introdução à História da Educação Matemática**. São Paulo: Atual, 1998.

MIRANDA, B. C. B. **A CADES e um novo modelo de professor secundário nas décadas de 1950 e 1960**. 2019 . 248f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/e10f9d66-18e0-49de-a7ae-6f1dea18331f> Acesso em: 14 ago. 2023.

MOURA, P. C. C. O professor como um líder. **Revista “Escola Secundária”**: Didática. Rio de Janeiro, n. 10, set. 1959.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: USP, 2001.

NERICI, I. G. Exercícios e tarefas. **Revista “Escola Secundária”**: Didática. Rio de Janeiro, n. 3, dez. 1957.

NERICI, I. G. O professor. **Revista “Escola Secundária”**: Didática. Rio de Janeiro, n. 7, dez. 1958.

NÓVOA, A. A Imprensa de educação e ensino. *In*: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-32.

NUNES, C. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas. *In*: BOMENY, H. (org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 103-125.

NUNES, C. O “Velho” e “bom” Ensino Secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-60, maio/ago. 2000. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200004> disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pY5CvzLSCLPRNy7XpZ7x6WR/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 ago. 2023.

OLIVEIRA, F. D. **Hemera**: sistematizar textualizações, possibilitar narrativas. 2013. 176f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Bauru, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/102059> Acesso em: 10 set. 2023.

O MANIFESTO dos pioneiros da educação nova (1932): a reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo. UNICAMP, 2024. Disponível em: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto\\_1932.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf) Acesso em: 20 mar. 2024.

OLIVEIRA, M. C. A.; PIETROPAOLO, R. C. Traços de modernidade nos artigos de matemática da revista escola secundária. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 08, n. 25, p. 715-726, dez. 2008. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416X2008000300010&lng=es&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2008000300010&lng=es&nrm=iso) Acesso em: 10 maio. 2024.

PINTO, Diana Couto. **CADES e sua presença em Minas Gerais**. In: Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação – COPEHE, II., 2003, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: COPEHE, 2003. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/copehe>. Acesso em: 20 out. 2023.

PINTO, D. C. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem sucedida? In: MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. (Org.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. (Coleção Inep 70 anos, v.1). p. 145-178. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia\\_da\\_educacao/por\\_uma\\_politica\\_de\\_formacao\\_do\\_magisterio\\_nacional.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/por_uma_politica_de_formacao_do_magisterio_nacional.pdf) Acesso em: 20 set. 2023.

RODRIGUES, E.; BICCAS, M. S. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929 – 1930). **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 37, n. 2, p. 151-163, abr./jun. 2015. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v37i2.22666> disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22666/0> Acesso em: 20 set. 2023.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, D. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, D. *et al.* (Org.). **O legado educacional do Século XX**. Campinas: Autores Associados, 2006a. (Coleção Educação Contemporânea). p. 9-32.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006b. (Coleção Memória da Educação).

SCHMIDT, M. A. M. S. Estado e construção do código disciplinar da Didática da História. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 709-729, out. 2006. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1702> Acesso em: 04 fev. 2023.

SILVA, G. B. **A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. v. 94, 1969. (Coleção Atualidades Pedagógicas).

SILVA, G. B. Estudos de Educação Secundária- Fatores e Consequências. Expansão do Ensino Secundário Brasileiro. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 83, n. 3, 261-284, jun. 1959. <https://doi.org/10.21874/rsp.v83i3.3790> Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3790> Acesso em: 20 set. 2023.



SILVA, G. B. **Introdução a Crítica do Ensino Secundário**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, 1959.

SOUZA, S. C. **Grupo Escolar de Ibiá, MG (1932 a 1946): uma expressão estadual**. 2010. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13813> Acesso em: 20 out. 2023.

SOUZA, R. F. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, A. A crise educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 50, p. 20-43, abr./jun. 1953. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/index> Acesso em: 15 set. 2023.

TOLEDO, M. R. A. **Coleção atualidades pedagógicas: do político ao projeto editorial**. São Paulo: EDUSP, 2020.

VALLE, L. **A escola imaginária**. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

VEIGA-NETO, A. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. **Revista de Ciências da Educação**, n. 7, set./dez. 2008. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/veiga-neto-modernidade-e-curriculos.pdf> Acesso em: 20 set. 2023.

VELOSO, G. M.; ALMEIDA, S. P. N. C.; MACHADO, C. A. F. A Cades e os exames de suficiência: um olhar para o Norte de Minas Gerais (1950-1960). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 103, n. 265, p. 697-716, set./dez. 2022. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i265.5183>

VIEIRA, F. G.; DALLABRIDA, N. Representações das classes secundárias experimentais construídas por Gildásio Amado (1958-1973). **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.48, e246923, 2022. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248246923> disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/X9cC5JzR5mcQYNLKBmYYP4w/> Acesso em: 04 maio 2024.

VILANOVA, F. G. A revista Escola Secundária e as orientações teórico metodológicas para o ensino de história (1957 - 1963). **Vozes, Pretérito & Devir**, ano V, v. VIII, n. 1, 2018. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/176/188> Acesso em: 10 maio 2024.

XAVIER, L. N. Modos de fabricação da identidade docente na revista Escola Secundária (Cades/MEC: 1957-1963). In: MAGALDI, A. M. B. M.; XAVIER, L. N. **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 152-166.